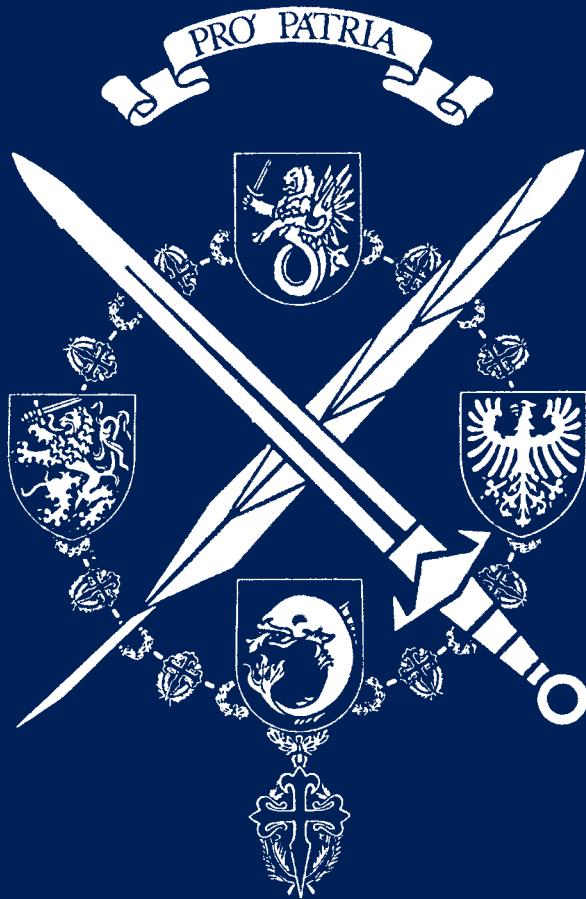


Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

II Século – 72º Volume – N.º 2/3

N.º 2617/2618 – Fevereiro/Março de 2020

A Capa da "Revista Militar"

Uma espada antiga e uma pena, do emblema da "Revista Militar", passada em aspa, acompanhadas de quatro escudos, o do chefe de um leão marinho, alado, segurando na garradextra uma espada antiga, o do flanco dextro, de um leão rampante, segurando na garra dianteira dextra uma espada antiga (Exército), o do flanco sinistro, de uma águia estendida (Força Aérea) e o da ponta de um golfinho (Marinha), simbolizando o âmbito da actividade da "Revista Militar"; tudo assentado no colar da Ordem Militar de Santiago da Espada, de que a "Revista Militar" é Grã-Cruz, e sendo encimado pela divisa tradicional: Pró-Pátria.

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 72º Volume – N.º 2/3

N.º 2617/2618 – Fevereiro/Março de 2020

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*

Publicação mensal, N.º 2617/2618, fevereiro/março de 2020

Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho

Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho

Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte

Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: TCor Paulo José Belo Furtado

Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias

Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques

Propriedade/Edição: Revista Militar – NIPC 501 417 370

Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA

Correio electrónico: revistamilitar@sapo.pt

Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt

Administrador do Portal: CMG Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião

2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

Telef: 219 381 450 • Fax: 219 381 452 • LISBOA – PORTUGAL

ISSN: 0873-7630

Depósito legal: 110304/97

Tiragem: 600 exemplares

Registo ERC Nº 109 323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• Assinaturas anuais (9 números)

Euros

- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00

• Número avulso

7,00



DEFESA

Revista Militar

Editorial <i>General José Luiz Pinto Ramalho</i>	185
Mensagem do Presidente da Direção da <i>Revista Militar</i> <i>General José Luiz Pinto Ramalho</i>	187
O Sacrifício Máximo <i>General António Eduardo Queirós Martins Barrento</i>	191
Acerca das missões de interesse público das Forças Armadas <i>Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz</i>	203
O Império Colonial Alemão <i>Tenente-coronel João José de Sousa Cruz</i>	209
A Segunda Guerra Fria <i>Desembargador Federal Reis Friede</i>	241
Organizações multilaterais e os conflitos no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado: entre o legalismo e a impotência <i>Multilateral organizations and conflicts in the Wider ‘Greater Middle East’: between legalism and impotence</i> <i>Tenente-coronel Itelvino de Jesus Brito Gomes</i> <i>Major João Pedro C. dos Reis Bento</i> <i>Major Carlos Miguel Clemente Narciso</i>	269

Corpos Gerentes – 2020

Assembleia Geral

Presidente: *General* Luís Vasco Valença Pinto

Vice-Presidente: *Tenente-general* António de Jesus Bispo

Secretários:

Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva

Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho

Vogais Efetivos:

Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes

Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida

Major-general Adelino de Matos Coelho

Major-general João Jorge Botelho Vieira Borges

Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte

Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira

Vogais Suplentes:

Capitão-de-mar-e-guerra Armando José Dias Correia

Coronel João Paulo Nunes Vicente

Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira

Vogais Efetivos:

Coronel Luís Fernando Machado Barroso

Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino

Vogal Suplente:

Tenente-coronel Pedro Alexandre M. Marquês de Sousa

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

Durante vários anos, a Estratégia foi chamando a atenção para as novas ameaças, tipificando-as e identificando os “novos vírus” (de natureza industrial, informática e sanitária), alertando igualmente para as pandemias que estes poderiam causar; mesmo as mais recentes realidades do Ébola e do *Severe Acute Respiratory Syndrome* (SARS) não foram suficientes para despertar as consciências dos decisores políticos para a tomada de medidas de precaução que o senso comum exigia ou, no mínimo, aconselhava. E, neste capítulo, até uma leitura atenta da História Mundial e, em particular, de Portugal nunca deveria ter sido descuidada!...

Pelo contrário, no planeamento estratégico, prevaleceram a visão economicista e a indiferença conducentes à degradação de capacidades, ignorando deliberadamente os avisos de vários responsáveis que, ao longo do tempo, alertavam para o facto de que, num um país como Portugal, ao eliminarem-se capacidades ou ao deixá-las degradarem-se, corria-se o risco de não ser possível voltar a regenerá-las e mesmo que se procure refazê-las, tal se consiga em tempo útil, para além da progressiva diminuição dos especialistas necessários para as operar. Essa realidade é hoje visível em diversos serviços públicos, mormente no Serviço Nacional de Saúde e também nas Forças Armadas, designadamente o constante alerta para a carência de recursos (humanos, materiais e financeiros) que lhes limita capacidades, dificulta a inovação e impede a criação de outras.

Durante as evocações do Centenário da I Guerra Mundial, que ocorreram em 2014-2018, foi realçada a incúria que esteve presente no envio das tropas para África e para a Flandres, tendo o Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, sublinhado num dos seus discursos: “os soldados que partiam para a guerra, pouco mais levavam do que o patriotismo e a coragem”.

* Presidente da Direção da *Revista Militar*.

Quem tem a responsabilidade política de decidir não pode estar tranquilo, descansando no patriotismo e na solidariedade dos cidadãos e no profissionalismo, na dedicação e na coragem daqueles que são chamados a dizer “presente”, na linha da frente, num esforço para ultrapassar as lacunas que podiam ter sido evitadas, e esperar que a missão destes seja cumprida com êxito. Ontem, como ainda hoje, deliberadamente, não se quis ouvir os que, repetidamente, chamavam a atenção para os perigos reais da equação “com menos faz-se menos e criam-se as condições para fazer pior”.

Neste momento, demasiadamente grave, deve prevalecer a união e a solidariedade entre todos os portugueses e todos temos de nos ajudar a ultrapassar, bem, esta crise. Não podendo deixar de se ter memória, o nosso desejo é o de conseguir a satisfação de alcançar esse objetivo, o que deve levar a que sejamos capazes de exigir, por respeito aos nossos compatriotas que não verão esse dia, que o laxismo e as más práticas têm de acabar. Hoje, são os profissionais da área da saúde que estão na primeira linha de empenhamento, que se confrontam com as limitações e se esforçam para as ultrapassar, com coragem e abnegação, e dão o seu melhor, eventualmente com custos evitáveis – vai para eles a nossa gratidão, respeito e reconhecimento.

Constata-se o civismo praticado pela generalidade dos portugueses com atitudes daquilo que têm de melhor, na solidariedade, na imaginação, na dedicação e também, porque não dizê-lo, no seu espírito de humor. Porém, são condenáveis as práticas de açambarcamento, que devem ser denunciadas, como condenáveis são os aumentos das taxas de juro das dívidas soberanas, verdadeiros abutres da especulação com a doença e com a fome, ou as taxas alfandegárias que a nível nacional se continuam a aplicar aos pequenos empresários que importam máscaras, por não as encontrarem no mercado nacional, para que os seus funcionários continuem a servir os seus concidadãos.

Sua Excelência o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, através do seu Decreto n.º 14-A/2020, de 18 de março, declarou o estado de emergência, em todo o território nacional, com a duração de 15 dias, com fundamento na verificação da situação de calamidade pública. Este diploma, no respaldo pela Constituição da República, fixa a suspensão do exercício de alguns direitos, liberdades e garantias, nos domínios da cidadania, “com vista à necessidade de reforçar a cobertura constitucional a medidas mais abrangentes, que se revele necessário adotar para combater esta calamidade pública, limitando-os ao estritamente necessário para a adoção das referidas medidas e os seus efeitos terminarão logo que a normalidade seja retomada”.

Em face da atual crise pandémica COVID-19, a Política e a Democracia têm de ser capazes de responder, com determinação e espírito de justiça, a estas questões grandes e pequenas. Assim, a declaração do Estado de Emergência tem também de contribuir para reforçar o Estado Democrático, única fórmula para evitar que, no futuro próximo, no pós-crise, por inação ou incapacidade, se procurem respostas, eventualmente, de cariz radical.

*Mensagem do Presidente da Direção da Revista Militar**

Fundada em dezembro de 1848, a *Revista Militar* (RM) é a segunda publicação periódica mais antiga de Portugal e a mais antiga do mundo em continuidade de edição.

Nascida com a “Regeneração” e, inicialmente, acarinhada por António Maria de Fontes Pereira de Melo, singrou com os contributos de várias gerações de militares e, mais recentemente, também de colaboradores civis especialistas, designadamente, investigadores em história militar, em geopolítica e estratégia, em segurança e defesa ou em assuntos militares. Por isso, a RM sobreviveu nas diferentes crises nacionais (políticas, incluindo mudanças de regimes, militares, epidemiológicas, guerras mundiais, guerras em África) que ocorreram nos seus mais de 170 anos de existência.

A RM, na regularidade das suas edições, é distribuída aos Sócios efetivos e assinantes, via postal, imediatamente após a respetiva impressão e disponibilizada, cerca de noventa dias depois, no respetivo site. Embora atrasado na publicação, devido a dificuldades, entretanto, ultrapassadas no processo de coletar os textos das intervenções apresentadas nos X Encontros da RM (27 de junho e 4 de julho de 2019), o número de janeiro do corrente ano encontra-se pronto para ser distribuído.

A situação pandémica do COVID-19 cria diversas dificuldades a essa tarefa. Como para situações excepcionais devem ser criadas medidas excepcionais, num esforço de manter a continuidade da publicação da RM, esta passará ser

* Publicada no site da *Revista Militar*, em 18 de março de 2020, em consequência do Estado de Emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março).

disponibilizada, em tempo real, no respetivo *site*, após a conclusão de cada número.

Este é um modo, deste órgão de comunicação social militar, de responder “PRESENTE!” à chamada feita pelos Órgãos de Soberania aos Portugueses, apelando ao contributo de todos para acabar com esta “guerra”.

A *RM* manifesta também a sua solidariedade a todos os concidadãos e disponibiliza a sua página permanente da *internet* a todos os Serviços.

José Luiz Pinto Ramalho
General

Acervo da *Revista Militar* no Portal das Bibliotecas da Defesa:

http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=154702HD2479G.14088&limitbox_6=LOC01++=BDE&menu=search&aspect=subtab62&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bde&ri=4&source=~!dglb&index=.EW&term=revista+militar&aspect=subtab62&x=9&y=8&return_results=true&return#focus

Resumo do Acervo Articular da Revista

1. O Sacrifício Máximo

General António Eduardo Queiroz Martins Barreto

Para o autor, a expressão “baixas-zero”, que só acontecerá se não houver guerra, exprime apenas um desejo e não é mais do que uma bela utopia. Só com a ocupação do terreno e controle das populações se pode, numa guerra, conseguir a vitória.

Para alcançar esse desiderato, um poder político responsável no quadro da conflitologia e da segurança e defesa, quando do emprego do instrumento militar, terá sempre que avaliar cuidadosamente e decidir se a situação exige que os militares possam ter que fazer o sacrifício máximo.

2. Acerca das missões de interesse público das Forças Armadas

Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz

A presença dos militares em missões de interesse público assume uma importância que não teve até um passado relativamente recente.

O autor considera que há, pelo menos, três questões importantes ligadas a esta problemática: a habilitação do militar chamado a operar, em tempo de paz, equipamentos diferentes daqueles que operará em tempo de guerra; a natureza e qualidade desses equipamentos; e o lugar dos militares na sociedade portuguesa – «evidentemente heróis prontos a dar a vida pela Pátria» –, quando comparados com outras classes profissionais, outrora também prestigiadas.

3. O Império Colonial Alemão

Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

Partindo dos antecedentes da ocupação de África pelos impérios de Portugal, Holanda, França e Inglaterra, o autor apresenta a lista das colónias que a Alemanha “desenhou com régua e esquadro” na Conferência de Berlim para

ampliar o seu espaço vital, como consequência do excesso de população e para escoar o excesso de industrialização, iniciado nos finais do séc. XIX.

4. A Segunda Guerra Fria
Desembargador Federal Reis Friede

Podendo significar um novo confronto entre a superpotência norte-americana e a aspirante potência hegemónica chinesa – pelo seu agressivo expansionismo político, militar e económico –, o autor considera que os eventos ocorridos em Pequim, entre os dias 15 de abril e 5 de junho de 1989, ainda durante o período final da Guerra Fria, foram determinantes para o ressurgimento desta nova confrontação, de forma pouco percebida (e combatida) pelos Estados Unidos da América.

5. Organizações multilaterais e os conflitos no 'Grande Médio Oriente'
Alargado: entre o legalismo e a impotência

Multilateral organizations and conflicts in the Wider 'Greater Middle East': between legalism and impotence

Tenente-coronel Itelvino de Jesus Brito Gomes

Major João Pedro C. dos Reis Bento

Major Carlos Miguel Clemente Narciso

O presente artigo tem como objetivo analisar a posição da Organização das Nações Unidas, da União Europeia, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da União Africana e da Liga Árabe face à conflitualidade latente e existente na região, identificando o potencial destas Organizações como plataforma de resolução destes conflitos.

Para atingir este objetivo, utilizou-se uma metodologia de investigação, assente num raciocínio indutivo, consubstanciado numa estratégia de investigação qualitativa, efetuando-se a recolha de dados através de análise documental.

Das conclusões, através de uma análise prospectiva, destaca-se que, quer a Liga Árabe quer a União Africana, poderão acentuar a tendência de uma maior relevância na região, derivada da percepção mais vasta do entendimento dos valores morais e culturais do 'Grande Médio Oriente' Alargado. A União Europeia que, se quiser mitigar as consequências da migração na Europa, deverá empenhar-se na promoção de sistemas políticos estáveis, no desenvolvimento económico e social dos países que compõem o 'Grande Médio Oriente' Alargado. A Organização das Nações Unidas que enfrenta desafios que poderão colocar em causa o seu papel de legitimidade na resolução de conflitos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte que deverá continuar a sua postura presencial e duradoura na região.

O Sacrifício Máximo



General António Eduardo Queiroz Martins Barreto*

*Juro,
como português e como militar...
defender a minha Pátria...
mesmo com o sacrifício da própria vida.*

In “Fórmula do juramento de bandeira”

1. Introdução

Uma das decisões que exigem a maior ponderação por parte do poder político de um Estado é a de utilizar o seu instrumento militar em operações, porque isso pode obrigar os seus elementos a fazerem o sacrifício máximo – perderem a vida. Isto foi de forma muito clara e expressiva afirmado por Bismarck quando referiu que “os Balcãs não valiam os ossos de um granadeiro da Pomerânia”. Esta frase do Chanceler está em oposição e é bem anterior à Escola de Munique defender a teoria do “espaço vital”, que moldou a estratégia imperialista de Hitler e levou os alemães e os seus aliados a morrerem em todas as frentes.

Há uns anos, houve quem anunciasse o “Fim da História” e começou a falar-se de “baixas-zero” em futuros conflitos. Estas ideias resultavam, por um lado, do desanuvioamento que sucedeu com o fim da guerra fria e, por outro lado, de uma maior consciência das consequências devastadoras da guerra e do crescimento de uma ainda mais desejada esperança de paz. De facto, pensou-se que, de futuro, apenas se teria de controlar certas situações de conflito mas, caso a guerra acontecesse, os modernos meios tecnológicos

* Sócio efetivo da *Revista Militar*. Ex-Chefe do Estado-Maior do Exército.

(mísseis, *drones*, munições inteligentes, meios de vigilância e reconhecimento muito avançados) permitiriam a um dos contendores combater à distância sem a intervenção de militares no terreno. Porém, ainda que a utilização desses meios possa fazer diminuir o número de baixas, isso não significa “baixas-zero”. Primeiro, porque exceptuando a utilização de armas cataclísmicas, como as usadas em Hiroshima e Nagasaki, só com a ocupação do terreno e controle das populações se pode, numa guerra, conseguir a vitória; segundo, porque também o inimigo pode obter armas de tecnologia semelhante, que obviamente causarão baixas se utilizadas; terceiro, porque mesmo não dispor dessas armas, o inimigo pode utilizar meios e técnicas de combate e destruição, como o terrorismo e a guerrilha, que são altamente letais e eficazes. Assim, a simpática e atraente expressão “baixas-zero”, que só acontecerá se não houver guerra, exprime apenas um desejo e, como o “Fim da História” e da guerra, não é mais do que uma bela utopia.

Em conclusão, um poder político responsável no quadro da conflitologia e da segurança e defesa, quando do emprego do instrumento militar, terá sempre que avaliar cuidadosamente e decidir se a situação exige que os militares possam ter que fazer o sacrifício máximo. Os fundamentos para tomar esta decisão têm variado ao longo do tempo com o tipo de poder político (autocrático ou democrático), com a demografia, o valor dado à vida humana, a intensidade das ameaças, a medida das ambições, as ideologias, as referências fundamentais, as mentalidades.

Lembrando alguns exemplos, em momentos do período medieval, como o da reconquista da Península ou das Cruzadas, lutava-se por um território ou pelo controle da população utilizando a força das armas, mas a intensidade das religiões, prometendo aos combatentes e não combatentes a paz “pós-mortem” ou o paraíso, tornava a morte, se não desejada, mais aceitável; no final do século XVIII e princípio do século XIX, devido aos aumentos demográficos, ao “élan” ideológico dos exércitos napoleónicos e à maior eficácia das armas, o sangue tornou-se mais “barato”; quando o espírito de defesa é muito elevado ou se defende o último reduto, o “santuário”, o número de baixas aumenta; em situações em que abundam os mercenários, as baixas diminuem, pois como escrevia Maquiavel ao Príncipe, “eles não vão morrer por ti”. Isto é, a decisão tem variado muito ao longo do tempo, conforme as circunstâncias e as mentalidades.

2. Nótula Histórica

Lancemos agora um brevíssimo olhar para a História do nosso País e vejamos quando e como, na maior parte dos casos, a difícil decisão de poder exigir o sacrifício máximo foi tomada.

No nascimento de Portugal, com a intenção de se obter a autonomia do Condado Portucalense, lutava-se contra Leão e Castela numa zona geográfica em que se ia definindo uma “fronteira de contenção”. Lutava-se também contra os muçulmanos, em “linhas de contenção” que sucessivamente se estendiam para Sul, com vista à expulsão do infiel e ao aumento do território, o que só veio a acontecer no século XIII. Esta acção tinha também como finalidade evitar que a expansão castelhana se antecipasse na conquista do Algarve, porque este “abraço” a Norte, Leste e Sul inviabilizaria a sobrevivência de um Portugal independente. Tornou-se, pois, muito claro nessa época, que para conseguir a segurança e defesa de Portugal havia que garantir a “fronteira geográfica” do reino, mesmo que isso exigisse o sacrifício máximo dos seus combatentes. Ia-se adquirindo e consolidando aquela ideia que, já no nosso tempo, Torga nos transmitiu: “Pátria é um palmo de terra defendida”.

No final do século XIV, quando Castela pretendeu tomar o reino com uma esquadra e depois por invasão terrestre do território, lutou-se na “fronteira geográfica”, em Lisboa e em Atoleiros. Porém, quando o inimigo penetrou no território nacional e porque, como referiu o Condestável ao Rei, “perdida Lisboa é perdido todo o reino”, para impedir que o inimigo conquistasse esse objectivo estratégico, esse último reduto, lutou-se numa “fronteira de contenção” em Aljubarrota e o sacrifício de vidas foi muito elevado.

Ao contrário do que acontece com a defesa na “fronteira geográfica” ou no último reduto, a tomada de Ceuta, em 1415, não é suportada por aqueles princípios, porque, como referiram os Infantes a seu pai, fora conseguida “a firmeza das pazes com Castela”. A tomada de Ceuta com sacrifício de vidas mostrou que, para além da “fronteira geográfica” na Península Ibérica, havia também “fronteiras de interesse” fora do território nacional. Têm sido usados muitos argumentos para justificar o interesse naquela conquista, mas é evidente que o poder político nesse tempo, a dinastia de Avis, pretendia o seu reconhecimento na Europa, no vértice da qual estava o Papa. Portugal batia-se também na “fronteira do reconhecimento do poder”.

Depois de Ceuta e com a política de expansão, tornou-se frequente fazer o sacrifício máximo para conseguir o controle do comércio, das feitorias, das rotas de navegação, dos territórios então ocupados. Portugal batia-se na “fronteira do interesse” para obter bens para seu uso ou que, vendidos na Europa, enriqueciam o reino. Além disso, iam-se delineando, em alguns territórios ocupados que suscitavam a hostilidade de forças locais, novas “fronteiras geográficas” como se tratasse de prolongamentos do reino. Não é pois de estranhar que em suálii a palavra reino signifique Portugal.

Mais tarde, levada ao extremo a ideia da aventura no exterior e expansão do reino, D. Sebastião, “dado ao mundo por Deus que todo o mande, para do mundo a Deus dar parte grande”, levou a força a Alcácer Quibir, onde

sucedeu o desaparecimento do Rei e o sacrifício máximo de muitos combatentes, nomeadamente, da elite nacional. O Rei levava Portugal a bater-se na “fronteira da insensatez” e, com o seu desaparecimento e a destruição do aparelho militar, este perdeu a independência. D. Sebastião foi, com efeito, a “maravilha fatal” que Camões, inconscientemente, louvou.

Nas campanhas da Restauração, Portugal bateu-se para recuperar a independência, que havia perdido em 1580, no interior do país e na defesa da “fronteira geográfica” que era, também, “fronteira de reconhecimento do poder” da Casa de Bragança. E na Guerra dos Sete Anos, em 1762 e 1763, continuámos a defender a “fronteira geográfica” mas, no fim do século, aliados com a Espanha na luta contra a marcha da Revolução Francesa, fomos combater no Rossilhão e na Catalunha numa “fronteira de contenção”, na zona pirenaica, “fronteira geográfica” dessa aliança ibérica.

Quando das invasões francesas, com o auxílio dos aliados ingleses, o sacrifício máximo foi feito na defesa da “fronteira geográfica”, como em Almeida; em sucessivas linhas de contenção do invasor, ainda que o exército de Massena só fosse detido nas Linhas de Torres e depois na reocupação do território nacional. Atingida a nossa “fronteira geográfica”, a luta prolongou-se até à fronteira da Península Ibérica porque, para usufruir da aliança com a Inglaterra, tínhamos que nos bater na “fronteira do interesse”.

Nas segunda e terceira décadas do século XIX, porque se contestava a direcção política, os portugueses, divididos, não morreram numa linha geográfica definida, mas sim na “fronteira fluida da discórdia” e, no fim do século, na “fronteira do interesse”, nas campanhas de pacificação dos territórios ultramarinos.

No século XX, na Primeira Guerra Mundial, Portugal lutou nas “fronteiras geográficas” dos territórios do ultramar e, na Europa, na Flandres, na “fronteira do reconhecimento do poder”, para que fosse aceite a jovem república e para conseguir, no Tratado de Paz, manter o Ultramar, dado o apetite que havia sobre esses territórios. Aliás, poucos anos antes, a Inglaterra e a Alemanha tinham acordado repartir entre si esses territórios.

Nas décadas de 60 e 70, o sacrifício máximo foi exigido inicialmente no norte de Angola para a protecção da população ali existente sujeita a massacres e depois nas “fronteiras fluidas da discórdia”, por os movimentos emancipistas, apoiados no exterior, pretenderem tomar o poder nestes territórios.

Neste breve olhar histórico notámos que o poder político português tem pedido aos seus nacionais, ao longo dos séculos, para fazerem o sacrifício máximo nas várias fronteiras: “fronteira de contenção” para barrar o avanço dos adversários, “fronteira geográfica” do território nacional ou de territórios que em certas épocas foram consideradas como tal, para impedir o inimigo de os ocupar, “fronteira do reconhecimento do poder” para justificar um novo

poder político, “fronteira do interesse” ligada à obtenção de bens e riqueza ou para conseguir o apoio aliado, “fronteira da insensatez” da ambição desmedida do sonho irrealizável, “fronteira fluida da discórdia” quando foi contestado o poder político vigente.

Destas várias fronteiras devemos, hoje, excluir: a “fronteira da insensatez” porque o poder político, as instituições democráticas e o saber estratégico devem impedir que se morra nesses palcos de luta, a “fronteira fluida da discórdia” porque em democracia a discórdia não leva ao uso das armas, mas sim ao debate das ideias e ao uso das palavras, e a “fronteira do reconhecimento do poder” por termos uma democracia consolidada e reconhecida. Devemos, portanto, reter: a luta na “fronteira geográfica” para defender o território e a população, a luta pela “fronteira de contenção” quando a guerra é susceptível de chegar ao território nacional, e a luta na “fronteira do interesse” não pelas razões que a definiram a meio do último milénio, mas por interesses vitais, que podem ir da defesa de nacionais fora do nosso território à solidariedade com as alianças.

3. A NATO

A NATO nasceu para que os países que então a constituíram se protegessem do expansionismo e imperialismo soviético, que se sustentava na ideologia comunista e no elevado potencial estratégico. Aliás, o poder militar russo já fora demonstrado nos últimos dois anos da Segunda Guerra Mundial, do saliente de Kursk à tomada de Berlim, e foi depois aumentado com a capacidade nuclear que adquiriu.

A NATO é constituída por países diferentes quanto ao continente a que pertencem (Europa e América), quanto à sua extensão territorial, quanto aos seus efectivos populacionais, quanto à sua economia e quanto ao seu potencial estratégico. Há na NATO uma única superpotência, os EUA; países com potencial estratégico intermédio, entre os quais dois têm capacidade nuclear; e várias pequenas potências.

Para os países da Europa ocidental, a necessidade de defesa de uma invasão soviética era evidente, mas, para os EUA e para o Canadá, a NATO, com a capacidade dissuasora de que iria dispor, era a forma de não terem que enfrentar, no futuro, uma Europa totalmente soviéticaizada e hostil.

Durante quatro décadas, a NATO, na qual se evidenciava o elevado poder militar dos EUA, constituiu-se como um dissuasor eficaz do expansionismo soviético. No final da década de 1980, devido à superioridade tecnológica e às diferenças de poder e bem-estar das populações da nação americana e dos restantes países da Aliança Atlântica, deu-se a implosão da URSS.

A partir daquele momento, desaparecera a razão pela qual a NATO fora criada, mas houve países que haviam pertencido ao Pacto de Varsóvia que mostraram interesse em aderir à NATO, para nela encontrarem a protecção de que necessitariam face a uma futura estratégia imperialista russa. Esta pretensão levou a NATO a praticar uma política de alargamento, apesar de esta fazer aumentar o “complexo de cerco” que a Rússia tem e que, desde o tempo de Pedro “O Grande”, a faz procurar ter o controle de um *glacis* nos territórios que a circundam. Esta atitude tem-se constituído como uma quase constante histórica.

Após o desaparecimento da URSS, o vazio de razão da NATO para continuar a existir não foi preenchido pela política de alargamento, porque a Rússia perdera o estatuto de superpotência, dando origem, quanto à distribuição do poder mundial, a um sistema unipolar com centro em Washington. Mas a NATO encontrou um argumento para continuar a existir, quando a ONU pediu a sua intervenção para impor a paz nos Balcãs. Com efeito, aquela região em que se defrontavam velhos nacionalismos exacerbados e uma grande hostilidade étnica e religiosa, que anteriormente o Presidente Tito tinha sabido conter, estava então mergulhada numa guerra sangrenta e cujo fim se não vislumbrava.

Este pedido à NATO resultava da consciência que existia, a nível internacional, do seu poder político e militar e da sua proximidade geográfica com a região balcânica. Mas esta acção tinha também a vantagem de aumentar a segurança na Europa, de concorrer para a paz mundial e de manter a coesão entre os países da NATO, já que o *magic glue*, que fora o inimigo URSS, desaparecera. A intervenção tinha também a vantagem de se testar de facto e no terreno, pela primeira vez, o seu poder político e militar em operações (da estrutura, das forças e dos procedimentos), já que este estivera sempre em *stand-by*, apenas suportando a dissuasão.

O sistema de forças que existia na NATO fora planeado e construído para outro tipo de operações, não podendo, por isso, responder às particularidades daquele Teatro de Guerra, ao tipo de conflito e à missão que iria desempenhar. Mas utilizando meios altamente sofisticados de que os EUA dispunham e de forças dos restantes países da NATO, a que se juntaram países não pertencentes à Aliança, foi possível constituir *à la carte* um instrumento militar coerente e eficaz.

Depois desta acção, a NATO encontrou uma nova razão para continuar a existir na intervenção sobre sedes, forças e zonas de refúgio de extremistas islâmicos, que praticavam acções terroristas nos países ocidentais e até em países islâmicos tolerantes, com grande impunidade. De facto, com elementos radicais, sem escrúpulos, carregados de ódio e altamente motivados, é relativamente fácil praticar actos deste tipo (da viatura armadilhada ao atropela-

mento de pessoas, do suicida com explosivos à arma de fogo e à arma branca) e matar gente inocente. Além disso, era necessário intervir para criar estabilidade e paz em certos países, porque os conflitos e o caos proporcionavam a emergência daqueles extremistas e da sua acção destrutiva.

Estas acções da NATO contra objectivos dispersos e fugazes, bem como a preparação de forças militares e de segurança locais, visam tornar as forças desses países mais aptas para reduzir a actividade terrorista, evitar o seu expansionismo e aumentar a estabilidade nessas zonas.

Com a evolução que após a implosão da URSS se verificou na NATO, as intervenções militares que sucederam são de dois tipos. Uma, de protecção de qualquer um dos seus países quando surjam ameaças sobre eles, como impõe o artigo 5.º do Tratado. Outra, de intervenção *out-of-area* quando aí surjam ameaças sobre os países NATO ou emergem conflitos que podendo alastrar venham a constituir ameaças para a paz mundial com consequências nos países NATO.

No primeiro caso, com o elevado poder estratégico que a NATO possui e a norma do artigo 5.º sobre a sua aplicação, a dissuasão tem sido um sucesso, não se tendo concretizado qualquer ameaça militar nestes 70 anos. Mas deve notar-se que a política de alargamento tem criado suspeitas e aumentado as tensões porque tem sido entendida como uma ameaça por países limítrofes a leste, nomeadamente, a Rússia. De facto, nos novos países da NATO podem ser colocadas forças e armas que criam insegurança nos países vizinhos. Isto significa que o relativamente reduzido potencial que se incorporou na Aliança com a entrada dos países de leste é contrariado por uma maior percepção de ameaça em países limítrofes vizinhos da NATO.

Em relação às operações *out-of-area*, que desde a intervenção nos Balcãs se têm vindo a realizar, convém, pela sua importância e particularidades, lançar um breve olhar sobre o Médio Oriente e os principais acontecimentos ali ocorridos nestas duas últimas décadas. Trata-se, de facto, de uma região única, pelo “escândalo geológico” que é a quantidade de hidrocarbonetos que possui, o seu valor económico, as tensões religiosas ali existentes e pelos elementos radicais muçulmanos que ali têm encontrado refúgio, ou procurado fazer nascer um novo Estado, anti-occidental, extremista, sanguinário e terrorista.

Na última década do século XX e na primeira do século XXI, os EUA, como única superpotência, decidiram intervir militarmente no Médio Oriente. A primeira intervenção deveu-se ao facto de o Iraque, contrariando as limitações que a Carta das Nações Unidas estabelece para se poder fazer a guerra, ter invadido o Kuwait. Para a segunda intervenção, em 2003, invocou-se o argumento de que o Iraque tinha armas químicas, o que se verificou, posteriormente, ser falso. Mas, se esse foi o pretexto apresentado, as razões

são outras e variadas. É o interesse económico devido à riqueza petrolífera da área; são os aliados que os EUA têm na região, nomeadamente, Israel e a Arábia Saudita; é a vocação imperialista dos americanos; e são também razões de política interna ligadas às eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Deve também notar-se que tudo isto sucede no Médio Oriente em que existem duas correntes religiosas do Corão, que se digladiam, xiitas e sunitas, e a tendência hegemónica de algumas potências regionais. É a Turquia, saudosa do Império Otomano que se desfez há um século, o Irão, país teocrático xiita, saudoso do império Persa que existiu há séculos, e a Arábia Saudita sunita, desejosa de manter o império dos petrodólares.

Por aquelas razões e pelos seus reflexos graves em outros países, como a Síria, o Líbano, a Jordânia, Israel, o Iraque, o Iémen e o Egípto, o Médio Oriente é um barril de pólvora que os EUA com as suas intervenções tornaram ainda mais instável, ao ponto de ali ter nascido o Daesh que se expandiu no Iraque e na Síria, conseguiu recrutar efectivos inclusivamente no mundo ocidental, praticou actos bárbaros sobre a população e sobre os prisioneiros, e incentivou o terrorismo na Europa e até em Estados muçulmanos.

A expansão do Daesh e o controle territorial que conseguiu, devido à instabilidade que existia em toda a região, levaram a NATO a intervir na zona e a apoiar forças locais de que se destacam iraquianos e curdos. No âmbito da NATO, esta intervenção vai da actividade de forças operacionais ao apoio de forças amigas e à preparação de forças locais, por forma a aumentar a capacidade para combater o denominado “Estado Islâmico”.

Depois de traçado este breve quadro da evolução da NATO e das suas intervenções, olhemos então para Portugal como um dos seus membros. Portugal encontrou na Aliança o complemento de poder que necessitava para garantir a sua segurança e defesa. Deve, porém, notar-se que aquilo que o poder da NATO tem garantido refere-se à defesa do território e da população. Contudo, a NATO não só não nos garante a independência do poder político como pode até, pelo seu elevado poder e peso político, afectá-la. Assim sendo, as nossas intervenções na NATO que possam levar os nossos militares ao sacrifício máximo têm que ser as que visam “interesses vitais” definidos pelo nosso poder político.

Para aprofundar a ideia dos nossos interesses vitais, podemos pensar nos casos em que eles são evidentes. Se a dissuasão não funcionar, a nossa permanência na NATO obriga-nos a participar na defesa dos outros países. Uma agressão a um país da Aliança, de acordo com aquilo que o artigo 5.º do Tratado determina, exige a solidariedade dos outros membros da NATO. Aliás, como já se referiu, é esta a norma ligada ao potencial estratégico existente que tem garantido a segurança apenas pela dissuasão. Isto significa que,

para além da “fronteira geográfica” do nosso país, podemos ter que fazer o sacrifício máximo na “fronteira do interesse”, que pode ser “fronteira geográfica” de outros países da NATO.

Quanto às intervenções *out-of-area*, se concordarmos com a decisão de as realizar, teremos também que nelas participar para, em retorno, recebermos a solidariedade da Aliança. Continuamos, portanto, também aí, a batermo-nos na “fronteira do interesse”. Além disso, em operações *out-of-area*, como tem sucedido no Afeganistão e no Iraque, quando colaboramos na formação de forças locais que procuram a estabilidade e sustentam a ameaça, estamos mais uma vez a participar numa “fronteira de contenção”.

4. Conclusões

- Uma das decisões que exige a maior ponderação do poder político português é a de utilizar as suas forças armadas em operações, porque isso pode obrigar os militares a terem que fazer o sacrifício máximo.
- Portugal está na Aliança Atlântica desde o seu início, porque tendo um potencial estratégico reduzido e sendo elevada a ameaça que então existia sobre a Europa ocidental, era necessário encontrar um complemento de poder para que se garantisse a segurança e a defesa do país. Note-se que a necessidade de se complementar o poder levou Portugal, durante séculos, a aliar-se à Inglaterra. Trata-se, pois, de uma constante histórica.
- Qualquer apoio ou aliança que Portugal consiga para a defesa do território nacional e da sua população não garante a existência de um poder político independente, esse outro pilar da tríade de Jellinek que define o Estado soberano, podendo, até, limitar essa independência, como sucedeu quando do apoio inglês, na segunda década do século XIX. Para garantir um poder político independente é necessário que exista uma forte vontade política de afastar imposições e limitações ao seu exercício. Se tal não acontecer, seremos um Estado dependente e não um Estado soberano.
- Ao longo dos últimos 70 anos, houve alterações de poder com consequências geopolíticas, de que se sublinha a implosão da U.R.S.S., que tiveram reflexos importantes em todo o mundo. Com o desaparecimento da U.R.S.S. e do Pacto de Varsóvia, deixou de haver razão para que a Aliança continuasse a existir, porque acabou a ameaça que levara à sua criação. Mas países da Europa oriental, libertos da tutela política e

ideológica de Moscovo, pediram para entrar na NATO, dando origem a uma política de alargamento.

- A política de alargamento, garantindo protecção a novos Estados-membros, não era porém justificação suficiente para a sobrevivência da Aliança. Contudo, com a intervenção nos Balcãs, a pedido da ONU, a NATO encontrou uma nova razão para existir. Depois da intervenção nos Balcãs voltou a encontrar uma outra razão, levando a cabo operações *out-of-area* em países com grande instabilidade, onde se refugiavam ou existem grupos de elementos fanáticos, dos quais partem acções, ordens e ideias para a realização de actos terroristas em países ocidentais e, até, em países muçumanos onde haja interpretações do Corão diferentes das suas.
- Ao longo de toda a existência da NATO, devido ao poder militar dos EUA e à sua capacidade nuclear, ao poder dos outros países que a constituem e ao artigo 5.º do Tratado que determina a solidariedade de todos face a uma agressão sobre qualquer um deles, o seu poder dissuasor foi suficiente para que se não concretizasse qualquer ameaça militar. Mas o elevado potencial estratégico não impediu que fossem realizados actos terroristas em vários países, porque quem os determina não são Estados, mas sedes de poder erráticas, e quem as executa são extremistas, fanáticos, para quem a morte não é punição.
- O poder político português decidirá quando e onde os seus militares poderão ter que fazer o sacrifício máximo, tanto na defesa do país como na de outro membro da NATO, mas tal pode também suceder em acções *out-of-area*. Para a sua defesa, Portugal conta com o poder dissuasor da NATO e com a solidariedade dos seus membros; nos outros casos, Portugal será solidário com eles. No caso de Portugal defender o seu território, bate-se na sua “fronteira geográfica”. Nas missões NATO bate-se na “fronteira do interesse”, porque para a sua segurança e defesa, que é do seu interesse, é este o contributo que o artigo 5.º e a solidariedade lhe exigem.
- Nas acções *out-of-area* estamos também a defender na “fronteira do interesse”, para com essa participação obtermos solidariedade quando esta for necessária. Mas, no caso de estarmos a preparar forças locais para lutarem pela estabilidade dos seus países, como tem sucedido no Afeganistão e no Iraque, e que procuram deter o expansionismo terrorista, essa nossa “fronteira do interesse” acaba por ser também uma “fronteira de contenção”.

- Quanto à defesa de um país aliado, ela não pode merecer a nossa solidariedade se tendo esse país agido política ou militarmente contra outro Estado, este responder militarmente. Nesse caso, em que a ação desse país da NATO foi para servir apenas o seu interesse, a segurança e defesa serão exclusivamente um problema seu.
- A realização de uma operação *out-of-area* é decidida pelo conjunto dos países da NATO. Assim sendo, se algum ou alguns países quiserem intervir, porque isso é apenas do seu interesse, como já sucedeu no passado, os outros membros não têm que se solidarizar com essa decisão.
- Quando estiverem a decorrer operações *out-of-area*, se algum país realizar ações que alterem as razões de intervenção e que tenham consequências graves no Teatro de Operações, apenas por interesse seu ou da sua direção política, nada justifica que os militares portugueses no Teatro possam ter que fazer o sacrifício máximo.
- Portugal deverá decidir, com independência, quando e como os seus militares poderão ter de fazer o sacrifício máximo. Noutros tempos, Portugal trocou sangue por pimenta; hoje, não troca sangue por petróleo, ou por se abster de manifestar a independência do seu poder político.

SAI MESMO AO AVÔ. ATÉ NAS TAXAS

Vantagem Família

Saiba mais em
www.millenniumbcp.pt

NO MILLENNIUM
AS VANTAGENS FICAM
EM FAMÍLIA



www.millenniumbcp.pt

Millennium
bcp

AQUI CONSIGO

Acerca das missões de interesse público das Forças Armadas



Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz*

Finda a guerra, qualquer guerra, o poder político desmobiliza os soldados e destina os recursos de que dispõe – nessas alturas especialmente escassos – a uma infinidade de iniciativas destinadas à reconstrução das infraestruturas, ao aumento da capacidade produtiva e a sarar as feridas morais e físicas dos indivíduos e das sociedades. Nesse processo, não é apenas o dinheiro que deixa de chegar às Forças Armadas; também o apreço que até aí lhes era dedicado se vai esvaziando, permanecendo subvalorizado até que nova guerra o faça renascer das cinzas. A NATO é um caso paradigmático. Tendo os Estados-membros acordado em dedicar à Defesa 2% do PIB, apenas uma ínfima minoria cumpre o prometido. E os que atingem ou ultrapassam aquela percentagem, fazem-no não para reforço da Aliança, mas para alavancar desígnios estratégicos exclusivamente nacionais. Os povos das democracias ocidentais, esquecidos dos malefícios das guerras, assistem displicentes à leviandade com que os políticos assumem, na área da Segurança e Defesa, compromissos que não têm intenção de cumprir, enquanto fingem acreditar no fim das guerras para retirar meios àqueles que as podem evitar.

Em Portugal, este processo apresenta uma peculiaridade: iniciado na sequência do golpe militar que em 25 de Abril de 1974 derrubou uma ditadura e entregou as possessões ultramarinas a Movimentos independentistas, decorreu em simultâneo com um reajustamento social que, em vinte anos, retirou juízes, professores, médicos, sacerdotes e militares dos pedestais onde aguardavam a reverência dos concidadãos. Inconformados, aqueles para quem isso foi possível formaram sindicatos e contestaram na rua a perda de estatuto e de regalias. Os militares, proibidos por lei de o fazer, criaram Associações

* Sócio efetivo da *Revista Militar*.

sócio-profissionais que, a despeito de algumas pequenas vitórias, assistem impotentes ao declínio da profissão e do suporte popular à Instituição Militar.

A desvalorização manifesta-se em dois sentidos inconciliáveis. Enquanto decrescem efectivos, equipamentos, armamentos e recursos financeiros, cresce a exigência popular à utilidade social do aparelho militar – um duplo deslizamento que não só pode revelar-se fatal para o cumprimento das missões fundamentais das Forças Armadas, como também coloca em risco as missões de interesse público que lhes incumbem, designadamente, a vigilância e controlo do território nacional e do espaço interterritorial, a colaboração com as forças de segurança na prevenção e enfrentamento das ameaças terroristas e no combate às formas mais gravosas de crime organizado transnacional, bem como o apoio à protecção civil e o auxílio às populações em situação de catástrofe ou calamidade e na prevenção dos incêndios.

Este enunciado está muito longe de esgotar o inventário das missões. Não obstante, fornece indicadores claros relativamente à extensão do desfasamento entre aquilo que a lei determina e os meios de que as Forças Armadas dispõem para o seu cumprimento. Uma solução óbvia consistiria na designação de objectivos menos ambiciosos; outra, mantendo-se os objectivos, na disponibilização dos meios adequados. Mas a primeira não é socialmente aceitável nem eleitoralmente rentável e a segunda não é financeiramente possível.

Como encarar, então, a missão de defender militarmente a República? Como um mero enunciado de princípios ou para ser levada a sério? Se é para ser levada a sério, importa começar por averiguar por que forma e durante quanto tempo poderá Portugal defender-se sozinho de uma agressão militar até que os aliados da NATO intervenham e que meios materiais, humanos e morais serão necessários para essa resistência. O general Loureiro dos Santos recorda-nos que “(...) sem um sistema de forças em condições de combater, não se consegue de um dia para o outro satisfazer as nossas necessidades de segurança. Só se ele estiver disponível e com capacidades operacionais certificadas, as Forças Armadas portuguesas serão capazes de responder cabalmente às ordens que receberem das autoridades políticas legítimas (...)”¹. Na sua singeleza, o comentário – que poderia ser subscrito por qualquer um dos Chefes de Estado-Maior ou pelo próprio Ministro da Defesa –, esconde uma extrema exigência de capacidades nos planos técnico, táctico, psicofísico, financeiro, moral e disciplinar. Pode afirmar-se, sem receio de errar, que a esmagadora maioria dos cidadãos portugueses o subscreveria. Mas, tal como outras grandes tiradas que periodicamente cruzam o espaço informativo, não

¹ SANTOS, General José Alberto Loureiro dos, *Revista Militar* N.º 2524 – Maio de 2012, pp. 589-591.

responde à dúvida sobre os meios humanos e materiais necessários para que as Forças Armadas possam concretizar a missão principal. Falemos de efectivos: são cinquenta mil ou cem mil? Falemos de meios: são três brigadas de forças terrestres ou cinco? São duas esquadras de aviões de combate ou três? São quatro fragatas ou seis? Para podermos resistir a quem? E como? Aparentemente, ninguém sabe.

Apesar das dúvidas, temos um Sistema de Forças aprovado, mas nunca concretizado. E Leis de Programação Militar, cuja aplicação fica sistematicamente aquém do programado. Incongruências que, com o passar do tempo, em vez de ganharem acuidade, recolhem complacência. O cidadão comum, sugestionado por um longuíssimo período de paz, acredita num futuro sem guerra e está pouco interessado em saber se os orçamentos das Forças Armadas são deficitários. Preocupa-o, sim, que o dinheiro que paga em impostos tenha utilidade prática. E, por isso, enquanto a guerra não chega, quer ver os militares ocupados em tarefas de interesse público. E os militares, que seguramente também anseiam pela paz, mas que treinam para fazer a guerra, o que pensam disso?

Depois de vencidos alguns sobressaltos corporativos, as coisas tornaram-se bastante claras para eles: nada têm a opor às missões de vigilância e controlo do território nacional e do espaço interterritorial e à colaboração com as forças de segurança na prevenção e enfrentamento do terrorismo e no combate ao crime organizado transnacional, visto que se trata de extensões lógicas das suas aptidões específicas. As outras missões, aquelas que fazem apelo a aptidões não militares, como a abertura de aceiros, a construção de caminhos e pontes ou a prevenção de incêndios, ainda não gozam de aceitação geral no meio militar, subsistindo dúvidas em alguns sectores relativamente à extensão do compromisso e às consequências para a prontidão do Sistema de Forças.

Ninguém acredita que os poderes políticos – de esquerda, de centro ou de direita – sejam capazes, num futuro previsível, de alterar o estado das coisas, concebendo e concretizando as Forças Armadas e o Sistema de Forças capazes de cumprir as missões que a Constituição lhes destina. Se a previsão estiver certa, como é muito provável, os militares estão condenados por tempo indeterminado ao cumprimento de mínimos operacionais. Em semelhante contexto fará sentido encaminhá-los para actividades de serviço público? A competência do Governo para entregar aos militares algumas dessas tarefas, mormente quando apoiada no sentir geral da comunidade, não sofre contestação, nem mesmo por parte dos militares, que não quererão manifestar discordância sem argumentação convincente. Resta saber se esse processo será benéfico não apenas para o interesse nacional, mas também para a imagem das Forças Armadas e para a operacionalidade do aparelho militar.

Há pelo menos três questões importantes ligadas a esta problemática.

A primeira, tem a ver com a habilitação do militar chamado a operar, em tempo de paz, equipamentos diferentes daqueles que operará em tempo de guerra. De facto, é da maior relevância saber-se se a acção de pilotar um avião de combate aos incêndios contribui para manter um piloto de caça habilitado a operar um sofisticado aparelho militar ou se, pelo contrário, desgasta a referida habilitação. Para facilidade de compreensão, imagine-se um piloto de automóveis de fórmula 1 que, por qualquer razão, se vê obrigado a pilotar um *Smart* durante seis meses. Findo esse período, estará ele tão habilitado a pilotar o *Ferrari* como estava seis meses atrás? Se a resposta é importante para o piloto do *Ferrari*, pense-se na importância que tem para o piloto militar, cuja missão consiste em operar um avião de caça em ambiente de guerra. Uma apreciação apressada diria que será sempre melhor pilotar o avião de ataque a incêndios do que não pilotar avião algum (coisa que, de facto, vai acontecendo com indesejável frequência, por períodos mais ou menos longos), mas isso é algo a que só um especialista saberá responder com exactidão. O rigor na análise é essencial, uma vez que o sentido da apreciação determinará medidas que podem ser absolutamente inesperadas. Finalmente, é preciso ter presente que as dúvidas perspectivadas para os pilotos de avião devem ser colocadas relativamente a muitos outros operadores de equipamentos militares especializados.

Menos polémico será o caso dos militares integrados em unidades ligeiras de combate terrestre, cuja preparação para a guerra consiste maioritariamente em manter a aptidão psicofísica, técnica e táctica, através da repetição de actividades relativamente simples que podem, sem sombra de dúvida, ser desenvolvidas cumulativamente com a prevenção de incêndios florestais, como, por exemplo, o patrulhamento, a nomadização através de zonas remotas, a prática da camuflagem e a observação do terreno. Com exceção do treino físico, todas as outras actividades essencialmente militares não devem – não podem! – ser executadas todos os dias. O que significa que uma boa parte dos referidos militares dispõe de tempo para se integrar, episodicamente e sem prejuízo visível para a missão principal, em acções de apoio às populações.

A segunda questão respeita à natureza e qualidade dos equipamentos. Antes que se lancem os concursos para compra ou aluguer, é imprescindível estabelecer prioridades, sendo certo que serão poucos os aviões, os navios e as viaturas – para só falar destes meios – passíveis de duplo uso. Estes poucos são, de resto, velhos conhecidos, como, por exemplo, os navios e helicópteros de busca e salvamento ou as máquinas de Engenharia aptas para uma diversidade de tarefas. Na generalidade, os equipamentos têm aplicações de carácter eminentemente civil ou militar e, antes de os adquirir,

rir ou alugar, o Governo tem de optar por uma das modalidades, ciente de que, se privilegiar a utilização civil, está a impedir o Sistema de Forças militares de se dotar com capacidades operacionais certificadas para o cumprimento de obrigações constitucionais. E extraír daí as conclusões convenientes.

Por último, importa considerar o lugar dos militares na sociedade portuguesa, numa altura em que os juízes deixaram de ser «evidentemente justos e incorruptos», os professores «evidentemente mestres exemplares», os médicos «evidentemente sabedores e atentos», os sacerdotes «evidentemente confiáveis e conselheiros» e os militares «evidentemente heróis prontos a dar a vida pela Pátria». Na actualidade, quem quiser ser respeitado pelos concidadãos tem de fazer por isso. Para os quatro primeiros, que se movimentam profissionalmente num espaço sujeito ao escrutínio das pessoas e da Comunicação Social, a tarefa é dura, mas pode recompensar quem de facto o mereça. O caso dos militares é diferente, pois as suas actividades em tempo de paz – seja a simples preparação para a guerra ou as mais exigentes e eventualmente perigosas operações de apoio à paz no âmbito dos compromissos internacionais – decorrem longe das vistas dos concidadãos, não sendo, portanto, passíveis de apreciação por parte destes. De facto, os portugueses só muito raramente os vêem, aquando dos desfiles nos dias de festa nacional. E se os desfiles podem provocar nos espectadores um certo fascínio, e se os encómios feitos por entidades estrangeiras ao desempenho dos nossos militares nas missões de apoio à paz podem constituir motivo de orgulho, também é verdade que fascínio e orgulho depressa se desvanecem, remetendo os militares para a mesma situação em que se encontram todos os prestadores de serviços públicos: obrigados a conquistar o respeito popular em acções que possam ser testemunhadas pelos interessados.

O empenhamento em missões de interesse público será o passo adequado nesse sentido? A realidade é que, no actual contexto, não se vislumbra outro. Pode considerar-se injusto um julgamento que não incide sobre a forma como os militares estão preparados para a missão principal, mas esse é um sinal dos tempos, uma característica omnipresente nas sociedades de abundância, nas quais os cidadãos reclamam – diga-se que com toda a razão – o direito a escrutinarem a utilização dada ao dinheiro dos impostos que pagam. Mas subsiste um problema: como vimos atrás, a integração dos militares em missões de interesse público pode traduzir-se em prejuízo para a execução da missão principal, sempre que o período de afastamento das actividades de treino para a missão principal for tão prolongado ou tão secionado que se perca ou se prejudique seriamente a aptidão específica, sobretudo, no que respeita aos operadores de equipamentos com grande incorporação tecnológica.

O entrosamento entre civis e militares, peça fundamental na criação do sentimento de que as Forças Armadas são uma emanação da sociedade nacional, tem constituído nas últimas décadas uma preocupação permanente das chefias militares, que repetidamente chamam a atenção dos políticos para a importância de se implantar um dispositivo territorial das Forças Armadas que cubra todo o território nacional, por forma a fortificar o relacionamento entre os cidadãos fardados e à paisana. Por razões diversas, umas mais fáceis de entender do que outras, tem-se caminhado justamente no sentido contrário, de tal forma que, hoje, são em número reduzido as localidades com guarnição militar, e esse parece ser um processo irreversível.

É também por isso, para minorar esta dinâmica de afastamento, que a presença dos militares em missões de interesse público assume uma importância que não teria num passado relativamente recente. Mas os cidadãos, tanto os civis como os militares, têm o direito de esperar que os Governos sejam capazes de perceber que a defesa militar da República tem uma importância superior à das missões de interesse público e de agir em conformidade.

O Império Colonial Alemão



Tenente-coronel João José de Sousa Cruz*

1 – Antecedentes¹

O Homem não é um animal que esteja muito tempo num mesmo local, o sedentarismo não é próprio dos humanos. Gostam de se deslocar e saber para onde vão quando se deslocam. Daí que, por muitos interesses que lhes facultem, sempre que podem passem, visitam, estudam outros locais, outras maneiras de viver, de se alimentar, etc. Aproveitam, então, a faculdade de se deslocar, de andar, de viajar, de mudar de casa e de trabalho, etc.

Destas deslocações resultam sempre, ou quase sempre, croquis, plantas, ou mapas mais ou



Figura 1 – Mapa de todo o continente africano, executado por volta de 1803, por cartógrafos árabes com técnicas cartográficas e informações europeias.

* Professor de Topografia e Geodesia na Academia Militar, Lisboa. Professor e criador do curso de Engenharia Técnica em Topografia, no Instituto Politécnico de Beja. Professor de Topografia e Desenho Cartográfico na Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa. Professor convidado da Universidade do Açores para as cadeiras de Topografia e Desenho Cartográfico, Ponta Delgada. Professor de Topografia da Universidade Lusófona, Lisboa. Secretário da Revista de Artilharia. Cumpriu quatro comissões de serviço no Ultramar, três em Moçambique e uma em Timor.

1 Em Maio de 2014, in *Revista Militar* n.º 2548, Maio de 2014, pp. 365-392, o Exm.º Senhor Major-general Adelino de Matos Coelho publicou um excelente estudo sobre “O Expansão alemão em África”. Com o presente escrito não pretende o autor obscurecer o valioso trabalho de Matos Coelho, mas sim complementá-lo no referente a informação cartográfica, dado que o autor foi cartógrafo do antigo Serviço Cartográfico do Exército e formador de Engenheiros Topógrafos.



Figura 2 – Ibn Batuta.

menos correctos e mais ou menos perfeitos, que nos vão permitir deslocações mais ou menos seguras. Da antiguidade próxima, temos conhecimento de um grande viajante, que percorreu quase todo o mundo conhecido, entre os anos de 1304 e 1377, tempo que teve de vida. Trata-se de Ibn Batuta, viajante e explorador marroquino, que deixou registadas as suas viagens pela África do Norte, Ásia Central, Índia, Paquistão, Arábia, Espanha, Europa de leste, China, Ásia, Mauritânia, Indonésia, Somália, Mombaça, Samatra, Filipinas, etc.

O interesse pelas viagens que Ibn Batuta nos transmite com a autobiografia incluída no relato das suas viagens, e que duraram cerca de 50 anos, demonstra a vontade de aumentar sempre o seu conhecimento do mundo.

Na necessidade de se conhecerem os ambientes vitais para a humanidade de procriar e viver em paz, há imensas condições favoráveis e outras contrárias a essa vivência. Assim, os reconhecimentos militares e as explorações científicas, sejam eles de saúde, de antropologia, geológicas ou de carácter económico, começaram a ter lugar e a serem realizados com alguma frequência.

No continente africano há registos de exploração de caminhos no interior do continente e via mais fácil de se interiorizar esse conhecimento era a via aquática, seguindo os seus grandes rios, daí o seu conhecimento, desde épocas mui remotas.

Dos rios que mais foram utilizados desde a antiguidade, temos alguns croquis exploratórios dessas autênticas auto-estradas aquáticas, que juntamos para complementar o estudo dos terrenos que interessam às futuras colónias alemãs que são o objecto do nosso estudo.

Nas figuras seguintes serão apresentados croquis dos rios Congo, Niger, Gabão e Zambeze, extraídos do livro *Explorers' Maps*².

Do rio Congo ou Zaire, incorrectamente³ aqui denominado "The Livingstone River", por ter sido apresentado ao mundo científico europeu pelo senhor Livingstone. O caudal deste rio penetra fortemente no interior do Oceano Atlântico, de tal modo que, a 400 quilómetros de distância da costa africana, sente-se que a água do mar ainda é doce ou pelo menos salobra, tendo perdido a salinidade usual em pleno oceano.

2 R. A. Skelton –*Spring Books*. Impressa em Hong Kong, em 1970.

3 R. A. Skelton, pág. 290.



Figura 3 – Croquis do reconhecimento do rio Congo ou Zaire, de Livingstone.

Os primeiros europeus que percorreram e efectivamente descobriram este reino foram navegadores portugueses que foram demarcando toda a costa da Guiné, bem como os seus rios.



Figura 4 – Os oficiais de Marinha Brito Capelo e Roberto Ivens, após a viagem de exploração à África Equatorial.

Leopold II, desejar ter uma colónia em África. A partir daí, tudo lhes foi permitido, até ocupar zonas já conhecidas e colonizadas por portugueses, por vezes, havia mais de 100 anos.

Nestas explorações pode referir-se a actuação dos portugueses oficiais de marinha, Brito Capelo e Roberto Ivens, bem como o oficial do exército Serpa Pinto, cujos palmarés incluíam uma travessia de África, de Angola à contra-costa (Mocambique).

No entanto, como o senhor Livingstone, com a sua arte de comunicar, por escrito, por carta, por estafetas, etc., tinha facilidade de difundir as suas notícias para toda a Europa, este rio passou a ser denominado, erradamente, como Rio Livingstone (figura 3).

O navegador português Diogo Cão, em 1482, descobriu, para conhecimento da Europa, a foz deste rio e entrou em boas relações com o Manicongo, pelo que se viu obrigado a subir o seu curso até à sua capital.

O rio Congo ou Zaire, que é o seu nome, liga todas as zonas do mais tarde denominado Congo Belga. De notar que nenhum belga se interessou por colonizar, antes do seu rei,



Figura 5 – Desenhos antropológicos de Capelo e Ivens.



Figura 6 – O Xa
Mandamba recebe, pela
primeira vez, Henrique de
Carvalho como embaixador
do rei de Portugal (1885)⁴.

engenharia que não completou. Passou por Macau, por S. Tomé, por Moçambique e por Angola, que explorou intensamente. A expedição ao potentado africano Muata Ianvo foi a sua maior aventura em Angola.

Outro explorador importante na zona do Congo foi Stanley, jornalista americano.



Figura 7 – O Rio Zaire nos redemoinhos de Fuma Fuma⁵. Desenhado por Roberto Ivens, em 1876.

Igualmente, o General Henrique de Carvalho foi um explorador que ficou na história do desbravamento do interior de Angola (com o Xa Mandiamba, em 1885 – figura 6). Nascido em 1843, estudou no Colégio Militar, onde teve o número 143. Continuou na Escola Politécnica um curso de



Figura 8 – Guiné, com indicação de exploradores



Figura 9 – Stanley
(jornalista americano)

⁴ Do livro de Henrique de Carvalho, *Uma vida ao serviço da Pátria*, pág. 145. Edição de 1975.

5 Revista *Ocidente*, 1880.



Figura 10 – Serpa Pinto.

com viajantes, exploradores, missionários, e com alguns curiosos militares e cientistas que, durante anos, a percorreram e deixaram muita literatura sobre as suas experiências. Foi, assim, objecto de várias explorações feitas por aventureiros europeus, entre os quais, talvez se possa enfatizar o Capitão Sir Richard Burton, inglês, que, em 1861, desempenhou a função de cônsul em Fernando Pó, actual Bioko.

Durante três anos, explorou as áreas circunvizinhas, registando as suas descobertas em nove livros repletos de detalhes e informações minuciosas a respeito de hábitos tribais, canibalismo e costumes sexuais.

O explorador Karl Mauch, alemão, geógrafo que descobriu as ruínas de pedra do "Great Zimbabwe", construídas pelos povos Shona, entre os séculos XI e XV a.C. O explorador Mungo Park, escocês, desvendou a porção central do rio Niger. E Manuel Iradier (1854-1911) que, embora inicialmente se orientasse para uma carreira de letras, por influência de Stanley, encaminhou-se para a exploração científica, na zona da actual Guiné Equatorial.

Foi ele, Stanley, que encontrou o sr. Livingstone doente e em condições bastante drásticas e lhe permitiu recuperar a saúde que estava muito debilitada. É sobejamente conhecida a frase de Stanley quando finalmente o encontrou e disse: *Mr. Livingstone, I presume?*

Serpa Pinto, na companhia dos dois oficiais de marinha portuguesa já referidos, também foi aventureiro e explorador africano, pois também efectuou a travessia completa do continente africano, de Angola à Contra Costa.

Outro rio importante africano, o rio Niger⁶, foi percorrido por franceses e espanhóis. O conhecimento europeu do interior de África, neste caso da África Ocidental, foi obtido



Figura 11 – Croquis feito pelos viajantes e exploradores no rio Niger.

⁶ R.A. Skelton, pág. 282.

Entretanto, os ingleses estabeleceram-se em Fernando Pó com intenção de, futuramente, anexarem a Nigéria e o Camarões, sempre com o pretexto de reprimir o tráfego de escravos. Também os franceses tentaram instalar-se com o mesmo fim dos ingleses, mas não efectivaram a ocupação.

Ainda sobre os rios importantes de África, o croquis do senhor Livingstone mostra o percurso que explorou, desde Angola até Moçambique, pelo rio Zambeze e regiões vizinhas, incluindo os grandes lagos, Niassa, Tanganica, Alberto, Victória, etc. (figura 12).



Figura 12 – Croquis da área africana a norte do rio Zambeze que o senhor Livingstone considerava seu “Reino”.

Como há imensa literatura sobre os trabalhos deste senhor, e conhecida em demasia nos países anglófonos, dispenso-me de referir os seus “descobrimentos ou assenhорamentos” de itinerários de outros exploradores, muito anteriores a ele, mas sem a difusão de que dispôs Livingstone.

O Convénio hispano-francês de Paris, em 1900, definiu as fronteiras com o Gabão, então francês, ficando a fronteira norte do Rio Muni definida pela antiga fronteira entre o Gabão e o Camarões. O croquis da figura 13 apresenta o que foi anuído pelos dois participantes, Espanha e França, em 1900.

Este é o mapa oficial de delimitação de fronteiras do Convénio de 1900 e utilizado como única referência cartográfica entre Espanha, França e Alemanha (para essa demarcação saíram de Cadiz, em 9 de Junho de 1901, os técnicos Gutierrez Sobral e Barrajo Viñas, destinados a demarcar, respetivamente, 318 km da fronteira meridional e 342 km da fronteira oriental; estes trabalhos foram executados com observações geodésicas e astronómicas). A fronteira norte com o país Camarões só foi concretizada em 1906, com ajuda do engenheiro alemão, Capitão Föerster.

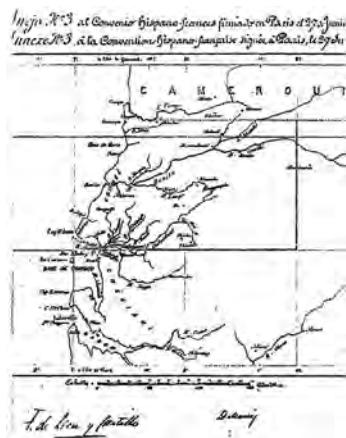


Figura 13 – Fronteiras terrestres entre “Rio Muni” (na Guiné Espanhola), o Gabão (a Leste e a Sul) e os Camarões (a Norte).

presentada pela Alemanha, no fim do século XIX, levou este país a procurar zonas pouco ocupadas por europeus, facilitando-lhes esta escolha, no ponto de vista europeu, mas não considerando a presença, ou não, de povos estabelecidos há muitos séculos nas regiões que passaram a ser geridas como colónias. No entanto, foram considerados nestas escolhas o que atrás mencionei, a proximidade de grandes linhas águas como linhas de penetração e de circulação de culturas e de deslocação de povos bem como de grande importância económica. Não me referi ao Rio Rovuma, por o sr. Livingstone só ter percorrido menos de metade do seu tamanho e, somente no século XX (1960), o seu percurso ter sido completamente percorrido pelos portugueses Capitão Valdez dos Santos e Alferes Medina Ramos⁸. No entanto, a colónia alemã África Oriental Alemã (Deutsch-Ostafrika) também se apoiou neste rio.

Outro rio importante na parte continental de África, é o rio Gâmbia⁷. A figura 14 apresenta o croquis da mesma zona do rio, referindo-se a uma ligação com uma expedição de Vermuyden's, em 1661. Do documento original junto transcreve-se:

“Carta do rio Gâmbia, provavelmente desenhado em ligação com Vermuyden's expedition 1661”.

O Coronel Vermuyden acompanhou a expedição enviada, em, 1661, pela *Royal Adventurers of England*, para estabelecer comércio na Gâmbia. O Coronel era pesquisador de ouro e a carta manuscrita por ele está agora no Museu Britânico.

Em 1732, foram publicados “Drafts of Guinea” com desenhos de William Smith.

De notar que a “fome de colónias” apre-

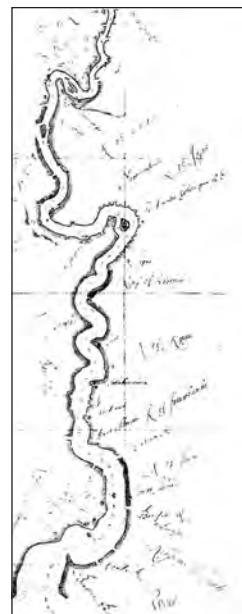


Figura 14 – Croquis do rio Gâmbia.

7 R.A. Skelton, pág. 278.

8 O Rio Rovuma. *Revista Militar* n.º 2494, Novembro 2009, pág. 1461.



Figura 15 – Gago Coutinho marcando a fronteira no sul de Angola com o SW Alemão.

Complementando as considerações, a colónia Camerão apoiou-se no rio Niger, a colónia Togo, estreitada entre o Dahomé e o Gana, aproveitou rios correndo para sul, para o golfo da Guiné, com alguma vizinhança com o rio Gâmbia, e a colónia Deutsch-Südwest-Afrika, quase completamente desértica, ainda foi estendida pelo “Corredor de Caprivi”, de modo a apoiar-se no rio Zambeze.

2 – A Conferência do Congo, mais conhecida como de Berlim

Vejamos como foi despertado o meu interesse sobre o estudo do “loteamento” de África, há já mais de 130 anos. Acontece que o meu neto Henrik, estudante em Hannover, me ofereceu um poster que descreve o que foi o Império Colonial Alemão [Die Deutschen Kolonialgebiete], que funcionou entre 1895 e 1905. Estas datas estão presentes no *poster* (figura 19), embora se tenha conhecimento que, em 1920, todas as colónias alemãs mudaram de protector.

A Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, pretendia regularizar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização nalgumas regiões de África. Inicialmente, destinava-se a regular os movimentos de viajantes e trocas comerciais, ao longo dos rios Congo (ou Zaire) e Níger, pelo que, por vezes, é referida como Conferência do Congo.



Figura 16 – A África, na concepção dos europeus, em 1727.

De facto, desta Conferência redundou a repartição das terras africanas, executada com régua e esquadro, sem olhar aos interesses das populações, à coincidência e sobreposição de raças, com as áreas que lhe foram atribuídas a cada novo país (na data, colónia) e, inclusivamente, não usando pormenores geográficos, como linhas de água e linhas de separação de águas, como era do antecedente actuação do conhecimento geral.

Por vezes, uma linha recta de fronteira unindo dois pontos de coordenadas conhecidas, calculadas e medidas no local, rasgava o sertão, indiferentemente das condições reais dos terrenos que atravessava. Quem determinava e era árbitro absoluto era o cartógrafo, o qual “punha e dispunha” das suas informações e as desenhava como entendia.

A sorte do Brasil já ser independente, em 1885, salvou-o de ser esquartejado geograficamente por Bismark e os seus conferencistas, na sua ânsia de inventar colónias para a Alemanha, à custa de países colonizadores como Portugal, Holanda, França e, por arrastamento, a Inglaterra, embora não fosse muito importante para este país, como “senhor dos mares”, na altura – século XIX –, a definição de espaços coloniais, mas sim uma grande rede de pontos de apoio fixos em terra firme para que as suas esquadras de piratas ou corsários, que se intitulavam guardiões da segurança no mar, com a finalidade de impedir “o tráfico” de escravos, obtivessem a sua própria segurança.

Com licença do jornalista Ferreira Fernandes, que eu leio quase todos os dias, no Diário de Notícias, transcrevo:

“Por alguma razão ela (a Alemanha) nunca foi grande coisa a colonizar, como os romanos, ... sair das suas fronteiras para o alemão é procurar espaço vital, onde vital é (só) o espaço, os outros não contam. Sendo assim, para os outros ou ela é perfeita ou não é. E manifestamente não é”⁹.

Concluiu-se na Conferência que a circulação seria livre nos rios Congo (ou Zaire) e no Níger e que a foz do Congo passaria a ser internacional ligada ao país Congo Belga, separando Cabinda de Angola, por 35 quilómetros de costa na foz do rio Congo, para que, se o rio mudasse o seu curso, ainda seria internacional nessa extensão de costa.

A Conferência era constituída por representantes dos países interessados, incluiu delegados dos Estados Unidos da América. Não se percebe bem porquê, dado que este estado não tinha colónias, na data da realização da Conferência.



Figura 17 – A Conferência de Berlim em trabalhos.

⁹ Ferreira Fernandes, in Diário de Notícias, 15 de Outubro de 2016.

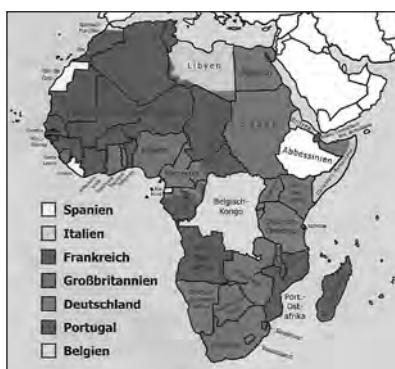


Figura 18 – Após o esquartejamento, o continente africano ficou assim, utilizando a nomenclatura alemã, nação impulsionadora da conferência.

Pela figura 18 pode avaliar-se a disparidade de áreas atribuídas à França e à Inglaterra, de Portugal só foram desviados para a Inglaterra a zona das Rodésias, mas as novidades são a presença das colónias alemãs e a existência do Congo Belga, que passou a ser colónia de um país que nunca se interessou por isso. Os seus vizinhos holandeses, que tanta ocupação forçaram nos territórios de influência portuguesa e inglesa, não se interessaram por África, limitando-se à Índia, à América e à futura Indonésia.

Na Conferência foi ainda determinado que a ocupação efectiva do território seria a prova de obtenção da atribuição do direito de colonizar pelos países interessados, sendo essa ocupação limitada à colocação de um posto militar, o qual, depois, permitiria ao colonizador recuar as fronteiras para o interior do território, até ser encontrada uma zona de influência vizinha ou um outro estado organizado.



Figura 19 – O Poster do Império Colonial Alemão.

Não encontrando obstáculos, esse espaço poderia ser prolongado até ao mar oceano na contra costa.

Entre dois estados ou colónias organizadas passaram a ser definidos e fixados os limites fronteiriços, por métodos astronómicos e topográficos. Equipas de campo foram demarcando e percorrendo as linhas de separação de zonas de interesse, as futuras fronteiras das colónias. Essas equipas de campo foram constituídas por militares do exército e de marinha que, durante anos, foram demarcando esses limites, e que actualmente ainda servem de guia à geografia política do continente africano. Tal solução, arbitrária e passível de críticas, foi a possível na época, mas, a verdade, é que ainda é respeitada, com mais ou menos variações, pelos países que constituem a geografia africana.

Nas colónias que sobejaram da ambição de Bismark, e que couberam a Portugal, também foram definidas e demarcadas as fronteiras terrestres, sendo um especialista português, o Almirante Gago Coutinho, que cartografou S. Tomé e Príncipe e definiu os limites fronteiriços de Angola, Moçambique e Timor, com as colónias suas vizinhas. Tais demarcações deram origem a diversas guerras de ocupação, nomeadamente, em Moçambique, onde o soberano Gungunhana deu muito trabalho para ser apaziguado pelas tropas portuguesas.



Figura 20 – Divisão política actual do continente africano.

O autor trabalhou, alguns anos depois (1958), sobre marcos definidos por Gago Coutinho em Moçambique, nomeadamente, no sul da colónia, na fronteira com o Transval, nos Montes Libombos. Também em Timor (1968), no adensamento da rede geodésica de Dili, foi encontrar marcos construídos por Gago Coutinho, e trabalhou sobre eles.

Como o problema do anti-colonialismo só foi enfatizado nos fins do século XX, e como a vigência da gestão alemã terminou em 1920, as revoltas



Figura 21 – Imagem da rendição de Gungunhana a Mouzinho de Albuquerque, em Chaimite (Moçambique), em 1895.

na Europa”, poderia fabricar e levar o que mais conviesse a cada colónia.

Otto von Bismark que inicialmente era anticolonial, e pensava que “A Alemanha não tinha necessidade de colónias”, mais tarde inverteu o seu pensamento e não só ocupou o Togo e o Sudoeste Africano, como patrocinou a Convenção de Berlim.

Mas, no concernente às colónias alemãs, existem imensas publicações alemãs relatando as viagens e estudos de naturais alemães, realizadas e escritas atempadamente, antes de 1883. São aqui listados alguns dos seus autores:

Autores	Zona Estudada
Ziegler e Schwarz	Norte de África
Barth	Rio Niger
von Schlieffen	Sudão, Kordofan
Brugsch	Egipto
Beurmann	Nubia, Fezzan e Bornou
Oterveg e Vogel Rohlf Nachtigal	Barguirmi e lago Tchad



Figura 22 – Otto von Bismarck.

O Dr. Oliveira Salazar (cerca de 50 anos depois) também tinha uma opinião curiosa sobre as colónias africanas, pois afirmou várias vezes que:

“Sentimos que a África, como o baldio da Europa...”

Ainda em 1883, Bismark, criando protectorados, ocupou o Togo, Duala e, em 1884, a costa do futuro Sudoeste Africano. Em 1894, o Chanceler Viktor von Hohenlohe tem a preocupação de obter colónias para a Alemanha. Em 1898, a China atribui à Alemanha um protectorado em Kiau-Tchén por 99 anos e o porto de Tsing-Tao. Em 1899 a Alemanha resgatou de Espanha as Ilhas Carolinas, as Ilhas Marianas e Palau; e compra de Espanha as Ilhas Bouganville e Buka. Desde 1894, o Noroeste da Nova Guiné (Papuásia) é também um protectorado.

Politicamente, em 1913, um acordo secreto Anglo-Alemão iria distribuir as colónias portuguesas: Moçambique, quase todo para ser destinado à Inglaterra; Angola, era destinada à Alemanha, mas o Noroeste seria unido à Rodésia; as ilhas de S. Tomé e Príncipe, seriam entregues à Alemanha. Este acordo iria juntar o Congo Belga à Colónia Central Africana, o que permitiria aos colonos de Angola, de Moçambique e do Congo Belga que ali trabalhassem sob orientação alemã.



Figura 23 – Pretensões coloniais alemãs.



Figura 24 – Pretensão inglesa.

Para a Inglaterra, Portugal cederia Moçambique na totalidade. O sonho de Cecil Rodhes “do Cairo ao Cabo”, felizmente, nunca foi conseguido.

3 – As Colónias alemãs em África

3.1 – Ideia geral do colonialismo

221

Em 1776, Turgot expôs o seguinte princípio:

“Deve ser abandonado todo o império sobre as (suas) colónias, deixar-lhes inteira liberdade de comércio com todas as nações, contentar-se em partilhar com os outros essa liberdade e apenas conservar com as (suas) colónias laços de amizade e de fraternidade”.

Bonita teoria, mas... com o decorrer do tempo foi perdendo força, e mesmo após o fim da escravatura, que, sabemos que ainda hoje é utilizada nalguns países, tal liberdade de amizade e fraternidade são puras utopias.

Analizando o fim do século XIX, na Alemanha, a população cresceu de 33% para 60%, entre 1851 e 1914, e a população activa na agricultura baixou de 42%, em 1881, para 28%, em 1907. Depois de 1850, a industrialização acelerou para 43% de população activa, entre 1906/7, e no comércio, 14%. O crescimento da população, a sua diminuição na agricultura e no comércio e o aumento da produtividade, tinha de levar a pensar que havia necessidade de as forças vitais do país serem aproveitadas no sentido patriótico de desenvolvimento da Alemanha. Logo, havia falta de espaço vital para o excesso de população e para o excesso de industrialização, e que melhores espaços para desenvolver a agricultura? Os países subdesenvolvidos em África.

Daí, a necessidade urgente de se criarem colónias, dirigidas por europeus, no caso, alemães, mas como grande parte de África estava já ocupada por colonos portugueses, franceses e holandeses, restou à Alemanha umas áreas quase desertas ou com grandes dificuldades de ocupação.

A criação ou obtenção de áreas para colonizar puderam ter lugar de formas diferentes. Por meios militares, por conquista, terrestre ou naval, por actuação de exploradores que compravam os direitos de ocupação, ou ainda por comerciantes que se instalavam nos locais e assim ocupavam efectivamente as terras.

A Alemanha de Bismark preferiu inicialmente desempenhar o papel de corrector honesto e o de árbitro, e a Conferência de Berlim deu o que deu!

Em 1882, criado o *Kolonialverein*, por negociantes, com marcada tendência para se servir de disputa colonial como arma diplomática, pretendia formar a *Mittelafrica* alemã, onde os colonos de Angola, Moçambique e do Congo Belga poderiam satisfazer as ambições colonialistas germânicas.

O império colonial alemão com um milhão de km² tinha acolhido, em 1906, somente 8000 pessoas e o comércio com a metrópole foi insignificante. A despesa custava à metrópole dez vezes mais do que rendia.

Em 1914, somente 25000 alemães viviam nas colónias, que a seguir apresentamos.

3.2 – África Oriental Alemã (Deutsch-Ostafrika)

“Em 1885 a Companhia Alemã da África Oriental, fundada pela Sociedade Alemã de Colonização, iniciou a colonização e exploração de territórios adquiridos por Carl Peters e outros colonos, negociando com os chefes tribais. Em 1888 as dificuldades começaram com a resistência africana tendo sido então nomeado um oficial alemão Comissário Imperial e incumbido de supri-

mir a revolta para o que contratou mercenários. Esta tropa e com “zulus” da África do Sul deu origem aos famosos “askari”, que até invadiram Moçambique atravessando o rio Rovuma e na marcha para sul quase chegaram a Quelimane”¹⁰.

Esta colónia, obtida por negociações com o governo local estabelecido em Zanzibar, estendia-se desde o Oceano Índico aos lagos Vitória e Tanganica, incluindo Ruanda e Burundi, e uma pequena parcela no norte de Moçambique.

Desde 1884/5, é protectorado alemão, sendo, em 1920, entregue à Inglaterra. É um país independente, desde 1961. Em 1962, é a República do Tangântica, em 1964, uniu-se a Zanzibar, passando a chamar-se Tanzânia.

Em 1920, Ruanda e Burundi, a zona montanhosa agricolarmente mais rica é inglesa; em 1962, é República Ruandesa (Norte); e em 1966, República Burundi.

O Triângulo de Qionga é de Moçambique, em 1920, da República Popular de Moçambique, em 1975, e da República de Moçambique, em 1990.

Da colonização alemã destaca-se a qualidade de ensino dos jovens nativos, desde a alfabetização à qualificação profissional do melhor ensino, ao sul do Saara. Por outro lado, houve uma grande revolta, a do Maji Maji, em 1905/7, no sudeste da Tanzânia, com milhares de mortos.



Figura 25 – A África Oriental Alemã, hoje Tanzânia.



Figura 26 – A África Oriental Alemã incluía Tangântica, Ruanda e Burundi, quando colónia alemã.

A construção da linha de caminho-de-ferro entre Dar-es-salaam e o lago Tanganica permitiu escoar a produção de sisal, café, borracha das seringueiras, algodão e outros produtos agrícolas, permitindo que, em 1912, Dar-es-salaam e Tanga recebessem 356 cargueiros e barcos de passageiros, e mais 1000 navios de cabotagem e comerciais locais. A população alemã não chegou aos 4000 em toda a África Oriental Alemã. A descoberta de ouro, em 1894, junto ao lago Victória, não beneficiou muito a economia desta colónia.

A Tanzânia, na I Guerra Mundial, foi teatro de operações em que brilhou, o, depois general, Paul Emil von Lettow-Vorbeck (figura 27). Durante todo o conflito, até o governo alemão se manter em combate, este oficial comandou os seus 3500 europeus e 12000 askaris, e manteve em respeito os 40000 homens do exército britânico.



Figura 27 – General von Lettow-Vorbeck.



Figura 28 – Artilharia recuperada pelos alemães, 10,5cm, usada depois contra aliados ingleses, na África Oriental.

Venceu uma força britânica, na batalha de Tanga, em Novembro de 1914, força essa oito vezes superior em número às tropas alemãs. Foi o único alemão que não se rendeu aos aliados e só entregou as armas três dias depois do Armistício. Mais tarde, as tropas coloniais askari, sob o seu comando, receberam pensões pagas pela República Federal Alemã. Enquanto demorou esse diferendo, tais pensões foram sempre pagas por von Lettow-Vorbeck, da sua fortuna pessoal.

A sua tropa de elite eram os askari que sempre acompanharam Vorbeck até ao fim da Guerra. Como a montagem de todo o império colonial alemão se deu de um modo tão tardio em relação a outros impérios, como o português, o francês e o inglês, todos eles firmados na antiguidade do esforço feito para o conseguir, estes novos colonos tiveram muita dificuldade em serem reconhecidos pelos povos a eles sujeitos. Só usando uma disciplina férrea e assente em teorias racialistas e imperialistas puderam conquistar essas

colónias e os seus povos, embora com muita dificuldade. Sabe-se que a actuação dos executores deste método foi experimental para o futuro nazismo.

Na África Oriental Alemã distinguiu-se um agente colonial, de nome Karl Peters, que, desde 1884 até final da sua actuação em África, ficou conhecido como “Peters o enforcador”. Acho que não merece mais considerações. Actuava como agente colonial, ou seja, administrador de população autóctone – população essa que, no seu parecer, “são moral e racialmente inferiores”, e que, embora “sejam dotados de grande força muscular e grande resistência, não têm coragem moral”, não devendo ser utilizados como força militar alemã ou adstrita. Também aqui o senhor Karl Peters se enganou, e quando tentou forçar uma plantação única de algodão (monocultura) nesta colónia, rebentou-lhe a revolta nas suas mãos de Governador, que já era então.

Foi a colónia alemã mais bem conseguida, embora com diversos problemas internos, resolvidos, melhor ou pior, pela política alemã da época.

3.3 – África Sudoeste Alemão (Deutsch Südwest-Afrika)

É protectorado alemão, desde 1884 até 1915. Adolfo Luderitz comprou uma área chamada “Angra Pequena”, em 1883, e essa área foi o início da ocupação alemã.



Figura 30 – Sudoeste Alemão, no sul de Angola, quando colónia.

Em 1902, a colónia tinha 2600 alemães, 1400 africanos descendentes dos Boers, fugidos da guerra com os ingleses ou deportados por estes.



Figura 29 – Uma companhia de tropa askari em formatura, na África Oriental Alemã.

“A campanha da 1^a Grande Guerra passada nesta colónia foi uma questão de brancos”, pois nem os sul-africanos nem os alemães queriam fazer participar os negros nos combates”¹¹.

Devido ao genocídio do povo herero, nesta colónia, os alemães, durante a I Guerra Mundial, não dispunham de possibilidades de completar as suas unidades com soldados africanos, pelo que capitularam em 1915.



Figura 31 – Companhia de Camarun (Camarões) utilizada no Sudoeste Alemão.

Passa a pertencer à União da África do Sul, em 1920, e à República da África do Sul, em 1961. Independente como Namíbia, em 1990.

A área desta colónia, quase toda deserta, nunca entusiasmou pretensos colonos alemães ou de outra nacionalidade, no entanto, a descoberta de diamantes, recentemente, aumentou o interesse sobre esta região.

Em 1904, na batalha de Waterberg, as tropas alemãs sofreram ataques dos povos herero e nama. Estes povos fugiram para o deserto. Como este constitui a maior parte do país, consideravam que estavam bem defendidos. Como manobra estratégica, as tropas alemãs bloquearam todas as tomadas de água, sendo estimadas as baixas por sede de cerca de 60.000 hereros.



Figura 32 – Namíbia, ex-Sudoeste alemão, mapa do terreno (Google).

Em 11 de Outubro de 1899, teve lugar a segunda guerra entre ingleses e Boers no sul de África. Os Boers, descendentes dos holandeses que se tinham fixado no Cabo de Boa Esperança, depois de venderem este porto e áreas anexas aos ingleses, tentaram deslocar-se para norte e para o interior do

continente africano, formando o Transval e fixando-se no Natal. Esta guerra só terminou em 1902.

Os Boers sofreram muito com a perda da guerra e só em 1875 a sua língua foi reconhecida para ser usada em paridade com a inglesa. Em Maio de 1915, os sul-africanos, comandados pelo General Botha, ocuparam Windhoek, a capital do Sudoeste Africano, colónia alemã. Nesse mesmo ano, a linha de caminho-de-ferro uniu a colónia a Joanesburgo. Em 1920, esta colónia alemã foi integrada na União Sul Africana.

Em 1914, viviam no Sudoeste Africano cerca de 12000 alemães, mas estes somente constituíam cerca de 1% da população total da colónia.

O próprio Museu Histórico Alemão, em Berlim, considera racista e cruel a história colonial da Alemanha nesta colónia.

No entanto, em 1906, realizou-se uma expedição à África Oriental para estudar a “doença do sono” que atacava vivamente todo o gado e os habitantes.

Mesmo durante o auge da era imperial, alguns missionários e sociedades missionárias mostravam-se bastante cépticos quanto à sua aliança entre nação e missão. Nos começos do império colonial alemão, a direcção religiosa alemã emitiu uma instrução a todos os seus missionários que, resumindo, não acreditava que se criasse colónia alguma europeia sem que se realizassem graves injustiças. Os outros colonizadores tinham essa experiência, pelo que era natural que os alemães não obtivessem melhores resultados.

3.4 – Camarões ou Camarun

Em 1884, o explorador Gustav Nachtigal assinou um tratado com os chefes gentílicos em Duala, em nome do Kaiser Guilherme II, da Alemanha, no qual, em troca de vantagens comerciais, eles aceitaram estabelecer um protectorado alemão. Em 1885, nova colónia Kamerun, prometendo a construção de uma via-férrea. Em 1902, foi construída uma linha de caminho-de-ferro até ao lago Chade.

Camarões ocidentais:

- É protectorado alemão, desde 1884, e inglês, desde 1920;
- Será Nigéria, em 1960. República Federal da Nigéria, desde 1963 (Norte);
- Estado Independente da Nigéria, em 1960;
- Parte da República Federal dos Camarões, em 1961;



Figura 33 – Transporte do “patrão branco”, em 1907 (em 1969, o autor ainda foi transportado assim, em Timor).

- República Unida dos Camarões, em 1972;
 - Neokamerun (Novos Camarões) agregado aos Camarões, em 1911; registado, em 1920, como colónia África Equatorial Francesa;
 - Chade; em 1960, República do Chade;
 - Ubanqui Chari: República Centro Africana, em 1960; Império Centro Africano em, 1979;
 - República Camarões (sul), desde 1984;
 - Actualmente, dispõe de petróleo, de uma boa agricultura, boas vias de comunicação, estradas e ferrovias, e grande produção de madeiras.

Médio Congo

Em 1960, República do Congo. Em 1970, República Popular do Congo. Em 1992, República do Congo.

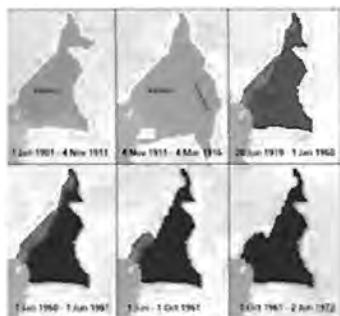
Gabão

República Gaboneza, desde 1960.



Figura 34 – Camarões, ou Kamerun, no golfo da Guiné, junto da ilha de Fernando Pó. Efectivamente, a forma geográfica do país lembra “um bacalhau seco”. Este mapa é da era colonial alemã.

A colonização destes territórios pelos alemães não foi fácil por falta de autoridade e a inexistência de unidades de policiamento, e de *schutztruppe*. Em 1893, após motins violentos, foram aumentados os efectivos das forças de segurança e, entre 1904 e 1907, simultaneamente com revoltas no sudoeste alemão, estes colonos e a tropa protectora recearam que houvesse um conluio indígena para os expulsar de África¹².



Camarões ao longo do tempo

- Kamerun alemão (1901-1916)
- Camarões Britânicos (1919-1942)
- Camarões Franceses (1919-1942)
- República de Camarões (1940-1972)

Figura 35 – Evolução dos Camarões.



Figura 36 – Camarões, na atualidade (Google).

Em 1907, os alemães tentaram chegar até ao rio Congo, único ou quase único rio com possibilidade de se navegar no interior de África. Por negociações com a França, esta cedeu uma faixa de terra no Nordeste dos Camarões, os Novos Camarões (Neukamerun).

A colónia, durante a I Guerra Mundial, foi invadida por tropas francesas; em 24 de Agosto de 1914, por tropas anglo-francesas, mas resistiu. Só em Maio de 1916, as forças alemãs se renderam.

3.5 – Togo

No séc. XVIII, o território foi fornecedor de escravos para os dinamarqueses e, até ao séc. XIX, separava o Dao-mé dos estados Ashanri. Em 1847, missionários alemães foram bem recebidos. Em 1884, vários chefes da região costeira aceitaram a proteção da Alemanha.



Figura 37 – O Togo, fazendo parte do império alemão.



Figura 38 – Togo, na atualidade, entre o Benim e o Gana (Google).

Desde 1884, como colónia, a administração alemã impôs trabalhos forçados aos indígenas. Em 1920, foi entregue à Inglaterra. Actualmente, é uma república, limitada, a norte, por Burkina Faso, a leste, pelo Benin, a sul, pelo oceano Atlântico, e a oeste, pelo Gana.

República de Gana (parte oriental da República Togoleza) – 1960.

O país vive da agricultura, mas o seu porto – Lomé – é um importante centro comercial para a região.

4 – As Colônias alemãs no Oceano Pacífico

Como todo o resto do mundo estava colonizado, restou à Alemanha comprar e conquistar algumas ilhotas e, como no caso da Nova Guiné, tentar penetrar em terrenos virgens desconhecidos dos europeus e onde se pensava haver dragões e outros entes, tal como descrito no croquis da figura 39, era uma aventura. Principalmente, para um país sem princípios colonizadores e com poucos aventureiros para se lançarem na grande aventura de conviverem com outros povos e outras culturas, como era hábito de portugueses e espanhóis.

Na figura 40 pode ver-se parte da Nova Guiné, Ilhas Carolinas, Ilhas Marshall, Guam, Arquipélago Bismarck, Ilhas Salomão, Ilhas Nauru, Buka, Palau e Bouganville.



Figura 39 – Croquis informativo do que iria aparecer aos colonos na Nova Guiné.



Figura 40 – Carta alemã do Pacífico contemporânea da colonização.



Figura 41 – Arquipélago Bismarck.

4.1 – Arquipélago Bismarck

Protectorado das Ilhas de Salomão, desde 1884/85, passando, em 1920, para a Austrália.

Em 1975, é do Estado independente da Papuásia-Nova Guiné.

4.2 – Ilhas Marshall

Protectorado alemão, desde 1885. Passa ao Japão, em 1920. Administrado pelos E.U.A., tutelados pelas Ilhas Pacíficas das Nações Unidas, desde 1945. Desde 1990, República das Ilhas Marshall.



Figura 42 – Ilhas Marshall



Figura 43 – Ilha de Nauru

4.3 – Ilha Nauru

Protectorado, desde 1888. Passa para a Austrália, em 1920. Passa a depender da Nova Zelândia e da Inglaterra, até 1967. República Nauru, desde 1968.

Em 1888, era colônia alemã. Em 1920, pela Liga das Nações, passa a ser colônia inglesa, mas a Austrália e a Nova Zelândia ocuparam-na, em 1914. Na II Guerra Mundial, os japoneses ocuparam-na e, posteriormente, a Austrália também a ocupou. É independente, desde 1968.

Figura 44 – Ilha de Nauru.



4.4 – Micronésia alemã (sem ilhas Marshall)

Desde 1899, Ilhas Karolinen este e oeste, Buka, Marianas, Palau e Bouganville.

4.4.1 – Ilhas Carolinas ou Karolinen



Figura 45 – Ilhas Carolinas.

4.4.2 – Ilhas Salomão

Arquipélago formado por centenas de ilhas com magníficas paisagens.



Figura 46 – Ilhas Salomão.



4.4.3 – Ilhas Buka e Bouganville

Conhecidas como Ilhas Salomão do Norte, Bougainville é a maior ilha do Arquipélago Salomão, mas pertence à Papuásia. Têm 180.000 habitantes.

Figura 47 – Ilhas Buka e Bougainville.

4.4.4 – Ilhas Marianas

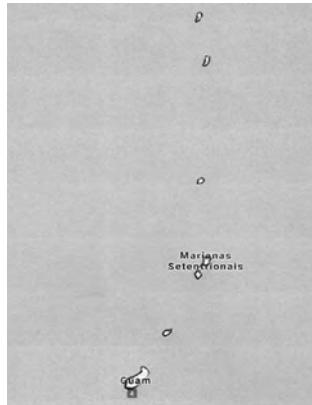


Figura 48 – Ilhas Marianas (Google).

4.5 – Terras do Kaiser Wilhelms

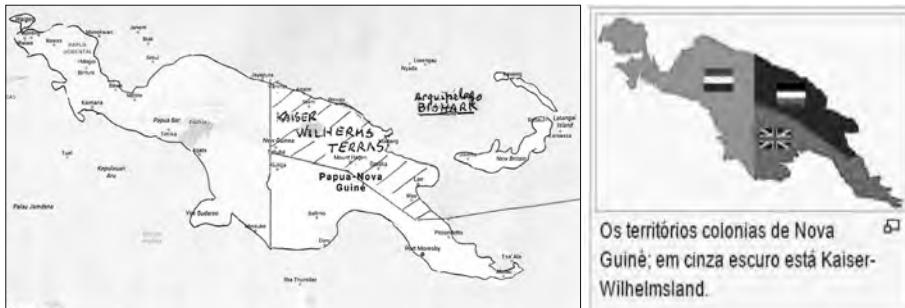


Figura 49 A e B – Zona Nordeste da Nova Guiné.



Figura 50 – Parte da Nova Guiné, zona nordeste, cerca de um quarto da ilha era colónia alemã. Ainda hoje, a norte da ilha, se encontra o Mar de Bismarck.

A maioria dos colonos alemães em Kaiser-Wilhelmsland eram fazendeiros, mineiros e funcionários do governo, e o número de colonos europeus, incluindo os não-alemães, nunca foi muito elevado. Missionários e fazendeiros seriam igualmente limitados por doenças tropicais. A colónia “Nova Guiné Alemã” incluía Kaiser-Wilhelmsland, Nova Pomerânia, Arquipélago de Bismarck, Ilhas Salomão do Norte, Ilhas Carolinas, Ilhas Marianas e Ilhas Marshall.

4.6 – Ilhas Palau e Guam



234

Figura 51 – Ilhas Palau e Guam (Google).

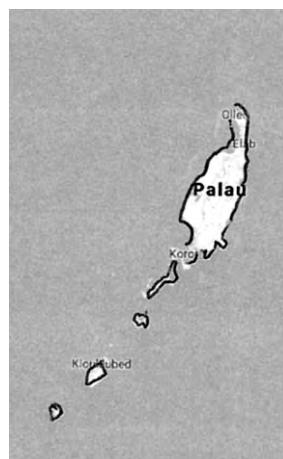


Figura 52 – Ilhas Palau.

Pertenceram a Espanha, até 1885, sendo vendidas à Alemanha, em 1899. Em 1947, governadas pelos Estados Unidos da América. Em 1979, formaram

os Estados Federados da Micronésia e, em 1994, estado soberano em Associação com os E.U.A.



Figura 53 – Ilhotas de Palau (são 200).



Figura 54 – Ilha de Guam.



Figura 55 – Ilha de Guam (Google).

Ilha de Guam tem cerca de 160.000 habitantes. Guam e as Marianas foram espanholas, governadas desde Manila, nas Filipinas. Em 1899, foi comprada pelos E.U.A., por 20 milhões de dólares.

4.7 – Ilha Kusaie ou Kusrae

Pertença de Espanha por decisão do Vaticano, foi vendida à Alemanha em conjunto com todas as ilhas Carolinas, por 25 milhões de pesetas. Depois da I Guerra Mundial, pertenceu ao Japão, até 1945. Na II Guerra Mundial foi fortificada pelo Japão, mas, em 1945, passou para as Nações Unidas.



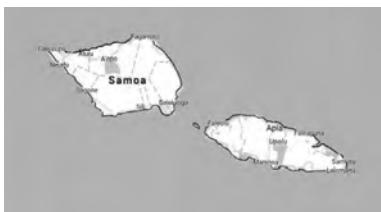
Figura 56 A e B – Ilha Kusaie ou Kusrae.



4.8 – Ilha Samoa – protectorado de 1899/1900

Passa a depender da Nova Zelândia, em 1920. É Estado independente de Samoa Ocidental, em 1962, e Estado Independente de Samoa, em 1997.

É constituído por duas ilhas – Sawaii e Opolu. Foi território alemão, entre 1918 e



1845, quando passou a ser administrado pela Nova Zelândia. Em 1945, foi considerado território neozelandês. Em 2011, passou para oeste da Linha Internacional da Hora. Tem oito pequenas ilhotas.

Figura 58 – Arquipélago de Samoa (Google).

4.9 – Papuásia

Actualmente, a Papua Nova Guiné, como mapa oficial, pode ser simplificado para:



Figura 59 – Mapa actual da Papuásia.



Figura 60 – Cidade de Madang, na Nova Guiné

5 – Colônia alemã na China

Qingdao ou Tsingtao é uma cidade da província de Shandong, na República Popular da China, situada no Mar Amarelo. Tem cerca de 2 milhões e meio de habitantes e foi colónia alemã, entre 1898 e 1914.

Em 1920, ficou dependente do Japão. Em 1922, foi restituída à China e, desde 1944, faz parte da República Popular da China.

Como era costume na época, vários países europeus, para finalidade de intercâmbio comercial, dispunham de estabelecimentos em território chinês, mas tal procedimento acarretava diversos problemas locais, normalmente resolvidos com pequenas guerras (figura 63).



Figura 61 – Kiautschou, em mapa alemão.



Figura 62 – Qingdao, cidade onde estava situada a colônia alemã na China, de Kiautschou.



Figura 63 – Forças internacionais, no caso inglesas e japonesas, contratados em 1900, para protecção dos europeus cercados nas embaixadas estrangeiras em Pequim, executam um assalto contra as tropas chinesas.

O acordo com a China que vai permitir a presença de alemães por 99 anos, desde 1898, depois de ratificado pelo Reichstag, colocou o estabelecimento de Kiautschou sob proteção alemã. O governo chinês desiste da orientação de cerca de 83000 habitantes, como em 50 km de zona neutral e, durante esses 99 anos, o poder administrativo passa para as mãos da Alemanha.

6 – Conclusões

Parece poder concluir-se que a vocação do povo alemão para criar e desenvolver colónias, como no século passado se entendia como colonização, não com o intuito de menosprezar as populações ou mesmo desprezá-las e explorá-las, como entendem as correntes actuais de influência socialista, parece-me, repito, nunca foi feição dos alemães serem um povo de colonizadores.

Delta, a sua marca a todas as horas.



08:17 hora de acordar



14:28 hora de partilhar



16:37 hora de fazer acontecer



21:41 hora de sonhar

Hora de agradecer



Para acordar, antes de sair de casa, depois de chegar ao trabalho, a meio da reunião, ou ao fim do dia, há um café Delta para todas as horas. Aos que a todas as horas nos mostram paixão pelo que fazemos há 58 anos, é hora de agradecer: o nosso obrigado.



A Segunda Guerra Fria



Desembargador Federal Reis Friede*

I. Introdução

Sob a égide designativa de um novo conflito, com características assemelhadas à histórica Guerra Fria (1947-91), muitos autores têm utilizado, nos últimos tempos, a expressão “Segunda Guerra Fria”, ainda que nem sempre para traduzir, com exatidão, a arquitetura (que vem nitidamente se desenvolvendo, gradualmente, ao longo do início do século XXI, com ênfase a partir 2012, em função da ascensão de Xi Jinping como “grande líder chinês”) de um novo confronto entre a superpotência norte-americana e a aspirante potência hegemônica chinesa.

“Moniz Bandeira deslinda as raízes e lança um olhar sobre as perspectivas dos conflitos no Oriente Próximo e na Ásia Central, primeiros embates do que poderia ser uma futura (mas não tão distante e talvez já em curso) *disputa pela hegemonia entre os Estados Unidos e a República Popular da China*, ou, dito de outra forma, entre o Ocidente capitalista desenvolvido (porém estagnado) e o Oriente capitalista dinâmico, mas ainda subdesenvolvido.” (Samuel Pinheiro Guimarães; *A Segunda Guerra Fria*, 3^a ed., Préfacio, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017, ps. 17-18)

Alguns estudiosos, entretanto, têm utilizado a sentença, de forma flagrantemente equivocada, para ilustrar características peculiares inerentes aos resquícios do último período da própria Guerra Fria, e não propriamente para designar uma nova e diferente contenda internacional, de proporções globais¹, e, mais grave ainda, centrando as atenções, relativas à dinâmica do xadrez internacional, quase que exclusivamente, nas (potenciais e efetivas) relações

* Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) do Brasil e Professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) do Brasil.

(conflituosas) entre os Estados Unidos e a Rússia, desconsiderando, sem muita cerimônia, a nova realidade geopolítica do século XXI, caracterizada, particularmente, pelo agressivo expansionismo político, militar e econômico chinês.

“Não acho que estejamos (inaugurando uma nova Guerra Fria). Minha sensação é que haverá muitos conflitos na relação EUA-Rússia, mas de uma forma muito diferente. O conflito que vemos agora não é ideológico, não é baseado na ideia de que essas potências representem sistemas socioeconômicos diferentes. A Rússia fez as pazess com o capitalismo e está funcionando bem dentro desse sistema. O que quer é mais influência. Além disso, o mundo não é mais bipolar. É muito mais complexo e complicado, com novas potências regionais e a China, no sentido global.” (Odd Arne Westad; *Não Há Guerra Fria, e o Que a Rússia Quer é Mais Influência*, O Globo, 15/04/2018, p. 44A)

Outros importantes analistas de relações internacionais, por sua vez, empregam, equivocadamente, a locução com o intuito de espelhar o que Samuel Huntington vem designando por “conflito de civilizações”, referindo-se ao embate entre as concepções estruturantes das soberanias democrática e teocrática, esta última inerente ao mundo mulçumano, exteriorizadas por intermédio do fundamentalismo religioso de feição islâmica radical (jihadismo).

Ainda assim – e não obstante todos os estudos com as suas respectivas variantes que buscam se apropriar da expressão “Segunda Guerra Fria” –, a verdade é que a mesma refere-se, em sua correta exegese, especificamente ao nascimento (ainda embrionário) de uma nova confrontação, preponderantemente bipolar (mas com inéditas características de tetra ou mesmo penta dimensão geopolítica, a envolver os EUA, a China, uma revigorada Rússia, uma ascendente Índia e uma possível Europa Unificada), com objetivo de estabelecer uma nova governança internacional, desafiadora, em última análise, da hegemonia estadunidense, ainda que sem o componente (histórico) da confrontação ideológica (uma vez que extinta, na prática, com o fim do comunismo), e com um relativo (e, de certa feita, surpreendente) retorno às (antigas) disputas globais de natureza territorial, ainda que agora, de forma inovadora, sobre as extensas faixas marítimas, passíveis (tecnologicamente) de exploração de recursos naturais e de controle de tráfego comercial (entre outros interesses) e, outrora, interpretadas (à unanimidade) como regiões de soberania internacional compartilhada, recriando, em certa medida, a anterior (e clássica) natureza finalística dos conflitos², ainda que sem o componente “familiar”³ que também caracterizou a Primeira Guerra Mundial.

“No século XXI, já não se lutará só sobre o mar, mas também pelo mar.” (Harold J. Kearsley; *Maritime Power and the Twenty-First Century*, Aldershot, Dartmouth Publishing Company, 1992)

“Ativos intrínsecos aos espaços marítimos podem polarizar perigosamente interesses de atores internacionais se não houver esforço dissuasório defen-

sivo e trabalho adequado no âmbito da política externa.” (Luciano Ponce Carvalho Judice e Cleveland Maximino Jones; *Clausewitz e a Polarização Marítima no Século XXI*, Rev. Marítima Brasileira, vol. 138, nº 04/06, abr./jun., 2018, p. 99)

II. Gênese da Nova Disputa pela Hegemonia Mundial

O momento temporal do início da Segunda Guerra Fria (que para alguns estudiosos é, a exemplo da Segunda Guerra Mundial⁴, a continuação da Primeira, após uma pausa de relativa conciliação internacional) sempre será motivo de grandes divergências doutrinárias.

Porém, resta indiscutível que os eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial, em Pequim, entre os dias 15 de abril e 5 de junho de 1989, – ainda durante o período final da Guerra Fria –, com a correspondente repressão determinada por Deng Xiaoping (1978-92), impedindo que o mesmo destino de desintegração e enfraquecimento da União Soviética atingisse, igualmente, a China, foram determinantes para o ressurgimento desta nova confrontação hegemônica, sendo certo que tais acontecimentos históricos foram muito pouco compreendidos, em sua verdadeira dimensão (e correspondente impacto geopolítico), pelos mais variados analistas de assuntos militares e, principalmente, de relações internacionais.

“O regime comunista, nos países do Bloco Soviético, desabou, um após o outro, no curso de alguns meses de 1989, no ano em que George H. W. Bush (1989-93) assumiu a presidência dos Estados Unidos, como sucessor do presidente Ronald Reagan. A China, contudo, não se desestabilizou, não obstante as contradições domésticas, que se aguçavam desde 1986. Diversas demonstrações estudantis de protesto, espontaneamente iniciadas por ocasião dos funerais de Hu Yaobang, em 15 de abril de 1989, mas depois coordenadas por alguns líderes de diversos *campi* universitários, recrudesceram, em diversas cidades do país, até 4 de junho de 1989, com a adesão e o apoio de elementos de outras classes sociais, inclusive novos empresários emergentes, como a companhia de computadores Stone Group. A abertura do regime, a partir de 1980, permitiu que os líderes do movimento tivessem acesso à mídia estrangeira, particularmente à BBC, à Voz da América e à imprensa de Hong Kong, que, como instrumentos de psychological warfare, inflamaram as demonstrações, que assumiram caráter ainda mais político em Pequim, na Praça Tiananmen, entre 3 e 4 de junho de 1989. Lá os repórteres das TVs estrangeiras, como a CBS, já haviam montado todo o aparato de filmagens e se comunicavam, por meio de walkie-talkies, com seus colegas das redes, instalados dos hotéis de Pequim. Ao que tudo indica, houve infiltração de agentes estrangeiros na demonstração, “presumably by the CIA, Taiwan and Hong Kong”, ressaltou Har-

rison E. Salisbury, acrescentando que, de fato, agentes foram localizados na praça, porém não se evidenciou que tiveram qualquer papel exceto, possivelmente, em conduzir fundos de Hong Kong para os manifestantes. De qualquer forma, as tropas do Exército, em 4 de junho de 1989, foram compelidas a intervir na Praça Tiananmen e esmagar a tentativa de luan (revolta), como alguns manifestantes pretenderam e clamaram. Cerca de 1.000 a 2.000 morreram nos conflitos. E a dureza com que Deng Xiaoping reprimiu a demonstração na Praça Tiananmen robusteceu sua posição no Partido Comunista e lhe permitiu prosseguir com a política de abertura econômica da China (e com sua consequente ascensão política, econômica e militar).

O presidente George H. W. Bush mantinha relações pessoais com Deng Xiaoping desde 1976, quando chefiou o US Liaison Office (USLO), em Pequim, e buscou evitar que o sangrento episódio da Praça Tiananmen abalasse seriamente as relações com a China. Seu protesto foi mais vocal e as sanções tomadas consistiram basicamente na suspensão da venda de armamentos a Pequim. George H. W. Bush, de acordo com a estratégia de Henry Kissinger, entendia que a aliança com a China, a (futura) segunda maior potência (econômica), devia ser mantida a qualquer custo, enquanto não se produzisse o total colapso do poderio militar da União Soviética.” (Luiz Alberto Moniz Bandeira; *A Segunda Guerra Fria*, 3^a ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017, ps. 45-46)

Destarte, podemos concluir, ainda que conscientes quanto à existência de algumas posições em sentido contrário, que foi exatamente a partir daquele episódio que uma disfarçada, porém meteórica, ascensão chinesa, perfeitamente delineada em seus propósitos hegemônicos, surgiu, de forma pouco percebida (e combatida) pelos Estados Unidos, uma vez que (ingenuamente) convencidos de que uma nova ordem mundial, extremamente cooperativa sob sua liderança, havia surgido, e cujo único risco, na particular percepção (equivocada) de suas lideranças, continuava a ser o eventual renascimento de uma Rússia expansionista, razão pela qual todos os seus principais esforços se concentraram no sentido da expansão da OTAN sobre os países da Europa Oriental (e mesmo sobre as ex-repúblicas soviéticas), inclusive às margens dos próprios acordos informais que foram celebrados com o último líder soviético Mikhail Gorbachev (1985-91), e que permitiram, em última instância, pôr um fim (supostamente definitivo) à Guerra Fria.

“Quando discurai em Munique, eu disse que, após a dissolução da União Soviética, quando a Rússia se voltou totalmente para os Estados Unidos e para a Europa, esperávamos por um trabalho conjunto, estávamos esperando que nossos interesses fossem levados em consideração. Então, poderíamos cooperar. Porém, em vez disso, vimos o Ocidente expandindo seu poder político e sua influência nos territórios que considerávamos sensíveis e importantes para assegurarmos nossa segurança estratégica global.” (Vladimir Putin; *Oliver Stone: As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 242)

Esse grave erro estratégico, por parte dos últimos líderes norte-americanos (Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama), permitiu, no entanto, a ascensão pacífica (e de forma silenciosa e dissimulada) da China como a segunda potência econômica do mundo⁵ (com um Produto Interno Bruto – PIB de U\$\$ 11,9 trilhões em relação aos U\$\$ 19,4 trilhões dos EUA em 2017) e com aspiração (real e efetiva) de se tornar, nos próximos 10 a 20 anos, na segunda potência militar (superando os russos, pelo menos em capacidade de forças convencionais), rivalizando diretamente com os EUA em todos os campos do Poder Nacional (Econômico, Militar, Político e Psicossocial/Cultural) já a partir de 2030-35, formalizando, – através da combinação de suas intenções (públicas e ostensivas) com suas correspondentes capacidades (especialmente o seu poderio relativo projetado) –, uma Segunda Guerra Fria, caracterizada (fundamentalmente) pela disputa objetiva por hegemonia global.

Essa nova postura confrontativa chinesa tem sido denominada de “Concepção Estratégica do Colar de Pérolas”⁶ e tem se firmado sobre a Região do Oceano Índico (ROI) e o Sul do Mar da China (SMC), que se constituem em porções geográficas extremamente importantes sob o prisma geopolítico, uma vez que essas são áreas que compreendem, com ênfase na primeira, a via principal de acesso aos países que se constituem, na atualidade, nos maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo.

Sob esse prisma analítico, tanto o Sul do Mar da China (local de passagem de 30% do tráfego marítimo internacional e onde se encontram grandes e potencialmente exploráveis reservas de petróleo e gás natural, comparáveis às da Venezuela), quanto a Região do Oceano Índico assumem, portanto, uma condição estratégica, tanto sob o olhar econômico quanto político, pois, agregam-se àqueles fatores também (e, em contraposição crítica), a importância do petróleo para o provimento energético, sobretudo para a atividade industrial chinesa, a necessidade dos EUA (sob sua ótica) de continuar ostentando sua hegemonia mundial^{7,8}; e, por fim, a emergência da nova aspirante à potência global, ou seja, a China, no contexto mundial, e a Índia, no espectro regional.

III. A Construção de uma Nova Concepção de Deterrência Estratégica Norte-Americana e a Gênese da Segunda Guerra Fria

Nesse contexto, é cediço concluir que, assim como no passado, as novas ameaças, produzidas pelas aspirações globais chinesas (que, com o passar do tempo, não se limitarão a disputas de natureza “oceanológicas”, mas também se ampliarão para o “espectro georibital terrestre” e mesmo para o continen-

te antártico, não obstante todos os tratados internacionais restritivos em vigor), somente poderão ser efetivamente contidas, no âmbito de uma renovada concepção de deterrência estratégica, através da criação de uma nova (e inédita) aliança formal de segurança e cooperação (através de um modelo arquitetônico semelhante ao pacto da OTAN⁹), liderado pelos EUA, com a necessária participação do Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Índia, incluindo, ainda, eventuais ex-adversários norte americanos, como o Vietnã.

Replica-se, desta feita, em certa medida, um cenário geopolítico semelhante ao que originou a Guerra Fria em 1947, com o expansionismo soviético (em grande parte financiado pelos generosos aportes de dinheiro e armas, muito além das reais necessidades combativas russas nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, dentro do programa “Lend Lease”¹⁰), ainda que desprovido do nítido viés de confrontação ideológica que se constituiu na tônica do passado, desperdiçando, igualmente (guardadas, entretanto, as devidas proporções), a ocasião para forjar uma “aliança de oportunidade” com a ascendente “Potência Chinesa” e o revigorado “Império Russo” (a exemplo do que os anglo-americano poderiam ter concebido com a Alemanha no final da guerra em relação à URSS) para o necessário combate à ameaça global representada pelo fundamentalismo religioso de feição islâmica radical (jihadismo)¹¹.

Notas Complementares:

1. Os principais conflitos mundiais e a sua unicidade

Se é verdadeira a afirmação, segundo a qual a Primeira Guerra Mundial estava fadada a ter uma continuação através da Segunda Guerra Mundial, em função da inconclusividade de seus resultados, é cediço concluir que esta última igualmente não foi exitosa em resolver os problemas (geopolíticos) herdados desde o início do século XX.

A inevitabilidade de uma terceira confrontação mundial, portanto, já se encontrava definida e foi concretizada – em função do advento das armas nucleares (e de destruição em massa) – através de uma nova modalidade de conflito, que se convencionou denominar “Guerra Fria”.

Ainda que reconhecidamente cada um desses embates bélicos globais possuísse naturezas diversas, uma vez que a Primeira Guerra Mundial se caracterizou por uma disputa territorial e familiar, ao passo que a Segunda Guerra Mundial foi um conflito – ainda que com características de reorganização territorial (com ênfase nas respectivas necessidades de expansão territorial para os chamados “espaços vitais” da Alemanha, em direção ao Leste Europeu, e do Japão, particularmente, sobre as extensas terras continentais

da China e do Sudeste da Ásia) –, indiscutivelmente provido de um verniz preponderantemente ideológico, e a Guerra Fria foi, fundamentalmente, uma confrontação por hegemonia ideológica. Não há como deixar de interpretarmos todos eles como um conflito único que, por circunstâncias inerentes à dinâmica histórica, se desprendeu, separadamente, no tempo em três diferentes momentos cronológicos, e que, presumivelmente, se concluirá, por fim, através de uma última fase que está sendo gestada no presente (e primeiro) quartel do século XXI e que já responde, segundo diversos autores, pela designação de Segunda Guerra Fria.

2. Natureza finalística dos conflitos

As guerras, outrora, eram definidas, sobretudo, por seus objetivos territoriais expansionistas. Ainda que, reconhecidamente, a história tenha testemunhado diversos conflitos de natureza religiosa, e mesmo de cunho familiar, a grande maioria dos confrontos bélicos, até então observados, foram caracterizados, primordialmente, por disputas territoriais, particularmente no continente europeu.

Winston Churchill, no contexto da Segunda Guerra Mundial, talvez tenha sido o primeiro grande líder a perceber uma (radical) mudança de paradigma, ao persistir, contra expressiva parcela dos líderes britânicos (especialmente o ministro do exterior Edward Frederick Lindley Wood, o 1º Conde de Halifax), em não celebrar um acordo de paz com a Alemanha nazista – que assegurava, de forma extremamente generosa, a plena e completa integridade territorial do vasto império britânico, incluindo a totalidade de suas colônias –, ao concluir, com mérito propriedade, que aquele conflito, de forma diversa de todos os anteriores em que estudou ou testemunhou, fundamentava-se (preponderantemente) em uma concepção ideológica, ainda que também ostentasse uma questão de natureza expansionista territorial alemã para o leste da Europa, incluindo as porções soviéticas da Ásia.

Sua perspicácia conduziu a um intransigente enfrentamento britânico em relação à Alemanha – mesmo sabedor que Hitler não desejava obter qualquer porção territorial do Reino Unido (ou mesmo da França, ou de qualquer outra nação da parte ocidental europeia) –, com fulcro na rígida defesa da concepção ideológica da democracia liberal, que passou a ser o argumento preponderante da guerra, inclusive de convencimento argumentativo quanto à necessidade de ingresso dos Estados Unidos em um conflito que se apresentava, aparentemente, como limitado aos cenários europeu (sob a ameaça nazista) e asiático (em relação ao expansionismo japonês).

A questão central, portanto, deixava de ser uma disputa meramente territorial para se transformar (de forma muito mais ameaçadora) na tentativa (impositiva) de implantação (em um contexto globalizante) de um regime

político totalitário, ainda que de feição anti-comunista, como (presumivelmente) almejado pelas democracias liberais.

A luta (principal) deixava, assim, de se limitar a questões de contendas fronteiriças, para ostentar uma nova e inédita concepção muito mais complexa que passou a ser a tônica da esmagadora maioria dos demais conflitos posteriores que se seguiram no rastro da Guerra Fria (1947-91).

O próprio “conflito de civilizações”, nas palavras de Samuel P. Huntington (*The Clash of Civilizations?*, Foreign Affairs, Council on Foreign Relations, Nova Iorque, 1993), que surgiu, com grande intensidade, a partir do fim da Guerra Fria, em 1991, também seguiu essa mesma lógica, ainda que tenha tido como “pano de fundo” a ideia da preponderância (impositiva) de um fundamentalismo religioso, de feição islâmica radical, para além das nações muçulmanas, com foco em uma presumível infiltração silenciosa pela Europa Ocidental.

O desaparecimento das diferenças, de matiz ideológica, com o colapso do comunismo, entre os principais adversários do pós-Guerra Fria, de forma diversa das previsões da maioria dos analistas, não fez surgir, todavia, uma nova ordem mundial, em que antigos contendores supostamente se aliariam para impor uma nova governança internacional, vencendo a última resistência ideológica, caracterizados pelos chamados “três ismos” (nazi-fascismo, comunismo e jihadismo).

Muito pelo contrário, de forma surpreendente, inaugurou – às sombras da ameaça desafiadora do fundamentalismo religioso de natureza islâmica radical (jihadismo) –, uma renovada concepção de guerras de feição (finalística) territorial, com uma nova fase expansionista, agora sobre o domínio dos mares, ricos em recursos naturais potencialmente exploráveis, como é o caso do desafio chinês, muito bem caracterizado através de sua (ameaçadora e agressiva) estratégia hegemônica de domínio do Mar do Sul da China (MSC) e da Região do Oceano Índico (ROI), amplamente conhecida pela expressão “colar de pérolas”.

3. A natureza originária familiar da Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial, além de um conflito caracterizado por disputas territoriais, também se notabilizou por ser um embate de natureza familiar, a envolver parentes. Notadamente, os líderes de ambos os lados do conflito remetiam à descendência do Rei Eduardo VII da Inglaterra, conhecido por seu apelido de “Tio da Europa”, por sua ligação com diversos monarcas, sendo, de fato, tio do Imperador Guilherme II da Alemanha e de Nicolau II da Rússia, dois dos principais beligerantes do conflito. Além da ligação direta com o monarca russo, Eduardo VII era também tio da esposa de Nicolau II. Ao lado dos russos na Primeira Guerra Mundial, lutaram

homens representando a recente República de Portugal; mas cabe asseverar que seu rei deposto, Manuel II (que apoiou a entrada de Portugal no conflito e orientou os propagandistas da monarquia a uma trégua enquanto decorria a guerra), também era parente de Eduardo VII, mais precisamente, seu sobrinho em segundo grau, assim como seu pai, Carlos I de Portugal, e Alberto I da Bélgica, outro país beligerante do lado Aliado. Deste lado do conflito, também são sobrinhas do monarca inglês Maria de Edimburgo, esposa de Ferdinando I da Romênia, e Sófia da Prússia, representando a famosa casa de Hohenzollern e esposa de Constantino I da Grécia, cujo pai, George I, era cunhado de Eduardo VII. Ainda que de forma remanescente, a dinastia de Savóia também guardava parentesco colateral com os envolvidos na guerra: com efeito, Manuell II de Portugal era neto de Vitor Emanuel II da Itália, que, por sua vez, era avô de Vitor Emanuel III da Itália, responsável pela entrada do país no conflito, usando dos poderes residuais que ainda mantinha, a despeito de ter se firmado o parlamentarismo na Itália. Do outro lado do conflito, como já denotado, Guilherme II da Alemanha era sobrinho de Eduardo VII e Ferdinando I, da Bulgária, era sobrinho de segundo grau do monarca inglês. Cabe lembrar que foi Eduardo VII o responsável pela mudança de paradoxo de representação da monarquia ao criar o conceito de aparições públicas, como na inauguração da dragagem do Rio Tâmisa, da Ponte da Torre e do metrô de Liverpool. Sua preocupação com tais tipos de eventos e sua influência na política externa levaram a uma mudança do panorama político da Europa pré-Primeira Guerra Mundial, principalmente devido às suas viagens anuais de férias para Biarritz, o que fez abrandar o sentimento anti-inglês na França e, igualmente, propiciou sua visita oficial à França, em 1903, como convidado do Presidente Émile Loubet,, tendo aproveitado a viagem para visitar o Papa Leão XIII, em Roma, o que culminou com a Entente Cordiale, assinada em 1904 e que pôs fim às guerras entre Inglaterra e França e dividiu as possessões de ambos os países na África. Tal medida foi vista como maneira de re-equilibrar as potências europeias à vista do ganho de poder do Império Alemão e seu aliado, o Império Austro-Húngaro. Cabe lembrar que Eduardo VII ficou do lado da Dinamarca durante a crise de Schleswig-Holstein, o que criou uma difícil relação com Guilherme II e fez a tensão entre a Alemanha e Inglaterra aumentar.

4. Os verdadeiros vencedores da Segunda Guerra Mundial

A história oficial reconhece como os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, pela ordem, os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética e, de forma simbólica, a França, além dos demais países aliados de menor expressão.

Todavia, muitos historiadores acreditam que o verdadeiro e único vencedor da Segunda Guerra Mundial foram os Estados Unidos, em função dos grandes ganhos comerciais e econômicos que aquela nação obteve com o conflito, o que a projetou, de forma definitiva, a uma posição de hegemonia global, consolidando-a, de forma amplamente destacada, como a maior potência econômica de todos os tempos.

Essa visão, entretanto, é bastante reducionista da realidade (histórica), posto que, embora verdadeira em parte, desconsidera o incontestável fato de que, entre todos os supostos vencedores da Segunda Guerra Mundial, apenas a União Soviética possuía um (consistente e verdadeiramente genuíno) projeto ideológico de domínio global, e que somente foi possível de ser implementado em decorrência dos resultados daquele conflito mundial, inicialmente de modo silencioso e – a partir de 1947 e, notadamente, após a explosão do seu artefato nuclear em 1949 –, de forma bastante ostensiva, forjando o que se convencionou chamar de Guerra Fria (1947-91).

Com a morte do Presidente Franklin Roosevelt (em 12 de abril de 1945) e com a correspondente ascensão de um despreparado sucessor Harry Truman, além do surpreendente afastamento de Churchill (em 26 de julho do mesmo ano), em função da derrota eleitoral para Clement Attlee, a verdade é que o caminho para Stalin (e dos ideais globalizantes comunistas) estava, pelas mãos do destino, perfeitamente consolidado.

Nesse aspecto, Hitler e as principais lideranças alemães, nas últimas semanas que antecederam o fim das hostilidades, jamais entenderam a pouca percepção anglo-americana em relação à natureza do conflito global a que todos, sem exceção e forçosamente, encontravam-se inseridos e a (evidente) impossibilidade da perpetuação temporal da Aliança Ocidental com a União Soviética.

De fato, os alemães, até o final da Segunda Guerra Mundial (e ainda em março de 1945), supunham que os britânicos e os norte-americanos – por razões que lhes pareciam evidentes –, fariam um acordo com os comandantes das últimas tropas alemãs (ainda operativas) para, em conjunto, combater a União Soviética, acreditando que os mesmos entendiam (plenamente) que a ameaça alemã era personificada em Hitler (e que deixaria de existir no exato momento de seu afastamento do poder e, mais ainda, com sua morte), uma vez que a potência germânica não tinha (e nunca teve) como verdadeiro propósito nenhuma concepção de imposição ideológica mundial, de forma reconhecida e completamente diversa de seu contraponto soviético.

Como a história mais tarde logrou demonstrar, a questão da União Soviética não se restringia (a exemplo da Alemanha Nazista) a uma personificação protagonística de um único líder (Stalin) – e que se convencionou chamar de “Efeito Lúcifer” (ou, em outros termos, a denominada “magia” perversa de uma determinada autoridade, ainda que em seu sentido mais abstrato) –, e

sim a uma concepção originária (projetada), independentemente de suas lideranças, com o nítido propósito de impor uma dominância global, fato comprovado (dentre outros) pelo processo de “desestalinização” conduzido por Nikita Kruschev, que não levou à desconstrução dos ideais da “revolução universal bolchevista”.

Nesse sentido, resta conclusivo afirmar que a União Soviética nunca foi (propriamente) uma simples reprodução do pensamento de Stalin. Muito pelo contrário, a URSS foi produto de uma genuína revolução, qualificada através de uma incontestável intenção de irradiação de uma ideologia própria, excluente (e mesmo incompatível) em relação a todas as demais e, neste sentido, particularmente, não inclusiva, mas ao mesmo tempo compulsoriamente globalizante, chamada comunismo, que tinha como único propósito a imposição ao mundo de sua ideologia e concepção existencial humana.

5. A metamorfose da China em potência global

Segundo lições de Philip P. Pan (*A Metamorfose da China em Potência Global*, O Globo, 20/11/2018, p.20), “em 1984, logo após a morte de Mao Tsé Tung, um grupo de estudantes de economia se reuniu num refúgio nas montanhas nos arredores de Xangai para debater uma questão premente: como a China poderia alcançar o Ocidente? O país se recuperava de décadas de turbulência. Progressos no campo já tinham acontecido, porém mais de 75% da população vivia em extrema pobreza. O Estado decidia onde cada pessoa trabalhava, o que cada fábrica produzia e quanto custava cada item.

Os estudantes queriam liberar o mercado, mas temiam que isso fosse derrubar a economia e inquietar os burocratas do partido. Por fim, chegaram a um consenso: as fábricas deveriam cumprir as cotas estatais, mas poderiam vender qualquer artigo adicional que produzissem, ao preço que escolhessem. Foi uma proposta inteligente, discreta e radical para atenuar a planificação.

A economia chinesa cresceu tanto que é fácil esquecer como a metamorfose do país em uma potência era improvável, o quanto sua ascensão foi improvisada e veio do desespero. A proposta que saiu das montanhas, logo adotada como política de governo, foi um primeiro passo crucial.

A China agora lidera o mundo em índices como número de proprietários de casas, usuários de internet, universitários, dentre outros indicadores. A pobreza extrema caiu para menos de 1% da população. Um lugar estagnado e empobrecido se tornou o maior rival dos Estados Unidos desde o fim da União Soviética. Agora, um desafio histórico tem lugar. O presidente Xi Jinping promove uma agenda externa mais assertiva, enquanto endurece em casa. Com o governo Donald Trump, tendo lançado uma guerra comercial contra a China, em Pequim, a questão não é mais como alcançar o Ocidente, mas como avançar, em uma era de hostilidade com os EUA.

O padrão é recorrente: um poder em ascensão desafia o estabelecido. Uma complicação também é familiar: por décadas, os EUA encorajaram a ascensão da China, construindo a parceria econômica mais importante do mundo. No período, os EUA presumiram que a China, um dia, cederia às supostas regras de modernização e que a prosperidade alimentaria pedidos por liberdade e democratizaria o país. Ou, então, que a economia naufragaria, sob o peso da burocracia. Mas nada disso aconteceu.

Os líderes chineses abraçaram o capitalismo, mas continuam a se chamar de marxistas. Recorreram à repressão para manter o poder, mas sem sufocar o empreendedorismo. E tiveram mais de 40 anos de crescimento contínuo, com políticas pouco ortodoxas.

Em setembro de 2018, a China celebrou 69 anos de governo comunista, superando a União Soviética. A economia do país caminha para, cada vez mais, rivalizar com a estadunidense. Os comunistas chineses estudaram com afinco os erros soviéticos. Concluíram que abraçariam “reformas” para sobreviver, mas que isso não incluiria a democratização.

A China oscilou, desde então, entre a abertura e a contenção, entre experimentar a mudança e resistir a ela. Muitos disseram que o partido fracassaria. Mas pode ser por isso mesmo que o país decolou. Os burocratas que eram obstáculos ao crescimento tornaram-se motores dele. Funcionários dedicados ao comunismo começaram a buscar investimentos.

Foi uma notável reinvenção. O partido deixou a economia planificada intacta, mas também viabilizou, em paralelo, uma economia de mercado. Permitiu, por exemplo, que os agricultores vendessem as próprias colheitas, mas manteve a propriedade estatal da terra, Suspendeu restrições a investimentos em ‘zonas econômicas especiais’, mas as preservou no resto do país. Introduziu a privatização, vendendo no começo apenas participações minoritárias em empresas estatais.

O longo *boom* econômico do país seguiu o excesso autocrático da Revolução Cultural, que dizimou o aparato do partido. O sucessor de Mao, Deng Xiaoping, guiou o país em uma direção radicalmente mais aberta. Mandou jovens autoridades chinesas para o Ocidente para estudar como as economias modernas funcionavam. Investiu em educação, expandiu o acesso a escolas e universidades e quase eliminou o analfabetismo. A China agora produz mais graduados em ciência e engenharia por ano do que os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan juntos.

Outra explicação para as transformações está em mudanças burocráticas. Analistas às vezes dizem que a China abraçou a reforma econômica e resistiu à política, mas o partido fez mudanças após a morte de Mao que não foram profundas a ponto de gerarem eleições livres, mas ainda assim significativas. Introduziu limites de mandato e idades de aposentadoria compulsória, o que

facilitou a expulsão de funcionários incompetentes. E reformulou os boletins usados para avaliar os líderes locais, concentrando-se quase exclusivamente em metas econômicas concretas. Os ajustes tiveram impacto tremendo, injetando uma dose de prestação de contas e de competição no Sistema Político. A China criou um sistema híbrido único, uma autocracia com características democráticas, disse Yuen Yuen Ang, cientista política da Universidade de Michigan.

Em dezembro de 2018, o Partido Comunista celebrou o 40º aniversário das políticas de ‘reforma e abertura’ que transformaram a China. A propaganda triunfal começou, com Xi Jinping à frente. Ele é o líder mais poderoso do partido desde Deng Xiaoping. Eles se diferenciam de uma maneira importante: Deng encorajou o partido a buscar ajuda e experiência no exterior, mas Xi prega a autossuficiência e alerta para as ‘forças estrangeiras hostis’. Importa-se menos com a ‘abertura’.

Dos muitos riscos que o partido assumiu na busca pelo crescimento, talvez o maior tenha sido permitir investimentos, comércio e ideias estrangeiros. Foi uma aposta excepcional, de um país antes tão isolado quanto a Coreia do Norte, Recompensou: a China aproveitou a onda da globalização e emergiu na fábrica global. A adoção da internet ajudou o país a se tornar líder em tecnologia. E a ajuda externa ajudou a China a reformar seus bancos, a construir um sistema jurídico e a criar corporações modernas.

O partido prefere hoje uma narrativa diferente, apresentando o boom como ‘algo que cresceu a partir do solo chinês’. Mas isso obscurece uma grande ironia; qual seja, a de que os antigos inimigos de Pequim ajudaram o país a ser o que é hoje. Os Estados Unidos e o Japão, ambos rotineiramente difamados por dirigentes do partido, tornaram-se importantes parceiros comerciais e foram importantes fontes de ajuda, de investimento e de expertise.” (Philip P. Pan; *A Metamorfose da China em Potência Global*, O Globo, 20/11/2018, p.20)

6. Os interesses econômicos e geopolíticos globais chineses e a concepção estratégica do “Colar de Pérolas”

Como é de amplo conhecimento, o acelerado crescimento econômico chinês vem consumindo imensas quantidades de petróleo, oriundo, sobretudo, do Golfo Pérsico e da África, orientando àquela nação quanto a elevada necessidade de construir uma força militar, principalmente marítima, capaz de dominar tanto o Sul do Mar da China (SMC), – com sua correspondente e futura possibilidade de exploração de petróleo em plataformas marítimas –, como a Região do Oceano Índico (ROI), garantindo, através de ambas, o tráfego de navios carregados de petróleo para abastecer as crescentes necessidades energéticas direcionadas para o contínuo desenvolvimento chinês.

O Colar de Pérolas (em inglês, *String of Pearls*), deste modo, é a designação nominativa que o Ocidente outorgou à estratégia chinesa de cercar o

SMC e a ROI, através da construção de diversas bases navais – inclusive em ilhas artificiais –, ampliando, desta forma, a presença deste país nestas regiões, objetivando alcançar (em um futuro próximo) uma posição estratégica privilegiada em toda esta porção marítima e territorial do planeta.

A construção desse “Colar”, em muitos aspectos, redefine o jogo de poder na região, posto que o aumento da presença chinesa contrasta com a permanência (histórica) do poderio militar naval e aeroespacial norte-americano e também com a ascensão militar da Índia. Esta última, se aproximando (diplomaticamente) dos EUA, especificamente, para contrabalancear a crescente militarização do Oceano Índico promovido pela China.

Segundo lições de Deepak Kumar (*A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico*; Revista da Escola de Guerra Naval, RJ; 2009, p. 127), “a Região do Oceano Índico tem sua importância estratégica baseada principalmente no seu posicionamento em relação às rotas comerciais”. Aproximadamente 3.500 navios carregando 80% do comércio do Oceano Índico transitam pelos estreitos de Málaca, Bab-el-Mandeb e pelo Cabo da Boa Esperança, principalmente para as potências extra-regionais. Estas embarcações estão carregadas com suprimentos vitais de petróleo e materiais estratégicos e, assim, são objeto de sérias preocupações para as potências interessadas. Mesmo atualmente, 90% do comércio global e 65% de toda produção petrolífera são transportados pelo mar.

No mesmo sentido, e consoante ensinamento de Robert D. Kaplan (Foreign Affairs; 2009, p. 16), “cerca de 70 % do total de tráfego de derivados de petróleo passam pelo Oceano Índico, em seu percurso do Oriente Médio para o Oceano Pacífico. Enquanto tais produtos trafegam por esta rota, eles passam pelas principais linhas mundiais de transporte marítimo de óleo e alguns dos principais pontos focais do comércio mundial: Bab-el-Mandeb e os Estreitos de Hormuz e Málaca. Aproximadamente 40 % dos negócios mundiais passam pelo Estreito de Málaca; enquanto 40% de todo o petróleo bruto passam pelo Estreito de Hormuz”.

Vale registrar que esse processo – inicialmente silencioso –, remonta ao início do século XXI, mas se tornou público particularmente após a chegada ao poder de Xi Jinping (2012), quando a China começou a traçar (de forma efetiva e contundente) um audacioso plano estratégico que tem por objetivo ampliar a sua influência mundial, utilizando para tanto uma gradual e ostensiva presença no Mar do Sul da China (MSC) e também na Região do Oceano Índico (ROI).

“O crescente interesse e influência chinesa, desde o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo da Arábia, pode ser descrito como semelhante a um Colar de Pérolas. Cada pérola no seu respectivo cordão é um nexo da influência geopolítica chinesa ou da sua presença militar. As pérolas importan-

tes são: – Ilhas Hainã, com instalações militares recentemente aprimoradas; Ilhas Woody, localizadas no arquipélago Paracel a cerca de 300 milhas náuticas a leste do Vietnã; porto de Chittagong, em Bangladesh; o porto de águas profundas em Sittwe, Miamar; e o porto de Gwadar no Paquistão, que é estrategicamente localizado nas proximidades do Golfo Pérsico.” (Christopher J. Pehrson; *String of Pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power*, 2006, p. 3)

Desta feita, em 2013, de forma discreta (e dissimulada), os chineses iniciaram a projeção global de seu poder nacional (militar, econômico, político e psicossocial/cultural) por meio, dentre outras iniciativas, da militarização do Mar do Sul da China (MSC), através, particularmente, da inusitada estratégia de construir ilhas artificiais, em uma região, extremamente sensível, na qual circula cerca de 30% de todo comércio marítimo internacional e encontra-se provida de grandes reservas de petróleo e gás natural.

“Projetos de construção de portos e campos de pouso, relações diplomáticas sensíveis (e muitas vezes velados) e a modernização da força naval, formam a essência do ‘Colar de Pérolas’ chinês. A segurança de matérias primas e energia, de modo a dar suporte a política energética da China é a principal motivação por trás do ‘Colar de Pérolas’. Então, percebe-se que essa política está relacionada com a principal Estratégia Nacional da China. A China também possui uma ambiciosa proposta, orçada em 20 bilhões de dólares, para a construção de um canal através do istmo tailandês de Kra, o que permitiria a seus navios um caminho alternativo ao Estreito de Málaca, e ligaria o Oceano Índico à costa pacífica da China – um projeto no nível de importância do Canal do Panamá, e que futuramente pode fazer com que a balança de poder na Ásia penda a favor da China, dando à sua Marinha e à sua frota mercante, um acesso fácil para um vasto e contínuo oceano, expandindo as ligações marítimas do leste da África ao Japão e à península coreana.” (Robert D. Kaplan; *Power Plays in the Indian Ocean*, Foreign Affairs, Washington, 2009, p. 22)

Além disso, a forte presença da poderosa marinha americana (USN – United States Navy) no Oceano Índico constitui, sob a ótica chinesa, uma constante ameaça, dado que eventuais bloqueios na frota de navios comerciais que transportam recursos naturais para a China poderiam acarretar grandes transtornos para a economia deste país. Assim, esta estratégia do “Colar de Pérolas”, para além do objetivo de assegurar o transporte marítimo de insumos à economia chinesa, perpassa também pela ampliação do leque de opções ao translado, via oceano, com a construção de oleodutos e vias de acesso a portos de outros países.

Destarte, a China passou, mediante esse singular expediente, a reivindicar áreas a aproximadamente dois mil quilômetros de distância de sua costa, mas, em contrapartida, a apenas poucos quilômetros dos territórios do Vietnã, das

Filipinas e da Malásia, e, a partir do estabelecimento (efetivo) destas bases militares na região, a dar início a um processo de ostensiva conquista do Oceano Índico, atravessando o Estreito de Málaca e o Istmo de Kra, passando também, por meio de uma presença econômica massiva, com a construção de oleodutos, ferrovias e rodovias, pela Tailândia.

Uma vez estabelecida no Oceano Índico, a China iniciou e conduziu a construção de um porto marítimo de grande porte ao lado de um gigantesco terminal petrolífero em Myanmar e no vizinho deste, Bangladesh, ampliando, ainda, as instalações de um porto e de um aeroporto, civil e militar, cercando geopoliticamente, por consequência, sua arquirrival, a Índia. Acabou também concebendo instalações no Sri Lanka, Maldivas e Paquistão, onde os chineses estão construindo uma ligação por ferrovias e rodovias entre a sua fronteira e o porto de Gwadar. E, por fim, estendendo sua presença ao nordeste da África, no Djibouti, no qual implantaram uma base militar, e, no Sudão, no qual ampliaram um porto (neste país) na fronteira com a Somália.

Essas são as chamadas “Pérolas” que formam o “Colar” chinês no Oceano Índico e por meio das quais a China ambiciona ter uma presença cada vez mais intensa, alcançando, então, posição de alto destaque no cenário político e militar mundial. Em natural reação, contudo, potências como a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia (acuada pela presença chinesa em torno de toda sua costa), Singapura e países com menor grau de desenvolvimento, como a Indonésia e o Vietnã, vêm formando uma aliança (ainda informal), em conjunto com os Estados Unidos, contra a presença chinesa no Oceano Índico – e também no Sul do Mar da China –, tornando estas regiões um novo ponto de tensão geopolítica e possível cenário para o início (ainda que embrionário) de uma Segunda Guerra Fria.

Sob esse aspecto, é possível deduzir que a presente ampliação da influência chinesa replica, em grande medida, o expansionismo soviético dos tempos da Guerra Fria, o que, historicamente, somente foi contido, no contexto continental da Europa, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e com a correspondente e forte determinação militar dos EUA, por meio do estabelecimento (e manutenção) de tropas e equipamentos na região. Vale mencionar que a política chinesa de ascensão pacífica (de natureza passiva e não-confrontativa), inaugurada por Deng Xiaoping, no final dos anos 1970, foi substituída, em sua essência, pelo atual mandatário, que traçou uma nova estratégia de ascensão pacífica, porém, com nítida (e diferenciada) feição ativa e confrontativa, retornando, em alguma medida, à concepção estratégica de Mao Tsé Tung (1949-78), ainda que sem o viés bélico (ativo) que perdurou durante a maior parte de seu governo, e que conduziram às guerras da Coreia (1950-53) e do Vietnã (1964-75) e aos diversos confrontos no estreito de Taiwan.

7. As sanções à Rússia e a ausência de sanções à China pela estratégia do “Colar de Pérolas”

A Aliança Ocidental é, no mínimo, contraditória por focar exageradamente todos os problemas mundiais na Europa e não perceber os enormes desafios que estão sendo, paulatinamente, impostos pela China ao mundo. Nesta toada, não parece sensato que a Rússia sofra severas sanções econômicas por conta da reanexação da Crimeia, em 2014 (região que, originariamente russa, foi cedida por Nikita Kruschev à Ucrânia, em 1954, quando ambos países compunham a antiga União Soviética e que deveria, em 1991, com a dissolução da URSS, pela lógica, ter sido restituída à Rússia), enquanto que a China – construindo ilhas artificiais (e, mais grave ainda, bases militares nas mesmas) por todo Mar do Sul da China, a mais de 1.000km de suas costas e a poucos quilômetros das praias de diversos países da região –, não receba nenhuma reprimenda efetiva, por parte da Comunidade Internacional, exceto simplórias (e inúteis) “condenações político-diplomáticas”, desprovidas de qualquer efeito prático.

8. A estratégia de Barack Obama em relação ao desafio chinês

Somente a partir do segundo mandato de Barack Obama é que seus principais assessores perceberam os desafios decorrentes da silenciosa ascensão econômica chinesa.

Porém, mesmo com a chegada ao poder de Xi Jinping, em 2012 – e com a reconhecida guinada da política externa chinesa, que passou de uma concepção de ascensão pacífica (passiva) para uma vertente mais agressiva e objetiva de ascensão pacífica (porém, ativa e confrontativa) –, o governo de Barack Obama não conseguiu detectar que a ameaça chinesa transcendia (em muito) a questão meramente econômica, para também abranger uma estratégia mais ampla (e ambiciosa), objetivando a hegemonia global de Pequim, até 2050.

Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer as tentativas de Barack Obama de isolar economicamente a China, através da criação de uma série de acordos multilaterais de livre mercado, envolvendo os Estados Unidos e a União Europeia e, igualmente, na Ásia, uma aliança transpacífica de nítido viés contensivo chinês.

Apesar desse reconhecido esforço, não houve, por parte do governo Obama, uma linha de ação única, linear e, sobretudo, coerente em relação à China, fazendo com que os (amplos, porém sempre insuficientes) recursos nacionais norte-americanos fossem desviados em várias frentes, como no caso da desastrosa “Primavera Árabe” e da (ingênua e irresponsável) tentativa de ressuscitar a Guerra Fria na Europa, em relação a Rússia (veja a propósito o nosso artigo “Yes, We Can”; publicado no site DefesaNet em 27/05/2016).

Por via de consequência, as ambições chinesas não foram, em nenhum momento, desencorajadas, tendo sido ao reverso, inclusive (incentivadamente), aceleradas.

A concepção da nova administração Donald Trump – no sentido de que os aliados norte-americanos buscam objetivos próprios (em sua maioria em desfavor dos interesses econômicos estadunidenses) –, acabou por sepultar a incipiente estratégia, permitindo, de certa feita, a continuada ascensão chinesa, sem uma resposta conjunta e liderada pela nação norte-americana.

9. O futuro da OTAN

Sem qualquer sombra de dúvida, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN –, fundada em 1949, representou (como continua a representar) a mais bem sucedida aliança militar de todos os tempos.

Ela não somente evitou uma possível continuação da Segunda Guerra Mundial – no continente europeu, ainda que de forma fragmentada em pequenos conflitos localizados naquela porção territorial do planeta –, como também foi um dos pilares a sustentar a vitória do Ocidente na Guerra Fria (1947-91).

Todavia, resta evidente que a estrutura organizacional atual da Organização – que remonta a uma época já completamente ultrapassada na história –, não é mais suficiente para projetar um futuro realmente promissor, caso a mesma não venha a ser repensada, por meio de uma nova arquitetura mais compatível com os atuais desafios globais e fazendo ressurgir, de alguma forma, um relativo protagonismo britânico e francês do passado (praticamente sepultado, em meados da década de 1950, com o esgotamento econômico daquelas outrora potências mundiais) e, agora, também alemão, em decorrência das respectivas posições econômicas destes três países no cenário internacional.

Em outras palavras, não há mais qualquer sentido lógico-finalístico para que os Estados Unidos continuem a suportar, no contexto de 28 países membros, 74% das despesas totais de defesa (3,57% de seu PIB), 22% das despesas diretas (e exclusivas) das operações da OTAN na Europa (incluindo a manutenção de seus efetivos e equipamentos em solo europeu; o que representa 15% do seu próprio orçamento militar), enquanto a grande maioria dos demais membros – com exceção do Reino Unido (2,12% do PIB), e Estônia (2,08% do PIB) –, gastam menos do que 2% de suas respectivas economias (ou seja, na maioria dos casos, menos que a metade do montante percentual estadunidense), com a diminuição gradual de seus exércitos, a exemplo da Alemanha (a quarta maior potência econômica do mundo), que, desde a reunificação em 1990, vem reduzindo seus efetivos de aproximadamente 500.000 soldados (apenas no lado Ocidental) para menos de 180.000 homens na atualidade, com o fim do serviço militar obrigatório em 2011, conforme explicitamente declarado por Donald Trump na última reunião da OTAN em Bruxelas, em 11 de julho de 2018:

“Pela primeira vez desde 1945, o governo dos Estados Unidos questiona sua responsabilidade de garantir a segurança dos aliados europeus (...) Os americanos – que gastam 15% do seu orçamento militar com a OTAN e pagam 22% das despesas correntes da aliança – exigem dos demais 28 países-membros da aliança que cumpram a decisão tomada em 2014 de investir pelo menos 2% do seu PIB em Defesa, o que hoje poucos fazem (...) Segundo suas expressas palavras, ‘eles nos matam com o comércio, eles nos matam com a OTAN. E nós somos os bobos que pagam por todas as contas’.” (*Ameaças de TRUMP Pairam Sobre Cúpula da OTAN*; O Globo, 11/07/2018, p. 22)

Diagrama 1: Produto Interno Bruto e Gastos com Defesa (US\$ Bilhões/2017)

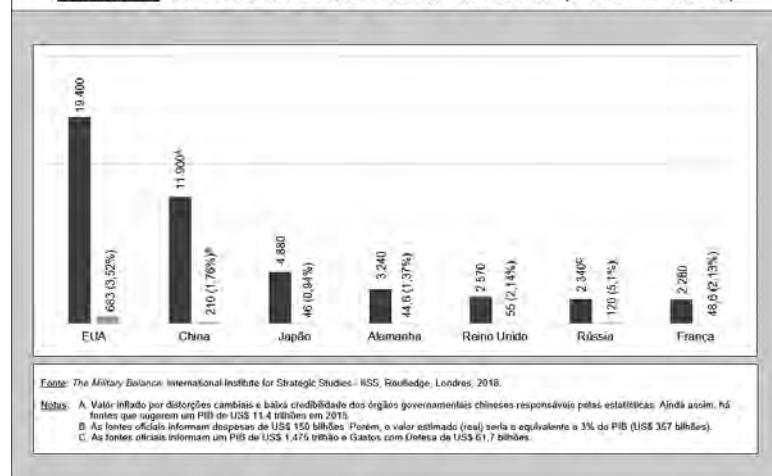
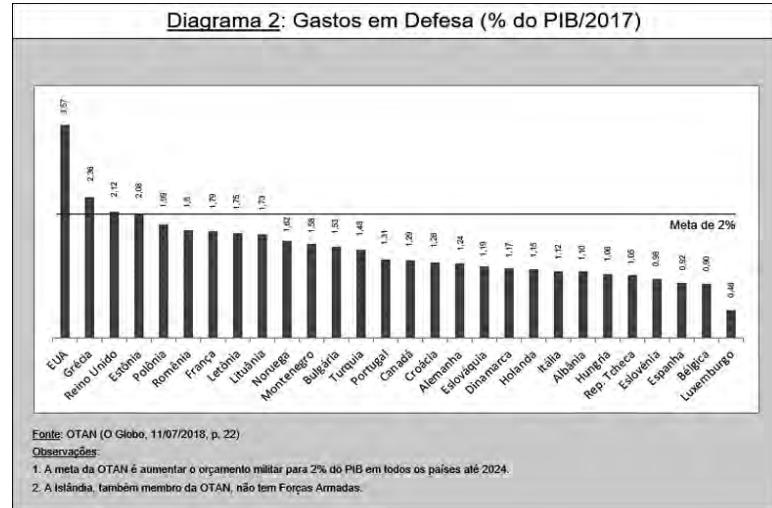


Diagrama 2: Gastos em Defesa (% do PIB/2017)



10. Lend-Lease: a tábua de salvação dos Aliados na Segunda Guerra Mundial

Quando se iniciou oficialmente a Segunda Guerra Mundial na Europa, no dia 1º de setembro de 1939, a maior parte da população norte-americana, bem como a maioria dos integrantes do Congresso Nacional estadunidense, estavam completamente arraigados, no âmbito das relações internacionais, a uma postura de nítida feição isolacionista e de completa neutralidade em relação a um conflito que se desenrolava no continente europeu e que, por esta razão, era considerado, restritamente, apenas como mais uma “guerra europeia”, não obstante o anterior início do expansionismo japonês sobre a Ásia, inaugurado em 1931, e fortemente ampliado a partir de 1937.

Nesse contexto, pesquisas de opinião pública, realizadas à época, indicavam que mais de 70% da população dos EUA expressavam-se de forma radicalmente contrária ao envolvimento norte-americano no conflito “europeu”.

No entanto, o então Presidente norte-americano, o democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-45), figurava, no que concerne a este tema, como uma voz isolada, ainda que de grande e reconhecida lucidez estratégica, na exata medida em que antevia, naquele conflito, de forma completamente distinta de outras importantes lideranças americanas, uma oportunidade histórica de catapultar os EUA a uma posição hegemônica global, cabendo recordar que os EUA já se constituam, desde o início do século XX, na maior potência econômica do planeta.

Ainda assim, Roosevelt, mesmo sendo contrário ao posicionamento que pugnava pela equidistância dos EUA em relação à guerra, e diante daquela postura radical da sociedade e de grande parte dos congressistas, não vislumbrava, de imediato, nenhuma oportunidade real e politicamente factível que possibilitasse a realização de algo de grande magnitude, a fim de prover um auxílio efetivo, por parte dos EUA, aos Aliados da Europa, ainda que sem o correspondente envio (e consequente envolvimento direto) de tropas norte-americanas ao solo europeu.

Por ocasião do segundo semestre de 1940, ou seja, menos de um ano após o início da guerra, a Alemanha, de forma absolutamente surpreendente para as suas próprias lideranças e, igualmente, para o assombro da maior parte do mundo civilizado, já controlava, direta ou indiretamente, toda a parte central e ocidental do continente europeu. Nesse contexto inicial de sucesso germânico, a França, considerada, à época, a maior potência militar continental da Europa, havia sofrido uma inusitada e humilhante derrota político-militar. Por sua vez, o Reino Unido, a segunda maior potência econômica do planeta, no âmbito de seu vasto império, resistia e figurava como o último obstáculo real à implementação do nazismo alemão sobre todo o oeste europeu.

Naquela época, o Primeiro Ministro britânico Winston Churchill (1940-45) mantinha uma excelente e cordial relação com o presidente norte-americano, o que permitia ao estadista inglês lhe formular constantes pedidos de ajuda. Roosevelt, mais do que qualquer outro líder mundial, compreendia perfeitamente que uma eventual queda do Reino Unido para a órbita de influência alemã possibilitaria a Hitler dominar o restante da Europa, incluindo os férteis campos agrícolas ucranianos e as gigantescas extensões territoriais russas. Ademais disso, se o Reino Unido sucumbisse, a Alemanha poderia, por meio de uma provável ação coordenada com a Itália e com o Japão, estender o domínio destes países sobre o Mediterrâneo e a Ásia, respectivamente.

Nesse contexto, o presidente norte-americano encontrava-se inserido em uma posição política extremamente complexa frente à guerra, uma vez que, mesmo diante da ameaça de domínio alemão sobre o Reino Unido (e sobre o Império Britânico de modo geral), o Congresso dos EUA havia aprovado, ainda nos anos de 1930, uma lei de neutralidade que expressamente vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra, excetuando-se o caso em que houvesse pagamento direto e à vista.

Contudo, nesse exato momento histórico, o Reino Unido estava completamente cercado, isolado, sob constante risco de invasão e com sua economia sendo gradativamente destruída, quadro caótico decorrente, dentre outros fatores, de uma inteligente combinação de contínuos ataques promovidos pela Luftwaffe (a força aérea alemã) sobre o território britânico, associados a persistentes tentativas de bloqueio naval às suas principais ilhas componentes (Inglaterra, País de Gales e Escócia). Em tais condições fáticas, era impossível ao Primeiro Ministro britânico custear a compra de armamentos norte-americanos nos exatos termos da legislação vigente, exceto em prestações futuras, vale dizer, por meio de financiamento.

Foi exatamente diante dessa complexa e delicada situação que o Presidente norte-americano elaborou um inteligente artifício legal para fornecer suprimentos (alimentos e matérias-primas, incluindo alumínio e aço de todos os tipos), blindados, aviões, armas leves e munições, caminhões e veículos de transporte (tais como caminhões e jipes), petróleo, material de construção, entre outros diversos itens, ao Reino Unido.

Não obstante tal estratégia de Roosevelt, efetivamente baseada em uma criativa hermenêutica legal, ter sido amplamente rotulada, por muitos congressistas, como uma engenhosa manobra do presidente para pôr fim ao isolacionismo norte-americano, posição esta que, conforme restou afirmado, era amplamente apoiada pela população estadunidense, é fato histórico que a inovadora “concepção político-jurídica” rooseveltiana logrou-se vitoriosa em seus objetivos fundamentais.

Com efeito, em 11 de março de 1941, por meio de um inteligente expediente, construído pelo brilhantismo intelectual de Roosevelt, era finalmente aprovada no Congresso norte-americano uma nova lei (revogadora, em parte, do antigo dispositivo legal que vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra) que possibilitava aos EUA emprestar (posto que se não podia vender a prazo) equipamentos e suprimentos (de todas as espécies) a qualquer país, especialmente ao Reino Unido, tendo como garantia de pagamento futuro os próprios territórios (e seus direitos de exploração econômica) e bases militares britânicas no exterior.

Sempre que confrontado por jornalistas sobre o novo regramento legal editado pelo Parlamento, o presidente norte-americano, de modo extremamente perspicaz, citava uma parábola envolvendo o hipotético episódio de um incêndio, cuja essência abrange a seguinte ideia central: “quando a casa do seu vizinho está pegando fogo, você não vende a ele o balde d’água (ou a mangueira), você o empresta para que o fogo seja apagado o mais depressa possível”.

Assim, tendo em vista o novo quadro normativo estabelecido, ainda em março de 1941, os EUA começaram a enviar volumosas quantidades de suprimentos ao Reino Unido, remessa operacionalizada pela via naval do Oceano Atlântico, o que ensejou, no plano concreto da guerra, a clássica Batalha do Atlântico. Decerto que tal auxílio permitiu aos britânicos reorganizar a sua indústria, reequipar suas forças armadas e municiar seus meios combativos, tudo de acordo com as necessidades do conflito.

Nessa época, a União Soviética ainda era considerada, pelo menos em tese, uma presumida aliada da Alemanha nazista, tendo em vista a existência de um pacto de não-agressão, celebrado em 23 de agosto de 1939, denominado de Pacto Molotov-Ribbentrop, em alusão aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS (Vyacheslav Molotov) e da Alemanha (Joachim Von Ribbentrop), respectivamente. Entretanto, tal quadro de “aliança” começaria a mudar em junho de 1941, quando da invasão alemã ao território soviético, concretizada por meio da conhecida “Operação Barbarossa”, considerada a maior operação militar da história, evento que envolveu aproximadamente mais de três milhões de soldados alemães, húngaros, romenos e italianos, e que, segundo a historiografia, alterou radicalmente a própria concepção geopolítica da Segunda Guerra Mundial.

No que concerne aos momentos iniciais da “Barbarossa”, a investida alemã revelou-se cruel e sanguinária. De fato, em menos de seis meses do início da aludida operação, os soviéticos perderam cerca de dois milhões de homens, entre mortos, feridos e capturados. Enquanto isso, o exército alemão já havia alcançado os arredores de Moscou, além de ter incorporado, ao Terceiro

Reich, grandes e importantes extensões territoriais da Ucrânia (com grande parte de seu povo envolvendo-se no conflito de forma “cooperativa”, agradecendo aos “libertadores alemães”) e da Bielorrússia.

Diante de tal cenário, a União Soviética, a par de todos os acontecimentos, aparentava que sucumbiria ao domínio nazista mesmo antes do final de 1941. Na visão dos principais líderes aliados (Roosevelt e Churchill), o colapso pleno (e supostamente irreversível) do regime soviético, bem como sua correspondente submissão ao Terceiro Reich, eram uma simples questão de tempo. Caso isto ocorresse, haveria a consequente incorporação, ao domínio germânico, das imensas extensões territoriais, indústrias e demais riquezas (incluindo inesgotáveis matérias-primas estratégicas, como o petróleo) da URSS, quadro que estaria em perfeita sintonia com os planos arquitetados por Adolf Hitler no livro *Minha Luta* (*Mein Kampf*, em idioma alemão), texto escrito em 1925, quando ele cumpria pena na prisão de Landsberg, tendo em vista sua condenação por ter liderado o fracassado “Putsch da Cervejaria” (9 de novembro de 1923), uma tentativa de golpe de estado que ocorreu em Munique, com o expressivo apoio de parcela da sociedade alemã.

Obviamente que um eventual colapso da URSS no âmbito da “Barbarrosa” preocupava sobremaneira a liderança aliada. Em razão disto, os EUA, inicialmente por meio dos britânicos, começaram a enviar, sem uma estratégia mais elaborada e à margem de estudos mais aprofundados, um amplo auxílio financeiro e militar à URSS. Em 1942, a ajuda em questão passou a ser intensificada, bem como remetida de forma direta por meio de rotas especiais que passavam pelo Ártico, pelo atual Irã e pelo Oceano Pacífico. Como se vê, tais rotas não cortavam o Oceano Atlântico, evitando, pois, o risco iminente de haver algum tipo de ataque (de interdição naval) promovido pelos temíveis *U-Boots* alemães.

Nesse sentido, por meio do Ártico, os norte-americanos conseguiram enviar diretamente quase quatro milhões de toneladas de suprimentos. Da mesma forma, pelo chamado corredor persa, região onde se localiza o atual Irã, foram transportados cerca de 4,2 milhões de toneladas. E, por fim, pela rota do Pacífico, os EUA encaminharam aproximadamente 8,2 milhões de toneladas.

Nesses transportes era enviada uma quantidade imensurável e variada de itens, exatamente como foi feito quando do auxílio ao Reino Unido. Em uma determinada ocasião, chegou-se mesmo a se conseguir uma inusitada e surpreendente transferência de uma fábrica (completamente equipada) de pneus, cujas instalações haviam sido construídas pela Ford.

Para se ter uma dimensão da magnitude da ajuda fornecida aos russos, cumpre registrar que, entre 1941 e 1945, os norte-americanos entregaram mais de 400.000 jipes e caminhões, 7.056 blindados (entre os quais mais de 4.000 tanques de combate *M-4 Sherman*), 35.000 motocicletas, 2.000 locomotivas,

14.795 aviões (dos quais 4.700 eram *P-39 Airacobra*), além de quatro milhões de toneladas de alimentos, notadamente, carne enlatada, açúcar, sal e farinha, gêneros que eram distribuídos para as tropas que combatiam os alemães nas frentes de batalha.

Do mesmo modo, no período compreendido entre 1942 e 1945, os EUA remeteram um impressionante total de 18 milhões de toneladas de suprimentos aos soviéticos, o que se deu com o propósito de manter estas tropas em condições plenas de operação. Entretanto, no mesmo período, os Estados Unidos forneceram às suas próprias tropas, que combatiam no norte da África e na Europa, uma quantidade de suprimentos apenas ligeiramente maior do que aquela fornecida aos russos, na ordem 22 milhões de toneladas.

Nota-se, claramente, um dos primeiros equívocos estratégicos cometidos pelos EUA na condução da guerra, erro que se traduziu na precariamente planejada (sobretudo, em seus presumíveis efeitos posteriores) e reconhecidamente desproporcional entrega direta de equipamentos militares e auxílio econômico a um país dotado, à época, de indifarçados interesses hegemonicos e expansionistas. Conforme restou consignado, houve, no episódio em questão, uma absurda e paradoxal proximidade entre os gastos realizados pelos norte-americanos com as suas próprias tropas em comparação com aqueles destinados aos efetivos da URSS. Não é desarrazoado afirmar que tal paradoxo constitui a principal razão que ensejou o surgimento, no cenário geopolítico do pós-guerra, de uma União Soviética extremamente robustecida (amplamente armada e equipada, registre-se) e dotada de uma capacidade de ameaçar e conquistar a Europa Oriental, permitindo, em última análise, que se originasse um novo desafio à paz mundial, com o início da chamada “Guerra Fria” (1947-91).

Como se não bastasse o mencionado desacerto americano, o Reino Unido, após o período de extraordinária adversidade experimentado no início do conflito, também passou a enviar, de variadas formas, um amplo e desproporcional auxílio à União Soviética. Assim, a partir do ano de 1943, Londres encaminhou a Moscou uma enorridade de artigos, entre os quais se destacavam: uma quantidade superior a 3.000 caças *Hawker Hurricane*, 4.000 aviões de reconhecimento e transporte, 5.200 blindados, 4.000 caminhões, 15 milhões de botas, 1.700 motocicletas, 600 conjuntos completos de radares e sonares (incluindo, de forma indireta, a tecnologia destinada à produção de tais equipamentos), além de milhares de armas antitanques e antiaéreas.

Esses elevados quantitativos de materiais enviados pelos EUA e pelo Reino Unido à URSS refletiam, em certa medida, uma preocupação, que posteriormente se constatou exagerada (e, sobretudo, artificialmente ampliada), por parte dos chefes de Estado daquelas nações com uma possível vitória da Alemanha nos embates travados contra os soviéticos. Roosevelt e Churchill

vislumbravam que uma eventual queda total da União Soviética diante da Alemanha nazista direcionaria o supostamente “gigantesco” poderio militar deste país (cuja dimensão, em sua essência, era superestimada) para dominar, primeiramente, o Reino Unido e, posteriormente, os Estados Unidos, o que, em verdade, nunca passou de um “cenário fantasioso”.

Ainda que muitos líderes militares dos EUA enxergassem com preocupação a magnitude do auxílio concedido, sem qualquer garantia real de pagamento ou contrapartida futura, à URSS, é fato que uma visão relativamente míope acabou por predominar em relação à presente questão, encobrindo não apenas uma inteligente manobra empregada por Stalin para, uma vez custeado pelo poderio econômico anglo-americano, compor, no futuro, uma União Soviética militar e economicamente poderosa, mas também o próprio caráter totalitário do regime comunista e de seus planos expansionistas, os quais, em muitos aspectos, eram ideologicamente (ainda que, naquele momento histórico, não potencialmente) mais ameaçadores para as democracias liberais (representadas pelos EUA e pelo Reino Unido) do que o próprio regime nazista.

Não obstante, e por necessária prevalência de uma “justiça histórica”, oportuno reconhecer a importante contribuição da própria determinação nacional da URSS no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos históricos ora narrados, em especial o fato de os soldados soviéticos do Exército Vermelho terem lutado com extrema bravura, defendendo cada centímetro da União Soviética, cujas terras, para eles, possuem natureza sagrada, afirmação amplamente comprovada por meio do grande número de soldados e civis soviéticos mortos entre 1941 e 1945. Muito embora não se disponha de dados quantitativos exatos, os números de falecidos gravitam em torno de 25 milhões, sendo certo que nenhum outro país sofreu tantas perdas humanas em uma guerra, quando cerca de 80% da população masculina nascida em 1924 morreu no conflito.

Contudo, mesmo diante de todo o esforço moral e motivacional do Exército Vermelho, é interessante consignar que a ajuda dos britânicos e dos americanos foi, em última análise, absolutamente fundamental, e reconhecidamente indispensável, para a manutenção da resistência dos soviéticos aos avanços alemães. Sem a esmagadora assistência material proveniente, em particular, dos EUA, o que incluía a reposição quase que instantânea dos equipamentos bélicos e víveres indispensáveis ao esforço de guerra, a vitória soviética (através de suas conquistas em batalhas-chaves, a partir de 1943, e as exitosas contraofensivas, a partir de 1944) sobre os alemães teria sido impossível.

Por oportuno, cumpre consignar que o Brasil também se revelou um grande beneficiado pelo *Lend-Lease*, recebendo mais suprimentos, inclusive, do que alguns países que estavam no epicentro da guerra, como a Bélgica e

a Holanda, e ficando atrás somente do Reino Unido, da União Soviética, da França e da China.

O registro dos elevados aportes realizados pelos EUA nos países acima referidos evidência a extrema importância do denominado *Lend-Lease* para o sucesso dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. De fato, desprovidos da ajuda norte-americana, a maior potência econômica e industrial, à época, muito provavelmente teria sido inútil toda a determinação da resistência britânica e, igualmente, todo o sangue derramado pelos soviéticos.

Cabe registrar, ademais, o modelo político-jurídico adotado para o funcionamento do *Lend-Lease*. Nesse sentido, a norma jurídica editada, interpretada em sua hermenêutica extensiva, simplesmente autorizava o governo norte-americano a realizar o empréstimo de armamentos, ou qualquer outro artigo de defesa, ou informação, que o presidente norte-americano julgasse necessário para a segurança nacional dos EUA. A regra em questão previa (ainda que, no caso soviético, sem nenhuma salvaguarda real) que os armamentos emprestados seriam devolvidos (ou seus respectivos valores pagos, em ouro e/ou outros ativos econômicos) após o término do conflito.

Entretanto, após o fim da guerra, apenas uma pequena parcela do material “emprestado” pelos EUA foi efetivamente devolvida ou resarcido economicamente, especialmente pelos soviéticos. Muitos líderes norte-americanos, de forma pouco inteligente, já não exigiam (ou mesmo sequer desejavam) mais o retorno desses armamentos, embora devessem, por obrigação legal, cobrá-los através de contrapartidas econômico-financeiras. A propósito, existiam até mesmo alguns congressistas norte-americanos – desconhecedores dos riscos que tamanho “poder de fogo”, em mãos estrangeiras, poderiam representar, no futuro, contra a própria segurança nacional estadunidense –, que, em tom coloquial, afirmavam que “emprestar armas é como emprestar um chiclete; depois de usado você não o deseja mais”.

Com efeito, muitos armamentos (de última geração e com grande poder bélico, inclusive) permaneceram nos países destinatários, excetuando-se a devolução da maioria dos navios de guerra, o que efetivamente aconteceu. A URSS, em particular, recebeu um total de US\$ 1.078 bilhão em equipamentos bélicos, quantia que, em valores históricos, equivale, aproximadamente, à metade de todo o custo do “Projeto Manhattan”, programa que conduziu os EUA ao “clube atômico”. Em contrapartida real, durante todo o conflito, a União Soviética enviou apenas algumas toneladas de minérios para o Tesouro americano, praticando, assim, uma espécie de *Lend-Lease* ao “reverso” com os EUA, estipulado, entretanto, em cerca de ínfimos US\$ 2 milhões em valores históricos.

Vale frisar, por oportuno, que o suposto restante dos débitos do *Lend-Lease* foram (formalmente, ainda que não efetivamente) quitados, por meio

do pagamento final de um valor de US\$ 20 bilhões, pela Rússia, ao “Clube de Paris”, em 2006, quinze anos após o fim da URSS, o que significou, na prática, parcela muito pouco expressiva, particularmente em face de todos os benefícios (diretos e indiretos) que aquela nação recebeu dos EUA, inclusive com transferência de tecnologia bélica sensível.

Por outro lado, embora os britânicos também tenham pago uma reduzida parte dos bens que lhes foram enviados durante o conflito, tendo sido o restante convertido, em 1945, em um empréstimo para pagamento em parcelas e com juros baixíssimos, cuja última prestação restou adimplida já no século XXI, é fato que as transferências de todos os segredos militares ingleses (e respectivas tecnologias de ponta) para os EUA, bem como o fim do monopólio comercial com suas colônias, além do deslocamento das bases militares inglesas no hemisfério ocidental para os EUA, exigências estas incluídas nos termos da chamada “Carta do Atlântico” (1941), representaram, na prática, uma plena e amplamente satisfatória composição do *Lend-Lease* para com os britânicos.

11. Os diferentes desafios representados pelo fundamentalismo islâmico radical (Jihadismo) e pela meteórica ascensão chinesa no cenário internacional

Em certa medida (análogica), é possível inferir que o desafio representado pelo fundamentalismo religioso de feição islâmica radical (jihadismo), em função de seus objetivos impositivos de construção de uma hegemonia global (a exemplo da URSS do passado) são muito mais perigosos para a paz mundial do que propriamente a ascensão desafiadora do novo “Império Chinês” (mais próximo das ambições de projeto de poder da Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial), ainda que, reconhecidamente, represente um risco mais imediato, exatamente como foram percebidos os desafios do nazismo quando comparados aos do comunismo no início da Segunda Guerra Mundial.

Mais uma vez, muito provavelmente, o mundo está desperdiçando uma oportunidade histórica de inaugurar e conceber uma nova concepção de governança global (a incluir uma ascendente China e uma revigorada Rússia), – como deixou de fazer com a Alemanha, durante os períodos que precederam o início da Segunda Guerra Mundial –, criando uma necessária aliança de contenção ao desafio jihadista (e, consequentemente, ao terror global) em favor da segurança e da estabilidade mundiais.

Desconto sobre desconto em combustível

O cartão que lhe permite poupar mais sempre que abastece

Com o Cartão Associação Mutualista Montepio Repsol é certo que vai poupar mais.

Até 15 de setembro, usufrua de um desconto de 9 cêntimos/litro em combustíveis Neotech, nos abastecimentos de montante igual ou superior a 20 euros, acumulável com outras poupanças em vigor nas estações de serviço aderentes.

São descontos sobre descontos, no caminho de vantagens que é ser nosso Associado.

Informe-se já em
montepio.org

Oferta válida até
15 de setembro de 2019.
**9 cênt.
/litro**



Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Organizações multilaterais e os conflitos no 'Grande Médio Oriente' Alargado: entre o legalismo e a impotência*

Multilateral organizations and conflicts in the Wider 'Greater Middle East': between legalism and impotence



Tenente-coronel Itelvino
de Jesus Brito Gomes**



Major João Pedro C.
dos Reis Bento***



Major Carlos Miguel
Clemente Narciso****

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a posição da Organização das Nações Unidas, União Europeia, Organização do Tratado do Atlântico Norte, União Africana e Liga Árabe face à conflitualidade latente e existente na região, identificando o potencial destas Organizações como plataforma de resolução destes conflitos.

O conceito de *Greater Middle East* foi adotado no seio do G8¹, em 2004, pela mão do 43.º Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) George W. Bush, com o propósito de consagrar um novo espaço geopolítico de intervenção, composto por um conjunto de países contiguamente conectados que se estendem de Marrocos ao Paquistão, tendo em vista a guerra contra o terrorismo islâmico. A proposta dos EUA tinha como objetivo incentivar um processo de reformas políticas, económicas e sociais na região, com o pro-

* Artigo adaptado a partir do trabalho de aplicação grupo realizado no âmbito da unidade curricular de geopolítica do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19, no Instituto Universitário Militar (IUM).

** Licenciado em Psicologia Clínica pela Universidade Agostinho Neto. 1º Oficial para formação de Oficiais da Repartição de Ensino e Instrução da Direção de Instrução e Ensino do Comando do Exército Angolano. Investigador Associado do CIDIUM.

*** Licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar – Engenharia. Docente na área de estudo das crises e dos conflitos armados. Investigador Associado do CIDIUM.

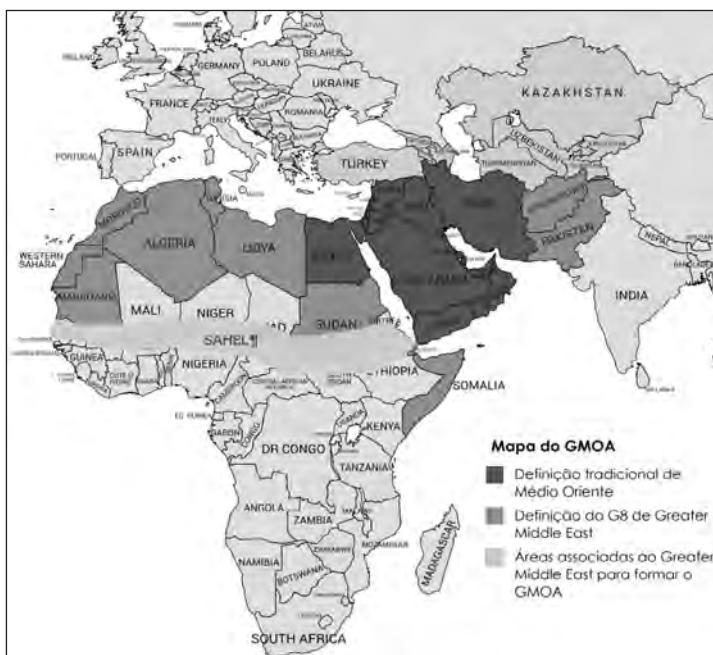
**** Licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar – Infantaria. Coordenador de área da Repartição de Organização/Divisão de Planeamento de Forças/Estado-Maior do Exército. Investigador Associado do CIDIUM.

1 Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia (suspensa), União Europeia.

pósito de promover o desenvolvimento económico, a modernização e a democratização (Amineh, 2007).

Esta região é o palco de uma série de conflitos que datam de 1980, que anunciam o início da guerra Irão-Iraque. Desde então, os EUA têm estado envolvidos no equilíbrio de poderes e conflitos entre essas nações culturalmente interconectadas, a fim de promover os seus interesses na região, nomeadamente para preservar o “*American way of life*”, ancorado na necessidade de recursos energéticos abundantes e baratos (Bacevich, 2016).

Segundo Guedes (2018b), a definição de “Alargado” deverá também considerar a inserção da região do Sahel. Esta “fronteira”, que consubstancia a zona de transição entre a aridez do deserto do Sahara e o fértil da savana, tem sido o palco de guerras e conflitos ancestrais, derivados da seca, da falta crónica de alimentos e da heterogeneidade étnica (Losada, 2017).



Fonte: Autores, elaborado com (mapchart.net, 2018)

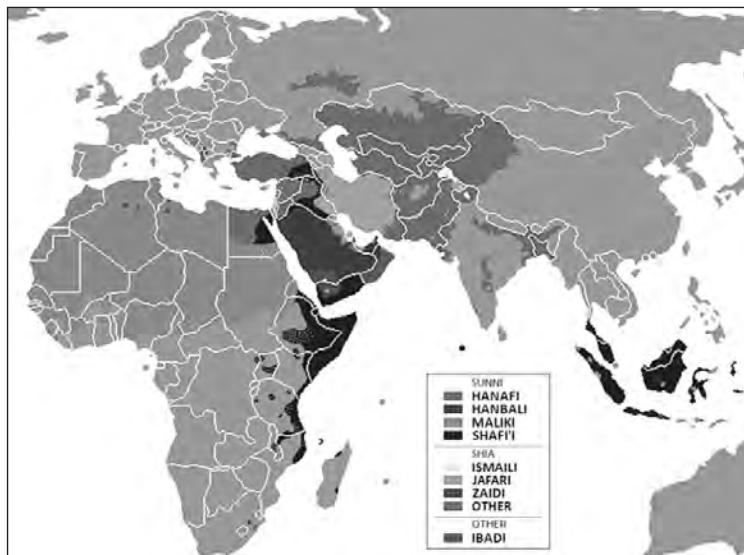
Figura 1 – Mapa do GMOA.

Assim, no âmbito deste estudo, tal como representado na figura 1, considera-se o conceito de GMOA como sendo aproximadamente coincidente em termos geográficos com a região constituída pelas nações que compõe o Norte de África e a região do Sahel, o Médio Oriente, incluindo o Afeganistão,

o Paquistão, a Turquia, o Irão e ainda Israel, alargando-se também aos países da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) do Cáucaso e da Ásia Central², nomeadamente, Geórgia, Arménia, Azerbaijão e Cazaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Tadjiquistão e Quirguistão (Guedes, 2018a).

Observando o mapa da figura 1, compete relacioná-lo com o teorizado em 1904 por Sir Mackinder (*heartland*) que serviu de base a Spykman para desenvolver a teoria do *rimland*, ou estratégia de contenção (Harkavy, 2001).

A região do GMOA coincide em grande parte, excetuando a Europa e parte da Ásia, com o *rimland*. Ora, esta fator geográfico, combinado com outras características tais como a religião, cultura e reservas energéticas, faz com que esta zona do globo se defina como um dos pontos centrais da geoestratégia ao longo do último século, levando à adoção de políticas externas intervencionistas por parte das potências mundiais.



Fonte: Disponível em ([globalsecurity.org](http://www.globalsecurity.org), 2017)

Figura 2 – Distribuição mundial do Islão.

No que concerne à cultura e religião, o GMOA, excetuando a Indonésia, coincide com os países do Mundo Islâmico onde a crença muçulmana é

2 De acordo com Brzezinski, a região dos países da ex-URSS que se situam no Cáucaso e na Ásia Central pode ser designada como os Balcãs Euroasiáticos, defendendo uma aproximação geopolítica desta região ao Médio Oriente (Brzezinski, 1997).

maioritariamente celebrada, tal como observável na figura 2, sendo esta uma das características mais relevantes na região em análise (globalsecurity.org, 2017).

As disputas entre muçulmanos xiitas e sunitas pela herança do profeta Maomé têm alimentado conflitos ancestrais que se mantém e até se revigoram na atualidade.

No que diz respeito a aspectos geográficos, esta região, rica em fontes energéticas primárias, tais como hidrocarbonetos, compreende 68,3% das reservas de petróleo existentes e comprovadas em todo o planeta (OPEC, 2018), e 56,2% das reservas de gás natural comprovadas, tendo alguns dos seus países entre os maiores produtores e exportadores mundiais (*British Petroleum*, 2018).

Neste âmbito, enquanto a China avança com a sua ambiciosa “The Belt and Road Initiative” para recriar a antiga Rota da Seda e as relações comerciais marítimas, a região do GMOA está bem posicionada para contribuir e para beneficiar da aceleração das relações comerciais chinesas (*Arabian Business*, 2018).

Para além do papel dos atores estatais nesta região, importa relevar o papel nuclear desempenhado por organizações supranacionais na prevenção e resolução de conflitos no GMOA, procurando manter um equilíbrio entre os interesses geopolíticos dos vários atores.

Deste modo, definiu-se como objetivo geral (OG) do artigo, analisar o posicionamento das Organizações multilaterais: Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Liga Árabe (LA) e União Africana (UA) em relação à conflituallidade no GMOA, identificando o potencial estratégico que estas possuem como plataforma de resolução de conflitos.

Para tal, adotar-se-á o método morfológico de análise que corresponde ao estudo da posição das referidas organizações multilaterais em relação ao GMOA sob o ponto de vista dos seus elementos estruturais, de organização e dos quadros em que se inscrevem (IESM, 2007, pp. 50,51).

Por forma a atingir o OG, foram delineados os seguintes objetivos específicos (OE): OE1 – caraterizar o potencial estratégico da ONU e descrever o seu posicionamento em relação ao GMOA; OE2 – caraterizar o potencial estratégico da UE e descrever o seu posicionamento em relação ao GMOA; OE3 – caraterizar o potencial estratégico da OTAN e descrever o seu posicionamento em relação ao GMOA; OE4 – caraterizar o potencial estratégico da LA e descrever o seu posicionamento em relação ao GMOA; OE5 – caraterizar o potencial estratégico da UA e descrever o seu posicionamento em relação ao GMOA.

Considerando o OG acima definido, formulou-se a seguinte Questão Central (QC): “Qual o posicionamento da ONU, da UE, da OTAN, da LA e da UA em relação aos conflitos no GMOA, e o seu potencial estratégico como plataforma de resolução dos mesmos?”, através da qual decorrem cinco Questões Derivadas (QD): QD1 – “Qual o posicionamento da ONU em relação ao GMOA, e seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos na região?”; QD2 – “Qual o posicionamento da UE em relação ao GMOA, e seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos na região?”; QD3 – “Qual o posicionamento da OTAN em relação ao GMOA, e seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos na região?”; QD4 – “Qual o posicionamento da LA em relação ao GMOA, e seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos na região?”; QD5 – “Qual o posicionamento da UA em relação ao GMOA, e seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos na região?”.

No que concerne à metodologia utilizada, adotou-se um raciocínio induutivo, com base numa estratégia de investigação qualitativa, efetuando-se a recolha de dados através de análise documental.

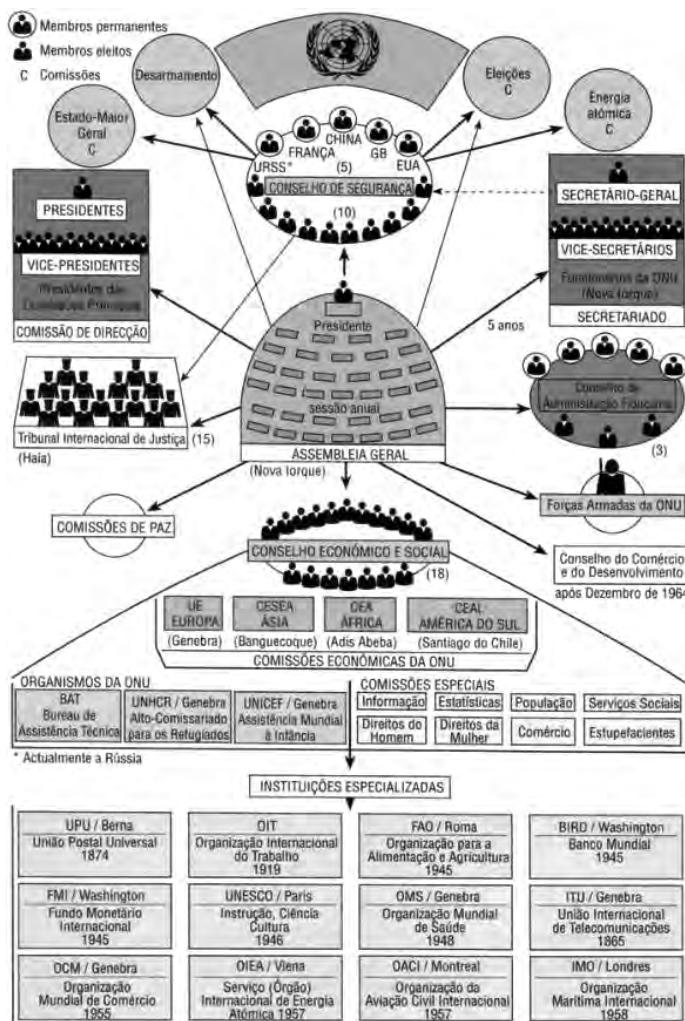
No âmbito do presente artigo realizou-se uma pesquisa bibliográfica exaustiva, de diversas fontes, nacionais e internacionais, e outras consideradas relevantes para o estudo que se pretendeu efetuar.

Na prossecução do OG e OE, o artigo encontra-se dividido em 5 Capítulos, em que nos capítulos 1 a 5, são analisadas cada uma das Organizações multilaterais elencadas no objeto de estudo, destacando o seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos no GMOA.

Nas conclusões, sintetiza-se a informação decorrente do estudo, apresentando-se uma visão prospectiva do papel que as referidas Organizações multilaterais poderão desempenhar na região do GMOA.

1. A Organização das Nações Unidas (ONU)

A ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial, onde os líderes das grandes potências decidiram criar uma organização internacional, legitimada de poder. Em 1945, através da assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas, foi estabelecida a organização de caráter autónomo (ver figura 3), com o objetivo de desenvolver um papel de extrema relevância, eficaz e legítimo, com competências de negociação, execução de ações e políticas de diversa ordem. No âmbito da gestão de conflitos, o seu órgão principal é o Conselho de Segurança, assumindo a responsabilidade da manutenção da paz e segurança internacionais, regido conforme os princípios e objetivos estipulados na Carta (Kennedy, 2009).



Fonte: Disponível em (ONU, 2012)

Figura 3 – Composição da Organização das Nações Unidas.

O GMOA, nos últimos 8 anos, passou por uma mudança contextual numa escala sem precedentes, isto ao nível nacional e regional. Onde a esperança por uma política de liberalização, alimentada pelo aparecimento de regimes árabes (muçulmanos) democratas, consequentes da “Primavera Árabe”, foi esmagada pela restauração de regimes militares autoritários (e.g. Egito), onde instalaram o caos político total (e.g. Líbia), abrindo portas para processos de

transição cujo resultado parece muito incerto (e.g. Iémen). Embora muitas repúblicas árabes regionais tenham sido obtidas por um rápido derrube e sendo uma surpresa, o seu destino não parece estar totalmente acabado (e.g. Síria e Iraque). Facto é que nem a Europa nem os EUA parecem ter adotado políticas válidas para a região, tendo a influência geopolítica mudado das grandes potências, para as potências regionais como o Irão, a Turquia e a Arábia Saudita, passando para um contexto manipulado por políticas religiosas sunitas e xiitas no sentido lato (Bocco & Belhadj, 2014).

A instabilidade, falta de paz, no GOMA (ver figura 4), é o resultado de uma tentativa deliberada do Ocidente em manter o seu domínio sobre o mundo, fruto de uma satisfação de interesses económicos, impondo uma política tipicamente ocidental. Todos os fatores de agitação social no GOMA, pobreza, desigualdade, corrupção e exclusão social, estão a aglutinar-se assumindo repercussões que poderão alcançar a escala mundial e sem retorno (Mazis, 2013).



Fonte: Disponível em (Observador, 2015)

Figura 4 – Conflitualidade no Médio Oriente.

Atualmente, a maioria dos países do GOMA está a enfrentar uma situação de devastação enorme, fruto de intervenções internacionais, regionais e

do fenómeno do terrorismo (procura ocupar o vazio de poder existente nos estados frágeis), exigindo uma urgente atuação da ONU. A realidade é que, se no passado a ONU, através do Conselho de Segurança tentou resolver a crise, e agora? Quando as pessoas estão a morrer em larga escala, as propriedades, cidades, países completamente destruídos, o número de refugiados poderá causar uma crise sem precedentes, onde a ONU usa os seus recursos para lhes conferir segurança e melhorar as condições de vida. A grande questão que se coloca é, porque não chegar à raiz da crise (Bocco & Belhadj, 2014)?

1.1. A posição da ONU face aos conflitos no GMOA

A ONU, desde a sua criação, tem exercido um papel ativo no GMOA, iniciando a sua intervenção logo após a segunda Guerra Mundial, num mundo dominado por duas grandes potências os EUA e a União Soviética. Através da Resolução 181, de 1947, da Assembleia Geral (Berdal, 2012), divide a Palestina entre judeus e muçulmanos, numa época onde a maior parte dos estados muçulmanos ainda não tinham alcançado a sua independência, onde as suas fronteiras eram artificiais, fruto da colonização e onde existiam governos representativos e extrema pobreza, sendo considerado como um choque para o mundo Islâmico (Berdal, 2012). Esta medida gerou um fluxo de judeus, fruto da conjectura, para a Palestina, onde esta região era predominantemente ocupada por muçulmanos, originando mais tarde o conflito que dura até aos dias de hoje. A apropriação de terras por parte do Estado de Israel, fundado em 1948, aos muçulmanos, aglutinou ainda mais o luto muçulmano perante a recusa do Conselho de Segurança da ONU em punir o Estado de Israel (Berdal, 2012).

A intervenção militar da Índia no Paquistão Oriental, levou à sua divisão em 1971, não tendo recebido esta ação qualquer tipo de condenação por parte do Conselho de Segurança da ONU. É com este sentimento de vitimização e injustiça que o mundo muçulmano entra no período da “Guerra Fria”. Contudo, fruto da rivalidade existente entre as duas grandes potências, o mundo muçulmano beneficiou com o exercício de voto destas potências, sendo um reflexo da polarização entre os blocos do Ocidente e o Oriente. Ou seja, o poder de voto impedia as grandes potências de ocupar e intervir nos países muçulmanos (Berdal, 2012). Esta sensação de vitimização e frustração, até mesmo de hostilidade, com o início dos anos 90 e até à atualidade, tornou-se uma característica sentida pelos países muçulmanos em relação ao crescente impacto que a ONU tem nas relações internacionais (Berdal, 2012).

Com o fim da “Guerra Fria”, os governos dos países muçulmanos alinharam-se às políticas que as potências ocidentais, sob liderança dos EUA, tinham

definido para a região do GMOA. Os estados ou movimentos que se opuseram, ou mesmo tentaram desafiar as políticas ocidentais, como o Irão, o Sudão, a Síria, Iraque, Afeganistão, o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, dos palestinianos, foram punidos, através de ações militares diretas conduzidas por coligações lideradas por Israel, aliada dos EUA, ou através de sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU (Bilgin, 2001).

Após o ataque de 11 de setembro de 2001, em resposta contra o terror, o Conselho de Segurança, baseado no capítulo VII da Carta, autorizou uma intervenção militar, tendo causado danos que se estendem até à atualidade. Esta resolução teve como objetivo permitir, aos EUA e aliados, efetuar uma luta eficaz contra o terrorismo, o que se constata é que essa luta ainda dura até aos dias de hoje (Berdal, 2012).

Considerando a atual conflitualidade no GMOA, nomeadamente, no Sáhara, Síria, Líbia, Iémen, Iraque e Afeganistão, a postura da ONU não se tem alterado, ou seja, a sua atuação na resolução dos conflitos é praticamente nula. Contrariamente, a sua política e ações no que respeita às suas causalidades, direitos humanos, tem sido bastante ativa e incisiva, assim como nas questões ambientais, concretamente, nas alterações climáticas (Bilgin, 2001).

1.2. O potencial da ONU como plataforma de resolução de conflitos no GMOA

A ONU, de acordo com as suas capacidades, tem várias formas de atuar perante os diversos estados de um conflito. Antes do início de um conflito, perante tensões existentes, a organização pode empregar a diplomacia preventiva e o *peacemaking*. A sua diferença é de natureza temporal, a diplomacia é empregue antes do conflito armado deflagrar e o *peacemaking a posteriori* (Cahill, 1996).

Outra ferramenta consiste na utilização do *peacekeeping*, que foi desenhado para lidar com conflitos entre estados, no entanto, demonstrou ser ineficaz na resolução de conflitos intraestatais (Jett, 2001). Com o objetivo de desenvolver um ambiente gerador das condições propícias à criação de uma paz duradoura e sustentável, a ONU emprega o *peacebuilding* (Hampson & Malone, 2002).

A ONU tem como principal objetivo a construção da paz, sendo esta a razão da sua própria existência, podendo implementar diferentes práticas e conceitos num campo multisectorial e intersectorial, utilizando, para o efeito, os vários vetores do poder. Ao verificar os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030, infere-se que um dos objetivos da organização é que, ao satisfazer as necessidades básicas das populações, através do comprometimento global, a conflitualidade irá diminuir (ONU, 2018).

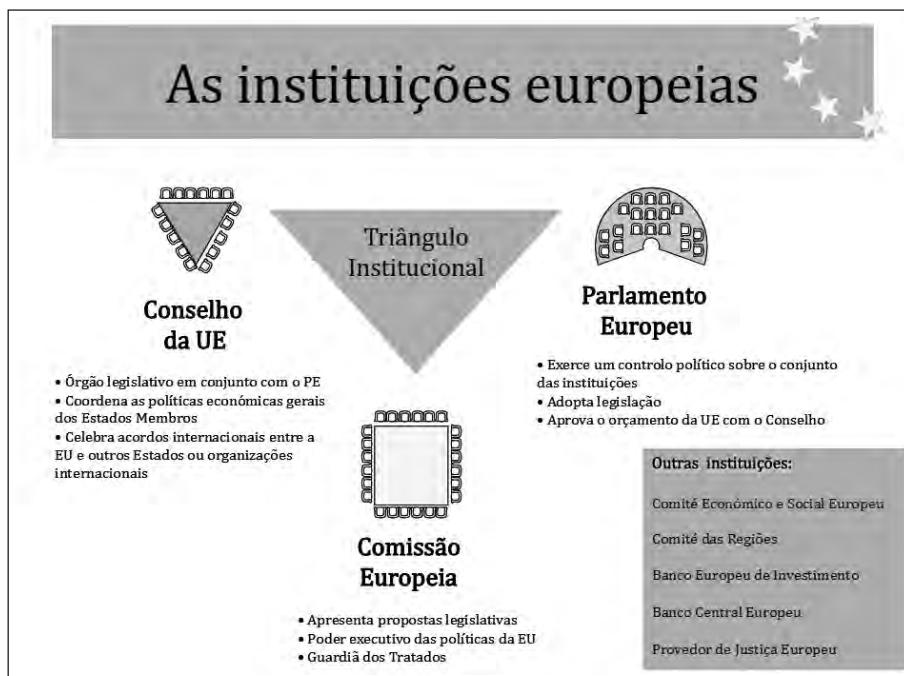
1.3. Síntese conclusiva

Assim, em resposta à QD1 – “Qual o posicionamento da ONU em relação ao GMOA, e seu potencial estratégico como plataforma de resolução de conflitos na região?”, conclui-se que a ONU, conforme demonstrado, aparenta uma certa incapacidade para resolver os conflitos que perturbam a paz internacional, denotando-se uma certa tendência pelos que detém o poder, pondo em causa as bases e princípios da sua existência (Berdal, 2012).

Para além do vetor militar, a organização possui outras formas de atuação sem recorrer ao uso da força, “as medidas de constrangimento previstas na Carta da ONU, como as medidas coletivas de bloqueio económico, de corte de relações político-diplomáticas. Assim, o recurso à força é efetivamente o último argumento para tentar solucionar um conflito, e só se deverá utilizar depois de se haverem esgotado todas as hipóteses de empregar os meios de resolução pacífica” (João, 2016, p. 56).

2. A União Europeia (UE)

A UE, cujas principais instituições se apresentam na figura 5, foi criada com o objetivo de pôr fim a quatro décadas, desde a primeira à segunda guerra mundiais, de violência que avassalaram a Europa. O sentimento da criação de uma Europa pacífica, unida e próspera, inicia-se em 1950 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, cujo principal objetivo era assegurar a paz duradoura. Durante a “Guerra Fria”, entre o Ocidente e o Oriente, com o objetivo de tornar a Europa numa potência mais competitiva, em 1957, o Tratado de Roma institui a Comunidade Económica Europeia (CEE) – o chamado «Mercado Comum» –, cujo o objetivo foi eliminar as taxas aduaneiras sobre as trocas comerciais realizadas entre os Países-membros, favorecendo a economia europeia, tornando-a mais competitiva. Com o fim das ditaduras europeias, com a queda do muro de Berlim, com a dependência energética do Oriente, marcado pela conflitualidade, assiste-se a um estreitamento das relações entre os países europeus, onde a sua afirmação, na década de 90, é vincada com a assinatura de três tratados. A finalização do Mercado Único estipulou a livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais. O Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht, de 1993, e o Tratado de Amesterdão, de 1999, destacaram a proteção do ambiente e a cooperação em matéria de defesa e segurança entre Países-membros como uma preocupação (UE, 2017).



Fonte: Disponível em (Fernandes, 2017)

Figura 5 – Instituições Europeias.

Desde 2010 até a atualidade, a crise económica mundial, as alterações climáticas, a conflitualidade no GМОA, a proliferação do extremismo e do terrorismo e a crise dos refugiados são pontos importantes na agenda da Europa. Segundo Petra Bastos (2014) quando confrontada com estes acontecimentos a UE “não foi capaz de desenvolver uma visão clara da sua vizinhança na região do Mediterrâneo, algo que terá indubitavelmente de fazer caso pretenda contribuir para uma real transformação política e democrática no Médio Oriente e Norte de África” (p. 1), proporcionando, assim, uma oportunidade ímpar para melhorar e incrementar a cooperação com esta região estratégica para a UE.

279

2.1. A posição da UE face aos conflitos no GМОA

A posição da UE face aos conflitos no GМОA é marcada pela falta de consenso e divergências entre os Estados-membros, devido aos interesses próprios que se sobrepõem ao interesse europeu comum. Exemplo disso é o caso da Síria, onde a posição dos Estados-membros da UE, devido à diver-

gência, versou uma resposta pouco determinada, remetendo-se ao papel de observador no que respeita ao massacre sucedido, denotando uma certa incapacidade de ação na cena internacional (Bastos, 2014). Este argumento é reforçado por Leonard e Krastev (2007), ao considerarem a UE como uma potência “herbívora”, em que a sua relevância internacional não passa de aplicação do *soft power*, podendo no máximo ambicionar o “*smart hard power*”³.

Contrariamente, na Líbia, alguns Estados-membros, desde o início do conflito apoiaram a oposição, evidenciando o interesse individual (Bastos, 2014).

Com os movimentos gerados a partir da “Primavera Árabe”, a UE elaborou a política europeia de vizinhança⁴, com o objetivo de prestar um melhor apoio aos membros desta parceria. Baseada no desenvolvimento económico e na promoção de parcerias com grupos e organizações paralelas às da UE, e com os governos dos países a que os grupos e organizações pertencem (UE, 2018).

Com o objetivo de instaurar a paz no Médio Oriente, a UE defende a coexistência de dois estados (Palestina e Israel). Em conjunto com a ONU, EUA e Rússia, exerce o esforço conjunto, incluindo com os parceiros regionais, para que as partes cheguem a um acordo em nome da comunidade internacional (UE, 2018).

O Irão, ao declarar o seu programa nuclear, foi gerador de um dos principais focos de tensão internacional, onde a UE, em 2013, desempenhou um papel determinante na condução das negociações para a celebração do acordo, em nome da comunidade internacional (UE, 2018).

A UE está a desenvolver e a intensificar relações com agrupamentos regionais asiáticos, denominadas de parcerias reforçadas, cujo objetivo é a elaboração de acordos que combinam aspectos económicos, políticos, sociais e culturais, assim como pretende promover a integração regional, passando pela sua reconciliação (UE, 2018). Exemplo disso é a sua participação no Afeganistão e Iraque.

O empenhamento militar, político da UE e aliados, demonstra que não existe uma estratégia concertada comum em relação à conflitualidade exis-

3 Aplicação de sanções.

4 “A política europeia de vizinhança (PEV) regula as relações da UE com os 16 países vizinhos do Sul e de Leste. A sul: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Palestina (esta designação não implica qualquer reconhecimento da Palestina como Estado nem prejudica as posições relativas ao reconhecimento da Palestina como Estado), Síria e Tunísia. A leste: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia. Concebida para reforçar as relações da UE com os seus vizinhos, esta política permite: “(i) uma associação política; (ii) a integração económica e (iii) uma maior mobilidade das pessoas” (UE, 2018).

tente e latente no GMO (EuroDefense, 2007). Contrariamente, em relação ao continente africano, a UE tem uma estratégia bem definida, assente nos requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável, como a paz e a segurança, a boa governação, a coesão social, entre outros. Ou seja, a UE tem demonstrado ter uma política comum, exemplo é a criação do mecanismo de apoio à paz em África, que tem uma doação de 250 milhões de euros (UE, 2007).

2.2. O potencial da UE como plataforma de resolução de conflitos no GMOA

A UE desempenha um papel fundamental em áreas que vão desde o programa nuclear iraniano à estabilização da Somália e da região do Corno de África, passando pela luta contra as alterações climáticas. “A sua política externa e de segurança, vocacionada para a resolução de conflitos e a promoção do entendimento internacional, assenta na diplomacia; o comércio, a ajuda humanitária e a segurança e defesa desempenham com frequência um papel complementar” (UE, 2018).

Tendo por base a Política de Segurança e Defesa, a UE tem as seguintes capacidades: (i) levar a cabo ações conjuntas em matéria de desarmamento; (ii) levar a cabo missões humanitárias e de evacuação; (iii) prestar aconselhamento e assistência em matéria militar; (iv) prevenir conflitos e assegurar a manutenção da paz; (v) gerir crises, por exemplo através de missões de restabelecimento da paz e de operações de estabilização pós-conflito (UE, 2007).

2.3. Síntese conclusiva

A predominância individual dos Estados-membros na prossecução dos próprios interesses em detrimento dos interesses comuns da UE, ao dominar a política externa da União Europeia, dificulta uma ação estratégica concertada definida pelas linhas orientadoras da política externa, reduzindo a relevância da União Europeia ao de mero espectador (Bastos, 2014).

O GMOA justifica e exige uma estratégia de segurança na política externa europeia, por duas razões: (i) a primeira, resulta na dependência energética de muitos países europeus daqueles países; (ii) a segunda, está relacionada com a existência de minorias na Europa com fortes ligações, históricas e culturais, aos países do GMOA, em que uma má ação ou decisão assume imediatas repercuções na Europa.

A UE, na resolução e prevenção de conflitos é um ator fundamental no contexto internacional, em que os valores, princípios e linhas orientadoras da política externa, uma vez seguidas, sem interferência individual, são um fator multiplicador da paz mundial, considerando-se assim respondida a QD2.

3. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

A OTAN surge com a assinatura do tratado de Washington, em 4 de abril de 1949, onde cada Estado-membro se vincula a uma organização de defesa coletiva, tendo por princípio o apoio mútuo, para fazer face a uma possível expansão territorial por parte da União Soviética (NATO, 1949). Tem como finalidade última, garantir a segurança e a liberdade dos seus Estados-membros, por meios políticos ou militares. Onde a política, assente numa base democrática, através da cooperação, visa a resolução e prevenção de conflitos. A componente militar é empregue quando a política é insuficiente para a resolução de conflitos, numa ótica de gestão de crises pacífica e ao abrigo de um mandato da ONU (NATO, 2017).

A história da OTAN é feita de várias reestruturações, como salvaguarda da sua existência, onde se destacam duas, vistas como fulcrais, a primeira, em 1999, com a dissolução do Pacto de Varsóvia, onde a organização emergiu de uma crise de legitimação de aliança de defesa coletiva, através da adoção de um conceito de segurança alargado, estendendo-se a uma escala global, com ou sem mandato da ONU. A segunda, como resultado dos ataques do 11 de setembro de 2001, aos EUA, foi declarado o artigo 5.º, onde um ataque a um Estado-membro é considerado como um ataque a toda a aliança, devendo cada membro tomar medidas de auxílio mútuo (Moreira, 2010).

A OTAN, segundo um *Press Release* de 2012, menciona que projeta a estabilidade através da *deterrence* e da defesa coletiva, mantendo a capacidade de responder a situações de gestão de crises (de caráter civil) além-fronteiras e cooperar com outras organizações internacionais, especificamente com a União Europeia (NATO, 2012).

O GMOA apresenta-se atualmente como um grande desafio para a Aliança⁵. O Afeganistão, o Iraque, as ambições nucleares iranianas, o conflito israelo-palestiniano, são questões com grande preponderância e peso na agenda da OTAN. A questão central que se coloca, é se a OTAN está a ter a aproximação correta para lidar com todos estes diferentes cenários (Lima B. P., 2010b)?

3.1. A posição da OTAN face aos conflitos no GMOA

Existem duas narrativas referentes à posição da OTAN sobre o Médio Oriente. A primeira, centrada no ponto de vista de Rumsfeld, em que geo-

5 Aliança = OTAN.

graficamente o território é mais amplo, de Marrocos ao Paquistão, designado como o Grande Médio Oriente (GMO), onde a proliferação de armas de destruição em massa, o extremismo, os conflitos interestaduais, os estados falidos e as guerras civis, afiguram-se como as principais preocupações para o Ocidente, ou seja, a área definida é considerada uma zona de tensões de dimensões variáveis. A segunda, focaliza-se nos pontos quentes, resumindo os problemas ao conflito israelo-palestiniano, possibilitando à OTAN redefinir uma visão estratégica mais ampla para a região, interligando questões como pobreza, desenvolvimento, direitos humanos, segurança e proliferação nuclear (Lima B. P., 2010b).

A OTAN, ao alterar o conceito estratégico nas duas últimas décadas, associado à sua intervenção no Afeganistão e Iraque, estabeleceu um vínculo duradouro com o Médio Oriente. Com a internacionalização do terrorismo, a sua zona de ação é toda uma região alargada, do Magrebe ao golfo da Guiné, do Líbano ao Iémen, do Paquistão ao Uganda, da Somália ao golfo de Áden, da Turquia a Israel, considera-se válido afirmar que o GMOA constitui uma zona de interesse e de preocupação para a OTAN (NATO, 2012). Isto porque se a aliança sair derrotada do Afeganistão, fica numa posição frágil perante o impulso do terrorismo, sendo que o oposto pode não se traduzir numa diminuição geográfica do terrorismo. Esta vinculação está também patente, quando, em 2004, potenciou e materializou a *Istanbul Cooperation Initiative*, com o objetivo de estabelecer ligações políticas e militares com os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrain, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). Esta cooperação resultou em mais de seiscentas atividades multilaterais materializadas na prática, onde se destacam as que se dedicam ao contraterrorismo, educação militar, segurança energética ou cooperação marítima (Lima B. P., 2010a). Em 2005, expande o “Diálogo do Mediterrâneo”, com os países do Grande Médio Oriente, como a Argélia, o Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, passando a contemplar parcerias das quais se destacam as operações conjuntas de treino, educação e troca de informações no combate ao terrorismo. Finalizando, ainda se destaca a *Operation Ocean Shield* que a OTAN liderou no Coro do África com o objetivo de proteger a circulação marítima e assegurar os fluxos energéticos provenientes do golfo de Áden (Lima B. P., 2010a).

De acordo com o conceito estratégico da OTAN, decorrente da Cimeira de Lisboa, em 2010, considera-se que a organização encara o GMOA segundo três perspetivas, estando diretamente relacionadas com o que afeta a sua segurança: (i) o extremismo aliado ao terrorismo; (ii) as tensões nos pontos quentes (conforme anteriormente mencionado), com especial enfoque para o conflito israelo-palestiniano; (iii) a não cooperação do Irão com a comunidade internacional, constituindo uma ameaça à segurança, no que a sua

nuclearização apresenta. Também é apresentada a estratégia da OTAN para o GMOA como sendo ao nível educativo, na cooperação técnico-militar, reuniões periódicas com o objetivo de promover o conhecimento entre elites políticas e militares (NATO, 2010a).

A cimeira da OTAN de 2018, em Bruxelas, solidifica a sua presença e continuação das medidas anteriormente adotadas, mas também acrescenta uma novidade, sustentada pelas atividades e políticas russas, onde são suspensas as cooperações no âmbito civil e militar, mantendo em aberto apenas o diálogo político. Face ao exposto, a OTAN reforça a sua presença na frente Leste da Europa, assim como a sua presença no Mar Negro. Outra preocupação está relacionada com a proliferação de armas de destruição maciça, implicando a adoção de medidas defensivas, na ótica da *deterrance*. Finalmente, contempla a adoção de medidas de ciberdefesa (NATO, 2018).

3.2. O potencial da OTAN como plataforma de resolução de conflitos no GMOA

As potencialidades da OTAN para fazer face a um conflito assentam, para além da política negocial, educação, formação e cooperação, essencialmente no poder militar proveniente dos 29 Estados-membros, que numa ótica conjunta e combinada podem ser usadas conforme o conceito estratégico da aliança. Ao analisar a sua evolução, fruto de uma política e esforço combinado em desenvolver capacidades para fazer face a possíveis cenários de atuação, em que o seu todo, garante a projeção da estabilidade através da *deterrance* e da defesa coletiva, mantendo a capacidade de responder a situações de gestão de crises. Estas possibilidades assumem especial relevância a partir de 2010, onde definem qual é a resposta de *deterrance* e da defesa coletiva: (i) combinação adequada de forças nucleares e convencionais; (ii) capacidade de sustentar operações conjuntas de defesa coletiva e de resposta a crises; (iii) desenvolver e manter forças convencionais robustas, móveis e projetáveis para cumprir as responsabilidades decorrentes do Tratado de Washington (missões art.º 5º); (iv) treinar e conduzir os exercícios necessários como garante de interoperabilidade, planeamento de contingência, troca de informações de modo a assegurar a defesa; (v) participação dos Aliados no planeamento de defesa coletiva, em tempo de paz, baseado nas forças nucleares e no comando, controlo e consulta de acordos; (vi) desenvolver a capacidade de defender populações e territórios aliados contra ataques de mísseis balísticos como um elemento central da defesa coletiva; (vii) desenvolver a capacidade da OTAN para se defender contra a ameaça das armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares de destruição em massa; (viii) desenvolver as capacidades de prevenir, detetar, defender e recuperar de ataques cibernéticos, coordenar e desenvolver as capacidades

de defesa cibernética de cada aliado, colocando todos os órgãos da OTAN sob proteção cibernética centralizada e melhorar a integração da defesa do ciberespaço; (ix) capacidade de deteção e defesa do terrorismo internacional; (x) desenvolver a capacidade de contribuir para a segurança energética; (xi) garantir que a Aliança esteja na frente da avaliação do impacto de segurança das tecnologias emergentes e que o planeamento militar leve em consideração as ameaças em potencial; (xii) garantir os níveis de gastos necessários com a defesa; (xiii) continuar a rever a postura geral em *deterrence* e defesa, levando em consideração mudanças no ambiente de segurança internacional em constante evolução (NATO, 2010b).

A cimeira de Bruxelas, em 2018, vem reforçar a postura de *deterrence* e defesa coletiva da OTAN, assim como adicionar novas capacidades, que em 2010 eram apenas uma necessidade, capacitando assim a sua intervenção. Contudo, as relações com a Rússia motivaram a aliança a adotar medidas defensivas, numa ótica dissuasora com capacidade para fazer face a uma intenção mais hostil. O GMOA continua a estar presente na estratégia da OTAN, as medidas de intervenção previstas em 2010 continuam presentes, com um incremento das capacidades de combate ao terrorismo (NATO, 2018).

3.3. Síntese conclusiva

A OTAN, com a intervenção no Iraque e Afeganistão, apercebeu-se de uma nova realidade, a intervenção duradoura, para além da resolução do conflito não se limitar ao país propriamente dito. A mobilidade do terrorismo extravasa fronteiras, exigindo uma ação, visão e compreensão alargada da sua dimensão, em que a sua solução passa por ações concertadas e abrangentes. Assim, em resposta à QD3, o GMOA estabelece-se como um teatro de operações global para a aliança, em que a sua intervenção se considera direta, com uma postura presencial. Considera-se também indireta, com o estabelecimento de parcerias, cooperações no âmbito do treino e operações conjuntas, diálogos políticos, entre outras, com o objetivo de conter o terrorismo, *soft power*⁶.

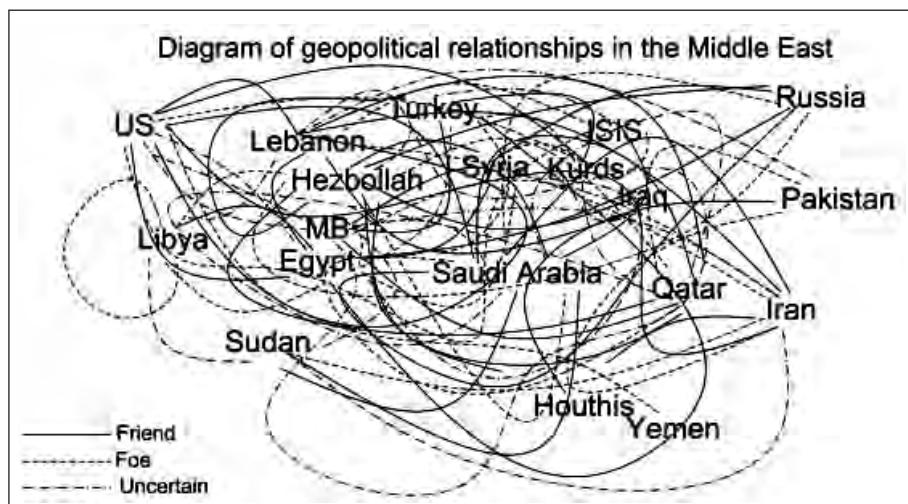
Por outro lado, perante a postura do Irão, o retrocesso das ligações com a Rússia, a OTAN, segundo a última atualização do conceito estratégico, adotou um conjunto de medidas ativas e passivas, demonstrando estar preparada para pôr em prática a estratégia de *deterrence* e defesa coletiva, *hard power*, exercida através do vetor militar, com o objetivo de estabelecer um equilíbrio de poder, dissuadindo assim segundas intenções, *smart power*.

6 A capacidade de um ator das relações internacionais obter o que deseja através da atração e não pela coação, aplica-se por norma através de relações com aliados, auxílio económico e intercâmbio cultural com outros atores (Nye, 2004).

4. A Liga Árabe (LA)

A LA foi criada em 1945, com o intuito de reagrupar todos os estados árabes, com os seguintes objetivos: (i) fortalecer as relações entre os Estados-membros; (ii) fomentar a cooperação e coordenação entre os membros e salvaguardar a sua independência e soberania; (iii) promover o bem-estar geral e os interesses dos países árabes. Em 1950, foi ratificado o tratado de defesa conjunta e cooperação económica, com o objetivo explícito de fornecer um quadro de segurança coletivo para os seus membros, e atuar como uma aliança contra as ameaças externas, principalmente as grandes potências e Israel (Dakhllallah, 2012).

Em vez de adotar um modelo de cooperação regional de segurança militar dependente como garantia de segurança gerada por um grande poder, os estados árabes procuraram desenvolver um modelo autônomo motivado pelo anticolonialismo e não-alinhamento. Este modelo enfatizou o princípio da autodeterminação regional e autoafirmação contra o mundo exterior (Dakhllallah, 2012). Exemplos disso foram, após a criação da LA, os três temas principais da política árabe, nos anos subsequentes: a independência, a unidade e a causa palestina. A intenção de criar uma federação entre Jordânia, Líbano, Palestina, Síria e do Iraque, foi rejeitada porque as elites estaduais tinham interesses em manter divisões territoriais. Isto evidencia uma decisão contra a união regional em prol de uma organização de regiões.



Fonte: Disponível em (Blinder, 2015)

Figura 6 – Diagrama de relações do Médio Oriente

No entanto, apesar das ligações (ver figura 6) não serem correspondidas por outras regiões do mundo, os estados árabes não conseguiram usar esta base, a LA, para cooperação ou para a construção da estrutura. Cronicamente propenso à conflitualidade, o sistema de estados árabes continua a ser economicamente e politicamente fragmentado, sendo uma das causas a falta de regionalismo nesta parte do mundo (Dakhllallah, 2012).

O mundo árabe revela inúmeras características de uma sociedade de estados independentes ou sociedade internacional, com exposições de política de poder associadas ao “Hobbesianismo” e lutas ideológicas de estilo kantiano. Referências à nação árabe num discurso popular são difundidas onde os estados árabes compartilham normas, valores, identidades, entendimentos e instituições (a LA, o conselho de cooperação do Golfo, a união árabe do Maghreb, os sindicatos de comércio Pan-Arab, entre outras). A língua árabe, o Islão, através dos *media* e da migração continua a fomentar as relações entre os povos árabes, apesar das divisões territoriais, assente nos princípios do arabismo, pan-islamismo, anti-imperialismo, não-alinhamento, marxismo e outras ideologias e movimentos ganharam vínculo em toda a região (Dakhllallah, 2012).

4.1. A posição da LA face aos conflitos no GMOA

O desempenho da LA no que respeita à sua posição face aos conflitos, deve ser analisado por janelas temporais. No primeiro período, referente à guerra Iraque-Kuwait, o seu desempenho é marcado pelo desânimo e pelo insucesso, na medida em que: (i) não conseguiu resolver com sucesso a disputa que eventualmente levou à invasão; (ii) não conseguiu negociar um acordo entre o Iraque e o Kuwait após a invasão (que poderia ter impedido a intervenção ocidental); (iii) foi visivelmente marcada por divisões entre pró-iraquianos e anti-iraquianos; e (iv) permitiu legitimar a intervenção ocidental. A LA, ao permitir a intervenção estrangeira, estabeleceu um precedente, assim como alterou as práticas securitárias dos estados do Médio Oriente. As potências internacionais afirmaram-se como um jogador de peso no equilíbrio da segurança regional, marginalizando quase por completo a LA (Dakhllallah, 2012).

A partir do ano 2000, com o esforço da Arábia Saudita, a LA iniciou um novo rumo, que vem sendo solidificado desde então. Assente no compromisso com o multilateralismo, esta política tem vindo a ter os seus frutos, especialmente no conflito Israel-Palestina, em que através da normalização de fronteiras se procura uma solução justa para o conflito. Contudo, esta unificação ainda é bastante embrionária, exemplo disso é a defi-

nição da ameaça, em que as percepções são bastante diferentes (Dakhllallah, 2012).

A intervenção dos EUA no Iraque demonstrou ser o maior desafio com que a LA se deparou, ao impedir que uma guerra civil deflagrasse no país após a intervenção americana. Outra intervenção positiva da LA está na mediação da tensão entre os EUA e o Irão, onde através da diplomacia foi exercido um esforço no sentido de evitar a guerra. Nesta ótica, da diplomacia, também mediou o conflito da Síria, apesar da forte interferência das grandes potências. No Iémen, apoiou o último esforço do conselho de cooperação do Golfo, com o intuito de forçar o presidente iemenita Ali Abdullah Saleh a abandonar o poder (Weitzman, 2012). A Liga Árabe também serve como um fórum para mediar disputas árabes.

4.2. O potencial da LA como plataforma de resolução de conflitos no GMOA

Apesar dos desafios imensos que a LA enfrenta, desde os interesses regionais aos interesses internacionais, desde as afiliações éticas e culturais, desde os regimes instituídos à democracia crescente, desde o poder regional ao poder global, a LA demonstrou que através da diplomacia consegue mediar e intervir na resolução dos conflitos. Se a aplicação desta diplomacia não servir interesses pessoais, mas servir interesses regionais é uma mais-valia para o processo de paz (Raymond, 2012).

Existe uma necessidade de mudança de perspectivas para entender melhor quais são as novas necessidades pessoais, enquanto estados. Isso está ligado à nova geração de direitos civis, à autoafirmação pessoal e, consequentemente, à autodeterminação nacional, ao impulso pós-materialista que requer renovação de valores, ligados à auto-expressão e à modernização dos meios de comunicação. O Médio Oriente é movido por um governo representativo, com mecanismos de mau funcionamento da democracia que conduziram à alienação e às revoltas. Estas razões podem não ser suficientes para compreender plenamente quais são os mecanismos necessários para lidar com o Médio Oriente e trazer algum grau de estabilidade. Neste sentido uma organização que cimenta estes princípios, poderá ter um papel fundamental na resolução de conflitos, como mediador (Weitzman, 2012).

4.3. Síntese conclusiva

A LA, desde a sua génesis que enfrenta desafios de diversa ordem que impossibilitam a organização de se impor, quer ao nível regional quer ao nível internacional, uma vez que alimenta interesses individuais em vez de coletivos.

Apesar de todos os constrangimentos que afetam a organização, facto é a sua capacidade diplomática, que quando intervém em prol de um interesse comum tem demonstrado alguma eficiência. Isto reside no facto de possuir uma percepção muito vasta do entendimento dos valores morais e sociais dos estados. Face ao exposto, e por forma a dar resposta à QD4, infere-se que se a LA conseguir uma unificação dos estados traduzidos em interesses comuns, a sua expressão internacional alcança uma nova expressão.

5. A União Africana (UA)

Em 1960, fruto da descolonização, dezanove países alcançaram a independência surgindo então a necessidade de criar uma organização que juntasse todos os países africanos independentes e apoiasse a luta daqueles que ainda não tinham a sua independência. Como consequência, a 25 de maio de 1963, foi criada a Organização de Unidade Africana (OUA), em Addis Abeba, Etiópia, por iniciativa do Imperador etíope Haile Selassie, através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos de países africanos. Os objetivos principais assentavam na defesa da independência dos países africanos colonizados, na luta contra toda e qualquer manifestação de colonialismo ou neocolonialismo, na promoção da paz e da solidariedade entre os países africanos e na defesa dos interesses políticos, económicos e sociais dos países-membros e da África em geral (Porto Editora, 2003).

A OUA foi substituída pela UA, em 11 de julho de 2000. A ideia da criação da UA, atualmente com cinquenta e cinco Estados-membros, inspira-se na ideologia do pan-africanismo⁷. Haffner e Viana (2013, p. 70) referem que, segundo Visentini (2010), a fundação da UA insere-se no contexto da necessidade de uma organização capaz de fazer frente aos desafios potencializados pela situação gerada pelo fim do conflito bipolar Ocidente-Leste.

5.1. A posição da UA face aos conflitos no GMOA

A UA elegeu a “Prevenção e a Resolução de Conflitos” no continente africano, como um setor privilegiado da sua ação, na perspetiva de que só se alcançará o desenvolvimento se houver também estabilidade política e social (Andrade, 2011).

⁷ Doutrina que defende a cooperação das nações africanas entre si, em todos os assuntos de natureza política ou económica.

A arquitetura de paz e segurança africana, desenvolvida pela UA, assenta em cinco prioridades estratégicas: (i) prevenção de conflitos; (ii) gestão de conflitos/crises; (iii) reconstrução pós-conflito; (iv) assuntos estratégicos de segurança; e (v) coordenação e parcerias, detalhadamente desenvolvidos no “*roadmap 2016-2020*”, cujo propósito central é o de alcançar, até 2020, um continente africano sem conflitos vigentes (UA, 2015).

Enquanto que, no tempo em que vigorava a OUA, o domínio da paz e segurança era considerado de âmbito de jurisdição interna, exclusiva dos Estados-membros, e sempre que se esperava que a OUA interviesse em disputas internas ou violações sistemáticas dos direitos humanos, ela declinou, insistindo nos princípios existentes de soberania e não-interferência nos assuntos internos, no caso atual da UA, o panorama da intervenção nos conflitos regionais africanos mudou significativamente depois da sua criação. A UA assume um papel integrador e coordenador das atividades desenvolvidas no âmbito da segurança pelas organizações sub-regionais, encontrando-se mandatada para tomar decisões, e se necessário intervir nos Estados-membros em prol da manutenção da paz e da segurança regional e continental (Bernardino, 2011).

Os conflitos contêm expressões diversas no continente africano, sobretudo, nos países pertencentes ao GМОA, onde se constata uma tendência para um aumento da conflitualidade regional, apresentando alguns aspectos inovadores que preocupam a Comunidade Internacional, sendo por isso uma questão com grande preponderância e peso na agenda da atuação da UA (Bernardino, 2011). No seio da UA foram criados instrumentos como o Parlamento Pan-Africano, o Painel dos Sábios e o Conselho para a Paz e Segurança (CPS). Neste último organismo nenhum dos 15 Estados integrantes possui direito de voto. Porém, a funcionalidade destes órgãos pode ser posta em causa por questões relacionadas com a sua sustentabilidade económico-financeira (Andrade, 2011).

Ao CPS da UA está acoplado um Sistema Continental de Alerta Prévio, mandatado para colaborar com a ONU, estritamente ligado às unidades de observação e monitorização das organizações sub-regionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a *Southern African Development Community*, cujo objetivo consiste em simplificar e reduzir os esforços. No quadro da mediação e resolução de conflitos, a intervenção africana teve lugar, por exemplo, na Somália e Sudão, através da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (UA, 2018).

5.2. O potencial da UA como plataforma de resolução de conflitos no GMOA

A UA desempenha, no continente africano, um papel fundamental na política externa e de segurança, vocacionada para a resolução de conflitos e a promoção do entendimento internacional, assente na diplomacia, no comércio, na ajuda humanitária e na segurança e defesa, desempenhando com frequência um papel complementar a outras organizações multilaterais, como por exemplo a ONU (UA, 2008).

Em complemento da vertente de segurança e defesa, foi criada a *African Standby Force*, que congrega atualmente cinco unidades de escalão brigada, com um efetivo total de quinze mil militares, distribuídos em cinco sub-regiões africanas, nomeadamente, na África do Norte, Central, Oriental, Ocidental e Austral. Esta aparenta ser a força certa, mandatada por decisão do CPS, através de uma maioria de dois terços, para garantir uma prevenção e resolução dos conflitos regionais de forma eficaz com capacidade militar suficiente para intervir assertivamente na gestão das múltiplas crises intraestatais africanas (UA, 2018).

A UA, atendendo à atual complexidade da realidade africana e mundial, tem o mérito de ter conseguido alcançar três sucessos: primeiro, conseguiu congregar praticamente todos os países de África em torno das mesmas causas; segundo, levou as organizações “não africanas” a reverem a UA como o parceiro ideal para desenvolverem as políticas africanas e ainda porque apesar de todas as deficiências e dificuldades, tem conseguido mostrar resultados alcançados no terreno, não só ao nível do apoio ao desenvolvimento sustentável e da concertação diplomática, mas principalmente como mecanismo estabilizador de conflitos intraestatais (Bernardino, 2011).

Neste âmbito, A UA tem tomado recentemente uma série de medidas, unindo esforços não só com a ONU, mas também com a LA e, principalmente, com os países vizinhos da Líbia. Uma das medidas tomadas foi a escolha de um Enviado Especial da UA para a Líbia, buscando estabelecer algum diálogo, e, a partir disso, apresentar um relatório abrangente sobre a situação, incluindo recomendações concretas sobre as formas e meios para aumentar o apoio da UA à estabilização do país e à rápida conclusão da transição em curso.

O grande risco que correm estas ações de intervenção militar é a eventualidade de permanecerem ainda no terreno muitos dos fatores que foram determinantes para o eclodir do conflito. Assim, torna-se fundamental a implementação de mecanismos e instrumentos de prevenção dos conflitos, ainda inexistentes na maior parte das organizações regionais de África. No entanto, a ONU, continua a desempenhar um papel crucial nos diversos pro-

cessos de paz em África, e essencialmente devido ao seu fator de legitimação das intervenções regionais.

5.3. Síntese conclusiva

A criação da UA, em substituição à antiga OUA, deu-se não somente com o intuito de corrigir o legado negativo deixado pela antecessora, mas também se traduz numa vontade política dos dirigentes africanos na busca por uma maior e melhor inserção do continente africano no panorama mundial. Neste sentido, a UA foi criada com o intuito não só de inserir a África no panorama económico mundial, preenchendo o legado negativo deixado pela antiga antecessora, mas também para resolver os problemas sociais, políticos e económicos enfrentados pelo continente africano.

A UA desempenha um papel nuclear na adoção e definição de medidas e indicadores concretos para a inserção de projetos estatais a nível continental, verificando-se que a criação de um ambiente económico mais favorável, a par da constituição de uma força militar robusta, composta por cinco brigadas, incrementa a forma como os países africanos olham para a UA como organização relevante no panorama regional.

Assim, em resposta à QD5, a UA, não obstante a complexidade da sua ação, constitui-se como uma plataforma de resolução de conflitos, possuindo ferramentas, ainda que algumas incipientes, que, em coordenação com a ONU, lhe permitem maior legitimidade para pôr cobro aos conflitos e criar as condições que assegurem a paz, segurança e estabilidade imprescindíveis ao crescimento social e económico sustentado do continente africano.

Conclusões

No presente artigo, para melhor compreender a situação geopolítica do GMOA, estudou-se e interpretou-se, à luz do método morfológico de análise, a influência das organizações multilaterais, ONU, UE, OTAN, LA e UA como plataformas de resolução de conflitos, na edificação das políticas regionais e mundiais.

No que diz respeito à metodologia, adotou-se um raciocínio indutivo, com base numa estratégia de investigação qualitativa, efetuando-se a recolha de dados através de análise bibliográfica exaustiva, de diversas fontes, nacionais e internacionais, e outras consideradas relevantes para o estudo que se pretendeu efetuar.

Esta região, aproxima-se por comparação do *rimland* definido por Spykman, o que lhe traz um interesse geopolítico acrescido.

A religião dominante é a Muçulmana, e não fosse a divisão provocada pela ancestral disputa entre xiitas e sunitas, esta partilha de índole cultural poderia ser o mais forte fator de coesão na região.

O GMOA, abundante em fontes energéticas primárias, tais como, hidrocarbonetos, comprehende mais de metade das reservas de petróleo e de gás natural, tendo alguns dos seus países entre os maiores produtores e exportadores mundiais. Este facto representa, simultaneamente, uma potencialidade, por possuírem uma riqueza natural tão importante no seu território, bem como uma vulnerabilidade, no sentido em que se tornou o ponto central de disputa da política externa das maiores potências que sustentam o seu desenvolvimento em fontes de energia duráveis e baratas.

Considerando as questões derivadas que foram sendo respondidas ao longo dos capítulos, no que diz respeito às organizações multilaterais, a ONU tem pautado a sua atuação de forma muito ativa e assertiva no âmbito das questões ambientais, mais concretamente nas alterações climáticas. Esta organização possui ferramentas, que lhe permitem atuar, quer na prevenção de conflitos, quer na fase do conflito, desde o *peacemaking* até ao *peace enforcement*, constituindo-se assim como a plataforma de primazia no âmbito da resolução de conflitos no GMOA. No entanto, a ONU, conforme demonstrado, aparenta uma certa incapacidade para resolver os conflitos que perturbam a paz internacional, denotando-se uma certa tendência pelos que detém o poder, em que, por vezes, as resoluções passam por salvaguardar interesses nacionais. A sua característica cosmopolita confere-lhe legitimidade e legalidade de atuação, no entanto, a sua atual representatividade, nomeadamente, os membros permanentes do Conselho de Segurança com direito de voto, onde não está representada qualquer nação do GMOA, podem diminuir-lhe a autoridade moral de atuação. Em termos práticos, e mais concretamente sobre o GMOA, os EUA impedem qualquer ação contra Israel, assim como a Rússia atua da mesma forma no que concerne à Síria e a outros seus aliados.

No que concerne à UE, apesar de o GMOA justificar e exigir uma estratégia de segurança na política externa europeia, a predominância individual dos membros da UE na prossecução dos interesses dos próprios estados, dificulta uma ação coordenada e integradora, remetendo a UE a uma posição de impotência como mero espetador, diminuindo-lhe a capacidade de atuar como plataforma de resolução de conflitos.

Para a OTAN, alinhando interesses estratégicos com os EUA, o GMOA estabelece-se como um teatro de operações global, em que a sua intervenção considera-se direta, com uma postura presencial e duradoura. Apresenta também uma vertente indireta, com o estabelecimento de parcerias,

cooperações no âmbito do treino e operações conjuntas, diálogos políticos, entre outras, com o objetivo de conter o terrorismo.

A LA passou de uma posição inicial de relativa impotência, para uma crescente influência da sua atuação no GMOA, muito por iniciativa da Arábia Saudita. A sua capacidade diplomática é o vetor de atuação primordial, beneficiando da sua característica regional, que lhe permite possuir uma percepção muito vasta do entendimento dos valores morais, culturais e sociais dos Estados que compõem o GMOA.

A UA tem um longo caminho a percorrer no que concerne à sua consolidação como organização credível no panorama regional e mundial, com capacidade efetiva para resolver os problemas sociais, políticos e económicos enfrentados pelo continente africano. A par dos instrumentos diplomático e económico, a constituição de uma força militar, com um efectivo de 15.000 elementos, confere uma dimensão militar robusta à potencialidade da UA de se constituir como plataforma da resolução de conflitos.

No que concerne ao futuro, após a realização deste estudo, em resposta à QC: “Qual o posicionamento da ONU, da UE, da OTAN, da LA e da UA em relação aos conflitos no GMOA, e o seu potencial estratégico como plataforma de resolução dos mesmos?”, evidencia-se que as Organizações multilaterais irão continuar ativamente envolvidas na região do GMOA, com particular destaque para as organizações regionais, LA e UA, que já demonstram uma tendência de maior relevância na região derivada da percepção mais vasta do entendimento dos valores morais e culturais, e que irão ganhar ainda mais preponderância, caso a ONU não aproxime a constituição do Conselho de Segurança às atuais dinâmicas políticas, demográficas e económicas, podendo, em último caso, perder o papel legitimador que possui.

Assim, perante a incapacidade da ONU, e mais concretamente a dificuldade em obter consensos entre os membros permanentes do Conselho de Segurança no que respeita a intervenções em conflitos em que esses membros tenham interesses antagónicos, os Estados procurarão juntar-se a outras organizações multilaterais que lhes permitam contornar estes obstáculos, na prossecução dos objetivos nacionais.

No futuro próximo, a UE, se quiser mitigar as consequências da migração na Europa, terá de renegar a sua posição de impotência, devendo empenhar-se na promoção de sistemas políticos estáveis, no desenvolvimento económico e social dos países que compõem o GMOA. Só assim os migrantes deixarão de sentir a necessidade de assumir um risco tão pronunciado para chegar à Europa.

A OTAN manterá, no futuro, a sua postura presencial enquanto tiver capacidade militar e económica para defender os interesses dos Estados-membros, em particular dos EUA.

Enquanto não surgir uma alternativa energética, fiável e financeiramente mais sustentável que os hidrocarbonetos, esta região continuará exposta a pressões internacionais externas. De forma semelhante, enquanto os EUA se mantiverem como a potência global hegemónica, a região do GMOA continuará a ser um dos pontos centrais da sua política externa. A disputa religiosa entre xiitas e sunitas continuará a ser fonte de conflitos, tal como já o vem sendo desde o séc. VII.

Um dos desafios com que as organizações multilaterais se continuarão a deparar no GMOA assenta no facto de que o domínio da paz e segurança continua a ser considerado, por alguns dos países da região, de âmbito de jurisdição interna, exclusiva dos Estados-membros, que insistirão nos princípios existentes de soberania e não-interferência nos assuntos internos.

Em suma, o contexto de interesses políticos e económicos, reforçado por ameaças multiformes e de intensidade variável, elevam a importância geopolítica do GMOA, no panorama da estratégia e das relações internacionais, e prospetivam que esta região continue a ser fulcral nas dinâmicas globais.

A principal limitação à investigação prende-se com o facto de que foram analisadas, não obstante serem das que têm maior relevo, cinco das organizações multilaterais com interesses geopolíticos na região do GMOA. Há um conjunto de outras organizações multilaterais que vêm ganhando peso nas relações internacionais, sendo assim necessária uma abordagem holística para se compreender em profundidade todas as conexões geoestratégicas existentes e potenciais no GMOA.

Futuramente, seria importante encetar por uma linha de investigação que descreva o posicionamento em relação aos conflitos no GMOA e analise o potencial estratégico da *Association of Southeast Asian Nations* como plataforma de resolução de conflitos na região, tendo em conta a crescente importância, quer económica quer demográfica, da Ásia-Pacífico que depende dos recursos e estabilidade no GMOA para salvaguardar um indispensável ambiente de paz e prosperidade, imprescindível ao seu desenvolvimento social e económico.

Referências bibliográficas

- Amineh, M. P. (2007). *The Greater Middle East in Global Politics: social science perspectives on the changing geography of the world politics*. Boston: BRILL.

- Andrade, J. P. (25 de maio de 2011). Obtido em 20 de dezembro de 2018, de <http://jptintodeandrade.blogspot.com/2011/05/uniao-africana-e-os-conflitos-em-africa.html>.
- Arabian Business. (1 de outubro de 2018). *Africa and Middle East strategically positioned to capitalise on Belt and Road*. Obtido em 17 de dezembro de 2018, de Arabian Business: <https://www.arabianbusiness.com/banking-finance/405443-africa-middle-east-strategically-positioned-to-capitalise-on-belt-road>.
- Bacevich, A. (2016). *America's war for the greater Middle East: a military history*. New York: Random House.
- Bastos, P. S. (2014). *A Crise Síria: O Papel da União Europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Berdal, A. (2012). An Inquiry into the “Effective” United Nations Security Council Resolutions Relating to the Middle East within the Past Decade. *The Muslim World*, 225-247.
- Bernardino, L. B. (2011). A gestão de conflitos e a conflitualidade em África. Uma problemática intemporal. *Sol Nascente – Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada (CISEA)*, 163-197.
- Bilgin, P. (2001). O Significado da Segurança no Médio Oriente. *Segurança para o Século XXI*, (pp. 149-170). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Blinder, C. (5 de Abril de 2015). *CaioBlinder*. Obtido de Rabiscos Estratégicos (Oriente Médio) II: <http://www.caioblinder.com/>.
- Bocco, R., & Belhadj, S. (2014). Middle East: Regional perspectives for the White Paper on Peacebuilding. *Geneva peacebuilding platform*, 9. Obtido de <http://www.gpplatform.ch>.
- British Petroleum. (2018). *BP Statistical Review of World Energy 67th edition*. Londres: BP.
- Brzezinski, Z. K. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Cahill, K. M. (1996). *Stopping Wars before they Start: Preventive Diplomacy*. New York: Basic Books.
- Dakhllallah, F. (2012). The League of Arab States and Regional Security: Towards an Arab Security community? *British Journal of Middle Eastern*, 1-20.
-
- 296 EuroDefense. (2007). *A União Europeia e o conflito do Líbano*. Lisboa: EuroDefense – Portugal.
- Fernandes, J. M. (2017). *A nossa Europa União Europeia*. Obtido de josemanuelfernandes.eu: <https://slideplayer.com.br/slide/1844319/>.
- globalsecurity.org. (2017). *World Wide Distribution of Islam*. Obtido em 16 de dezembro de 2018, de <https://www.globalsecurity.org/jhtml/jframe.html#https://globalsecurity.org/jhtml/jframe.html>.

www.globalsecurity.org/military/intro/images/map-islam-1.jpg ||| World%20Wide%20Distribution%20of%20Islam.

Guedes, A. M. (7 de Outubro de 2018a). O Mediterrâneo, a Síria, o Iémen, o Greater Middle East, e a sua segurança. Uma leitura geopolítica light. *Segurança Marítima, MDEM*. Lisboa: NOVA Direito.

Guedes, A. M. (10 de dezembro de 2018b). O Grande Médio Oriente. *Workshop Multi-Universitário de Geopolítica*. Lisboa: IUM.

Haffner, J., & Viana, G. E. (novembro de 2013). União. *Revista Conjuntura Austral*, 4(20), pp. 69-94.

Hampson, F. O., & Malone, D. M. (2002). *From Reaction to Conflict Prevention, Opportunities for the UN System*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Harkavy, R. (2001). Strategic Geography and the Greater Middle East. *Naval War College Review*, 54(4). Obtido de <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol54/iss4/4>.

IESM. (24 de Setembro de 2007). ME 71-00-08 Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica. Pedrouços: IESM.

Jett, D. (2001). *Why Peacekeeping Fails*. New York: Palgrave.

João, A. A. (2016). Importância da ONU na Solução de Conflitos Internacionais: Críticas e Perspectivas. *CEDIS*, 1-154.

Kennedy, P. (2009). *O Parlamento do Homem. História das Nações Unidas*. Lisboa: Edições 70.

Leonard, M., & Krastev , I. (1 de outubro de 2007). New World Order: The Balance of soft power and the rise of herbivorous powers. European Council on Foreign Relations. Obtido de https://www.ecfr.eu/page/-/ECFR-01_NEW_WORLD_ORDER_-_THE_BALANCE_OF_SOFT_POWER.pdf.

Lima, B. P. (2010a). A NATO e o Grande Médio Oriente. *Relações Internacionais*, 23-32.

Lima, B. P. (2010b). Out of Area: NATO and the greater Middle East. *The Majalla*, 10-11.

Losada, Á. (7 de fevereiro de 2017). Entrevista ao Representante Especial da União Europeia para o Sahel. (B. Reis, Entrevistador) Jornal Público. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/02/07/mundo/entrevista/o-sahel-concentra-todas-as-crises-do-mundo-1761024>.

mapchart.net. (30 de Novembro de 2018). *mapchart.net*. Obtido de mapchart.net/world.html.

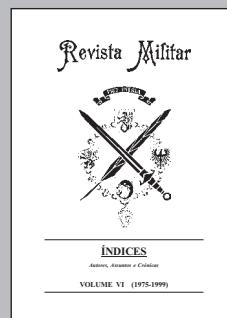
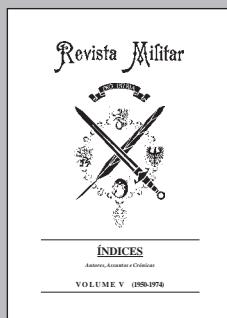
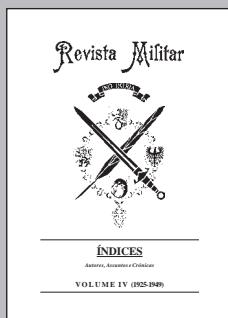
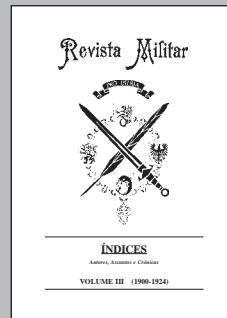
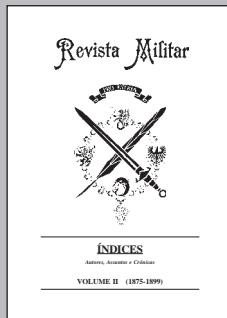
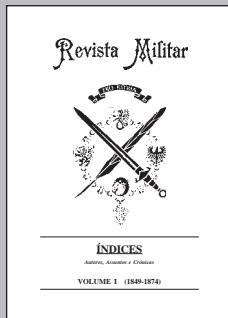
Mazis, I. T. (Junho de 2013). Geopolitical Analysis of the Greater-Middle East System in the Present Juncture. *Regional Science Inquiry*, pp. 163-171.

- Moreira, A. B. (2010). A NATO, a Cooperação Internacional e o Combate ao Terrorismo. *RIPS*, 9, 91-100.
- NATO. (1949). *Tratado del Atlântico Norte*. Washington: NATO.
- NATO. (2010a). *NATO 2020: Assured security; dynamic engagement*.
- NATO. (2010b). *Strategic Concept For the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation*. Lisboa: NATO.
- NATO. (20 de May de 2012). *Deterrence and Defence Posture Review*. Obtido em 09 de Novembro de 2018, de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_87597.htm.
- NATO. (31 de julho de 2012). *Lisbon Summit Declaration*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_68828.htm?selectedLocale=en.
- NATO. (2017). *What is NATO?* Obtido em dezembro de 11 de 2018, de <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html#basic>.
- NATO. (30 de agosto de 2018). *Brussels Summit Declaration*. Obtido em 12 de dezembro de 2018, de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_156624.htm?selectedLocale=en.
- NATO. (2018). *NATO*. Obtido de NATO on the map: <https://www.nato.int/nato-on-the-map/#lat=38.6972406&lon=-9.21999249999999&zoom=0>.
- Nye, J. (2004). *Soft Power. The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- Observador. (2015). Estado Islâmico, aliados e inimigos no conflito da Síria em 16 gráficos. *Observador*.
- ONU. (8 de janeiro de 2012). *A Organização das Nações Unidas – ONU*. Obtido de Nós e a História 12: <https://noseahistoria.wordpress.com/2012/01/08/a-organizacao-das-nacoes-unidas-onu/>.
- ONU. (14 de Dezembro de 2018). *Centro Regional de Informação das Nações Unidas*. Obtido de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.
- OPEC. (29 de Novembro de 2018). *Organization of the Petroleum Exporting Countries*. Obtido de OPEC.ORG: https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm.
- Porto Editora. (2003). *Organização de Unidade Africana (OUA)*. Obtido em 20 de dezembro de 2018, de Artigos de apoio Infopédia: [https://www.infopedia.pt/\\$organizacao-de-unidade-africana-\(oua\)](https://www.infopedia.pt/$organizacao-de-unidade-africana-(oua)).
- Raymond, H. (2012). *Security conceptions and practices in the Middle East: the cause of Arab League*.

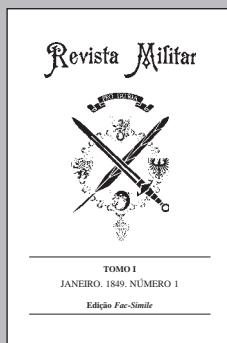
Organizações multilaterais e os conflitos no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado: entre o legalismo e a impotência
Multilateral organizations and conflicts in the Wider ‘Greater Middle East’: between legalism and impotence

- UA. (2015). *African Peace and Security Architecture. APSA Roadmap 2016-2020*. Addis Ababa: African Union Commission.
- UA. (2018). *African Union Peace and Security*. Obtido em 21 de dezembro de 2018, de <http://www.peaceau.org/en/>.
- UE. (2007). *Trabalhar pela Paz, pela Segurança e pela Estabilidade*. Bruxelas: UE.
- UE. (2017). *História da União Europeia*. Bruxelas: União Europeia.
- UE. (2018). *Política externa e de segurança*. Bruxelas: UE.
- Visentini, P. F. (2010). *A África moderna. Um continente em mudança*. Porto alegre: Leitura XXI.
- Weitzman, B. M. (2012). The Arab League Comes Alive. *Middle East Quarterly*, 71-78.

À venda na Revista Militar



12,50 € cada



10 €

